



EM UM ANO

Mais de 109 mil paraibanos já possuem RG digital no celular

De acordo com o IPC, outros 280 mil atualizaram a versão em papel, que traz QR Code impresso. **Página 3**

Foto: Freepik



Presença que tranquiliza e dá segurança à gestante

Além de garantido por lei, acompanhante é fundamental na sala de parto, garantem médicas e gestoras de hospitais da PB. **Página 5**



Foto: Arquivo Pessoal

Desde o início de 2022, inquéritos de crimes raciais já somam 60

Para Mislene Santos, presidente da Comissão de Combate ao Racismo da OAB-PB, racismo estrutural é realidade.

Página 4

Solânea é a quarta cidade a receber a Rota Cultural Caminhos do Frio

Foto: Reprodução/Google Maps



Projeto chega amanhã ao município, e, até o dia 31 de julho, terá programação pautada pela cultura raiz da região.

Página 7

Foto: Arquivo A União/Marcus Antonius



Evento celebra 90 anos da Justiça Eleitoral

Solenidade acontece nesta segunda-feira, às 16h, no TRE-PB (foto), com participação do Jornal A União.

Página 13

Desemprego e inflação fazem uso do cartão aumentar 36%

Brasileiros têm utilizado mais o cartão de crédito e, consequentemente, as dívidas também cresceram.

Página 17

Botafogo e Remo entram em campo, hoje, pela Série C do Brasileirão

Rivalidade entre os técnicos Itamar Schülle e Gerson Gusmão apimenta ainda mais a disputa.

Página 21

■ “Perceber as nuances em um processo, sentir a necessidade de fazer justiça, compreender a aflição das partes são atitudes humanas incompatíveis com a precisão das máquinas”.

Luiz Carlos Sousa

Página 2

■ “Penso que um grande romance faz a síntese entre os apelos racionais e emotivos, entre o pensamento e a sensibilidade, entre a realidade e a imaginação”.

Hildeberto Barbosa Filho

Página 11

Tiago Germano celebra 40 anos de vida com lançamento de seu quarto livro

Segundo romance do escritor paraibano indicado ao Prêmio Jabuti, ‘O que pesa no Norte’ será lançado em João Pessoa, neste domingo, a partir das 16h.

Página 9

Foto: Moinhos/Divulgação



Foto: Fábio Cardoso/Divulgação



JULHO AMARELO

Mês de luta contra as hepatites virais

Hepatites virais têm tratamento

Faça o teste



Editorial

Escravos do preconceito

O jornalista Leonardo Sakamoto disse que o Brasil sempre manteve controvérsias com a escravidão, mesmo após a implantação da Lei Áurea no país. E afirmou que esse tipo de crime ocorre ainda hoje, em diversas formas, tanto na zona urbana quanto rural. “Se a pobreza é mãe do trabalho escravo, a impunidade é o pai”, afirmou em entrevista ao Giro Nordeste da TV Bahia, transmitido na Paraíba através das redes sociais da Rádio Tabajara, emissora da Empresa Paraibana de Comunicação (EPC).

De fato! Mas não só controversa! O Brasil tem uma dívida enorme com a raça negra por todo mal que lhe causou. A escravidão no Brasil iniciou-se por volta da década de 1530, quando os portugueses implantaram as bases para a colonização da América portuguesa, para atender, mais especificamente, à demanda dos portugueses por mão de obra para o trabalho na lavoura. Ou seja: a escravidão no Brasil durou cerca de 400 anos.

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir o trabalho escravo e isso ocorreu por meio da Lei Áurea, aprovada pelo Senado e assinada pela princesa Isabel, em 13 de maio de 1888.

De lá para cá muita coisa mudou no mundo, e o Brasil assiste hoje a uma escravidão velada, disfarçada. Quantos negros vemos hoje em cargos executivos, de poder, dentro de uma empresa? Na televisão mesmo, quantos vemos com protagonismo em novelas ou séries? Se contam nos dedos. Houve avanços, claro. As leis de cotas raciais estão entre esses avanços, mas desde a última eleição presidencial, temos visto um recrudescimento desses avanços, com a busca da desqualificação dessas leis.

Leonardo Sakamoto é diretor da ONG Repórter Brasil e conselheiro do Fundo das Nações Unidas para Formas Contemporâneas de Escravidão e sabe do que está falando. Ele denuncia, inclusive, os outros modelos de escravidão que ainda existem no país e defende uma fiscalização firme no campo e na cidade para que seja evitado esse tipo de ação criminosa.

Um país que se pretende civilizado e com total respeito à cidadania não pode permitir a existência de focos de trabalho escravo em suas diversas regiões sem punição para os responsáveis por tais aberrações. No caso da raça negra, é preciso que a sociedade brasileira pare de ver, em qualquer que seja a instância, superioridade intelectual ou artística através da cor da pele. Este ano temos novas eleições presidenciais. Eis um bom momento para fazer esse resgate tão necessário à nossa cidadania.

Artigo

Luiz Carlos Sousa
luizcarlosjp@gmail.com

A máquina vai julgar!

Minha geração aprendeu a lidar com as mudanças rápidas que os novos tempos impõem. Primeiro veio a explosão dos automóveis, com toda a tecnologia que envolve a produção de um carro e a capilaridade da indústria automotiva com sua necessidade por peças e acessórios.

A aviação deu saltos imensos com o desenvolvimento dos jatos, da aviãoica e dos computadores, que hoje substituem os engenheiros de voo. Hoje, não há informação dentro de uma aeronave que não seja fornecida por um computador. O técnico com formação especial é desnecessário.

Mas, confesso, não estava preparado para a mais nova mudança que se anuncia e cujas primeiras experiências já estão em andamento e, pasmem, em execução: o uso da Inteligência Artificial (IA) para julgamento de processos na Justiça.

A manchete me assustou. Aprendi no curso de Direito que “cada caso é um caso” e a lei pode ser aplicada de forma diferente em situações que até podem parecer semelhantes, mas a subjetividade do juiz interpreta de outra maneira.

De acordo com a notícia, o objetivo do uso da IA é diminuir a sobrecarga de processos nos tribunais da China! A Academia Chinesa de Engenharia informou que a tecnologia diminuiu a carga média de trabalho de um juiz em mais de um terço, poupando aos cidadãos chineses 1,7 bilhão de horas de trabalho, além de economizar mais de 300 bilhões de yuans (R\$ 244 bilhões) entre os anos 2019 e 2021.

A situação é mais ou menos a seguinte: a inteligência artificial, baseada na tecnologia de aprendizado que as máquinas já têm hoje, seleciona processos judiciais para referências, recomenda leis e regulamentos, esboça documentos legais e altera erros humanos percebidos em vereditos. Isso, automaticamente!

A tecnologia me fascina ao tempo em que desafia. Curto ficar mexendo em máquinas e até as consertando, descobrindo novas formas de utilizá-las numa curiosidade profunda de quem quer entender e explicar tudo. Mas, no caso do julgamento de processos judiciais, não consigo alcançar o que um algoritmo vai levar em conta para decidir.

Sei que nos casos repetitivos pode-se aplicar a eficiência dos computadores em

rapidamente repetir processos, encontrar semelhanças e realizar cálculos com velocidade incompatível com a condição humana. Mas perceber as nuances em um processo, sentir a necessidade de fazer justiça, compreender a aflição das partes são atitudes demasiadamente humanas, incompatíveis com a precisão das máquinas com seus arquivos perfeitos salvos no frio dos HDs, os famosos discos rígidos das máquinas e sua capacidade cada vez mais aguda de guardar dados.

O diretor do centro de informações da Suprema Corte da China, Xu Jianfeng, disse que “o tribunal inteligente SoS (sistema de sistemas) agora se conecta à mesa de todos os juizes de todo o país”. E o que antes era apenas uma fonte de consulta transformou-se na referência e, de certa forma, vai submeter a autonomia dos juizes ao computador, uma vez que se o magistrado rejeitar a recomendação da máquina, ela exige uma explicação por escrito para fins de registro e auditoria.

Não sei como um juiz pode justificar que, apesar de todos os indícios, havia imprecisões no processo que o levaram a decidir de maneira diferente, a não ser recorrendo à subjetividade.

Duvido que a máquina consiga entender porque o Tribunal do Júri absolveu um réu se as provas comprovavam que ele cometeu o crime, o que não é incomum.

O Direito será apenas o cumprimento de procedimentos numa saga processual. E o bom senso? Não sei onde encontrá-lo em uma máquina!

“

Curto ficar mexendo em máquinas e até as consertando

Luiz Carlos Sousa

Foto Legenda

Roberto Guedes



Perigo por profissão!

Artigo

Rui Leitão
iurleitao@hotmail.com | Colaborador

A imortalidade

A questão da imortalidade sempre foi um tema de debates filosóficos. Ainda que experimentos científicos tenham tentado fazer com que o ser humano no seu aspecto físico possa ser imortal, a verdade é que nossa passagem pela terra é temporal. A imortalidade, portanto, se afirma nas convicções de fé religiosa, na compreensão de que existe vida após a morte. O corpo morre, mas a alma é imortal. Um dos grandes filósofos da humanidade, Platão, já dizia que “para acreditar na imortalidade é preciso assumir que a alma existe antes do corpo”.

O fenômeno da imortalidade é então algo que se restringe aos conceitos religiosos ou à perpetuação da memória, da lembrança eterna dos nomes ou feitos de pessoas que continuam a viver na lembrança do povo. A narração da História tem papel importante na concepção da imortalidade de personagens que protagonizaram acontecimentos inesquecíveis para entendimento do comportamento e construção das civilizações no curso dos tempos. Os membros de organizações como Academia de Letras, por exemplo, são tidos como imortais, porque sua obra fica perpetuada e será conhecida na sucessão de gerações.

O ser humano, por mais que se tenha debatido sobre a matéria, continua se questionando sobre a imortalidade, porque o evento da morte aparece como inevitável, pondo fim à vida corporal. Resta a crença de que a alma não morre, e assim possamos acreditar na imortalidade. A doutrina espírita professa a reencarnação, fazendo da imortalidade uma vivência de idas e vindas do espírito ao mundo terrestre, através de sua incorporação em pessoas e épocas diferentes. Na Bíblia encontramos várias passagens que tratam da imortalidade da alma. Numa delas (Jo 11.25) Cristo diz: “Eu sou a ressurreição e a vida e todo aquele que crê em mim, mesmo que morrer, viverá, não perecerá”. Abre-se a perspectiva de que a morte é apenas o ensejo em que a alma sai

“

O ser humano, por mais que se tenha debatido sobre a matéria, continua se questionando sobre a imortalidade

Rui Leitão

do corpo para uma nova morada na eternidade, onde poderá encontrar efetivamente a felicidade e a paz. Para tanto é necessário comportar-se bem, de acordo com os preceitos estabelecidos pelo Ser Superior, Deus, ensinados pela doutrina religiosa. Quem age mal aqui na terra poderá experimentar a Justiça Divina na eternidade.

A imortalidade continuará sendo o inalcançável para a humanidade, enquanto vida física. O homem PE considerado imortal na vida espiritual ou na memória do povo. Nas entidades culturais, onde seus membros permanecem enquanto viverem, costuma-se atribuí-los a imortalidade. Na sua significação formal, em termos concretos, representa a perpetuação da lembrança daqueles que, mesmo não estando mais fisicamente em nosso meio, permanecem vivos pela contribuição que prestaram à cultura. Os homens, por serem efêmeros, não são imortais. Imortalizadas ficaram seus ideais, suas ideias e suas obras..
Rui Leitão

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042

Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762

NOVO MODELO

Paraíba já teve 109 mil emissões de RG digital

Dados mostram que 280 mil emitiram versão atualizada em papel, com QR Code

Ítalo Arruda
 Especial para A União

Na Paraíba, 109 mil pessoas emitiram a versão digital da Carteira de Identidade Civil (RG) e já possuem o documento disponível em seus aparelhos celulares, conforme levantamento do Núcleo de Identificação Civil e Criminal (NUICC) do Instituto de Polícia Científica (IPC).

Os dados mostram, ainda, que 280 mil paraibanos já emitiram a versão atualizada do documento de identidade em papel, com QR Code impresso. “Esta emissão é necessária para a vinculação entre as carteiras física e digital do cidadão”, explica Acídio Furtado, gerente do NUICC.

Disponibilizado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social, em junho de 2021, o modelo digital tem sido procurado com mais frequência nos últimos meses. “Hoje temos uma procura bastante elevada devido à demanda reprimida por causa da pandemia”, acrescenta Acídio, ao ressaltar que a carteira tem a mesma validade do RG impresso e pode ser emitida gratuitamente.

“Para se ter o RG digital é necessário antes fazer o atendimento para a emissão da identidade com QR Code, e assim que receber o documento impresso, o requerente deve baixar o aplicativo ‘RG Digital Paraíba’, fazer o cadastro, a leitura de QR Code, além da comprovação facial e outros passos que devem ser seguidos”, explica Acídio, destacando que o aplicativo está disponível para aparelhos com sistemas Android e IOS.

Apesar de a versão antiga do RG continuar válida para quaisquer situações,

vale ressaltar que somente com o novo formato é possível o cidadão emitir o RG Digital. O novo modelo atende ao Decreto Federal 9.278/2018, que regula os procedimentos e os requisitos para a emissão de Carteira de Identidade por órgãos de identificação dos Estados e do Distrito Federal.

Atendimento

Em João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande, a emissão do RG se dá por meio de agendamento. Neste caso, o cidadão deve acessar o site www.portaldacidadania.pb.gov.br e criar um cadastro. A partir disso, será liberado o acesso para o agendamento e demais serviços da plataforma. O atendimento é realizado nas Casas da Cidadania, órgão

vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano, na data previamente agendada.

Para emissão da primeira via do documento, o interessado deverá portar certidão de nascimento (original) e comprovante de residência; já para a segunda via ou atualização do registro, o usuário deverá informar o número do RG, apresentar certidão de nascimento, casamento ou divórcio e comprovante de residência. Ainda poderão ser incluídos os números de outros documentos como Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), bem como título de eleitor, tipo sanguíneo com fator RH, entre outros.

■ Em João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande, a emissão do RG se dá por meio de agendamento. Neste caso, o cidadão deve acessar o site Portal da Cidadania e criar um cadastro

Foto: Marcelo Casal JR/Agência Brasil



Documento já está disponível nos celulares, conforme o Núcleo de Identificação Civil e Criminal

NO TRATAMENTO DA DOR

Estudo aponta benefícios do uso de células-tronco

O corpo humano é composto por centenas de células, dentre essas, existem as denominadas células-tronco, que possuem a capacidade de dar origem a diversos tecidos e são responsáveis por formarem nossos órgãos. É possível que através desse potencial regenerador das células-tronco sobre as nervosas, estas desempenhem um efeito terapêutico sobre as neuropatias, que são consequências de disfunções ou lesões no sistema nervoso.

Um estudo recente publicado pela revista *Recisatec*, de autoria do ortopedista Luiz Felipe Chaves Carvalho e do PhD em Neurociências Fabiano de Abreu Agrela, que compõem o quadro de pesquisadores da Logos University International (Unilogos), mostrou os benefícios do uso dessas células no tratamento da dor.

“Nesse estudo foi possível constatar esses benefícios atra-

vés do desenvolvimento dos objetivos específicos de revisão sobre células-tronco, sobre a utilização de células-tronco e discutir as formas de utilização de células-tronco para tratamento de dores neuropáticas”, aponta o artigo.

Ainda conforme os autores, em relação a utilização de células-tronco para tratamento de dores neuropáticas, foi possível concluir que as células-tronco embrionárias podem ser mantidas e cultivadas em laboratório em condições apropriadas e mesmo depois de muito tempo mantidas nessas condições, elas ainda possuem a capacidade de se proliferarem, se diferenciarem e se renovarem de forma indefinida, mantendo ainda a sua capacidade de formar os três folhetos embrionários.

“Através dos resultados e discussão do presente estudo, foi possível concluir que são en-

contrados na literatura diversos efeitos positivos descritos na utilização de células-tronco para o tratamento de doenças neuropáticas. Desde o efeito rápido e mais duradouro do alívio das dores encontrados em dados pré-clínicos utilizando células-tronco com o transplante, assim como efeitos positivos utilizando células-tronco neurais em ratos com lesão medular que também apresentaram diminuição das dores neuropáticas, a diminuição de dor neuropática com a utilização de mESC-NPC GABAérgicos cultivados em baixas doses de SHH e RA, a também diminuição da dor neuropática com células-tronco neurais transplantadas analisando a secreção de GDNF, assim como o alívio dos sintomas de dor e recuperação motora com o transplante de células-tronco da medula óssea e do cordão umbilical.”

Ainda falando sobre esse

tratamento, um dos atletas atendidos por um dos autores, Luiz Felipe Chaves Carvalho, recuperado em tempo recorde pelo profissional foi o ex-jogador Diego Lugano, em 2014 que, após a aposentadoria, ainda retornou aos campos por mais três anos.

Efeito

É possível que através desse potencial regenerador das células-tronco sobre as nervosas, estas desempenhem um efeito terapêutico sobre as neuropatias

UN Informe

Ricco Farias
 papiroeletronico@hotmail.com

MUITAS SEMELHANÇAS: ASSIM COMO EM PERNAMBUCO, LULA TEM DOIS PALANQUES PARA 'CHAMAR DE SEU' NA PARAÍBA

Na agenda de pré-campanha que cumpriu esta semana em Pernambuco, Lula (foto) não participou de evento público com Marília Arraes.

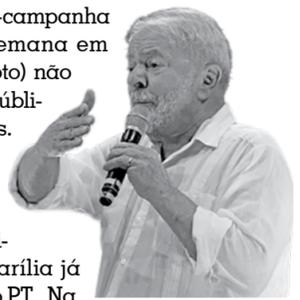


Foto: Estação Conteúdo

que disputa o Governo do Estado pelo Solidariedade, partido que tem o apoio de militantes petistas – Marília já foi filiada ao PSB e ao PT. Na agenda do ex-presidente, os socialistas, que tem como pré-candidato a governador o deputado Danilo Cabral, tiveram prioridade, até porque a pré-candidata ao Senado, Teresa Leitão, é do PT. Porém, Marília, que está à frente nas pesquisas de intenção de voto, também apoia Lula e afirma que o seu palanque está à disposição do petista, o que significa dizer que o ex-presidente terá dois palanques para ‘chamar de seu’ em Pernambuco. Notou alguma semelhança com o cenário da política paraibana? O fato é que temos o mesmo exemplo aqui. O governador João Azevêdo (PSB), que também lidera as pesquisas, apoia o ex-presidente e tem o maior arco de alianças no estado. E conta com os votos de parte significativa do PT, partido que firmou aliança com o MDB de Veneziano Vital do Rêgo. Ou seja: Lula também tem dois palanques ao seu favor na Paraíba. Estrategicamente, não faria sentido ele não vincular sua imagem ao PSB paraibano, legenda que lhe apoia em nível nacional.

LUPI: “NENHUMA POSSIBILIDADE”.

Nesta próxima semana, quem desembarca em João Pessoa é o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, confirma Marcos Ribeiro, que comanda a legenda na Paraíba. Lupi chegará para definir o posicionamento do partido em relação à disputa pelo governo. Esta semana, ele negou informações de que Lúcia Feliciano poderia ser indicada como candidata a senadora: “Nenhuma possibilidade”.

PRTB: CONVENÇÃO TERÁ DISPUTA?

Na próxima quinta-feira, o PRTB da Paraíba fará sua convenção para oficializar a candidatura a senador de Sérgio Queiroz – o evento ocorrerá no Domus Hall, no Manáira Shopping, em João Pessoa. No caso da escolha do candidato a governador, o nome até então colocado é o do major Fábio. Porém, Rui Galdino assegura que irá disputar essa indicação. A chapa ainda não apresentou candidato a vice.

“SERÁ UM EVENTO GIGANTESCO”

Antes da convenção que ocorrerá na Paraíba no próximo dia 5 de agosto, no Forrock, em João Pessoa, os socialistas da Paraíba – entre os quais o presidente da legenda, Gervásio Maia – participarão da convenção nacional do PSB, em Brasília, no próximo sábado. Sobre o evento no estado, o deputado disse que “será gigantesco, com todos os partidos aliados, formando, com certeza, o maior palanque da Paraíba”.

“NÃO EXISTE BAIXAR A GUARDA”

Há quem diga que após o MDB barrar os nomes aprovados pelo PT para a vaga de vice na chapa de Veneziano Vital do Rêgo, alguns petistas não irão mais fazer a defesa da candidatura do emedebista, limitando-se a fazer campanha para Lula e Ricardo Coutinho, que disputará o Senado. Jackson Macedo não acredita que isso possa acontecer: “Não existe isso de baixar a guarda [em relação a Veneziano]”. Será?

PRIORIDADE É SÓ LULA E RICARDO?

O fato é que na carta enviada à direção do PT da Paraíba, em que anunciam a retirada de seus nomes da lista de possíveis indicados para compor a chapa do MDB, Márcia Lucena, Lenildo Morais e Maria Luiza Alencar fazem a defesa da campanha de Lula e de Ricardo Coutinho, mas não fazem referência a Veneziano Vital do Rêgo. Estariam magoados pela forma como foram preteridos pelo MDB.

APOIO NA PARAÍBA: FEDERAÇÃO DEVERÁ DEFINIR UMA POSIÇÃO ATÉ QUARTA-FEIRA

“Ainda não se chegou a um consenso, mas vamos conduzir isso até a quarta-feira”. Do presidente do PV na Paraíba, Sargento Dênis, que está em Brasília, referindo-se ao impasse estabelecido dentro da federação integrada por PT, PCdoB e PV, no tocante ao apoio a uma candidatura a governador. A direção local do PT apoia Veneziano, enquanto as duas outras legendas defendem a reeleição de João Azevêdo.

Mislene Santos

Presidente da Comissão de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da OAB/PB

Inquéritos de crimes raciais somam 60 somente neste ano

Segundo a advogada, o racismo estrutural é uma realidade e os espaços de poder não são ocupados por pessoas negras

Gisa Veiga
gisaveiga.jp@gmail.com

Muito se fala em racismo estrutural. Mas o que significa esse termo? “Significa que os espaços de poder na sociedade não são ocupados por pessoas negras. Mesmo no Judiciário, poucos de nós exercem um papel de destaque, assim como ocorre na política e todas as outras profissões de destaque”, comentou a presidente da Comissão de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial da Ordem dos Advogados do Brasil na Paraíba, Mislene Santos.

Apesar da negação de muitos de que não existe racismo no Brasil, são inúmeros os casos cotidianos de manifestações preconceituosas. Na Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa de João Pessoa, 40% dos inquéritos policiais são referentes a crimes raciais - 50% são de crimes homofóbicos e 10% de crimes religiosos.

“As pessoas julgam ser brincadeira as piadas de mau gosto dirigidas aos negros e negras, as falas preconceituosas sobre o cabelo, as roupas, o cheiro. Há também a generalização de que todo negro ou negra tem tendência a ser criminoso e criminosa, e são comuns os insultos nos estádios de futebol, quando chamam os jogadores pretos de macacos, e as abordagens policiais contra as pessoas pobres e de cor”, enumera a advogada.

A entrevista

■ Denúncias de racismo têm se tornado recorrentes em todo o Brasil. Como está a situação na Paraíba?

De acordo com a Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa de João Pessoa, a média anual de inquéritos é de 120 instaurados para esses crimes. No entanto, 50% são denúncias de crimes homofóbicos, 40% de crimes raciais e 10% de crimes religiosos. Neste ano, já foram instaurados aproximadamente 60 inquéritos e as denúncias sobre crimes raciais aumentaram de forma que está no mesmo patamar das de crimes homofóbicos.

■ Explique a diferença entre crime de racismo e injúria racial.

A injúria racial atinge de forma mais individualizada com ofensas a dignidade e a honra de uma pessoa devido a sua cor, raça, religião e etnia. Os exemplos mais clássicos de injúria racial estão na paixão brasileira, que é o futebol. Constantemente, há casos de jogadores sendo chamados de macaco, isso configura uma injúria racial. Esse crime está previsto no parágrafo 3º, do artigo 140 do Código Penal, que prevê uma pena de reclusão de um a três anos e multa. A injúria racial também pode ser cometida contra a religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

O crime de racismo está voltado para um grupo de pessoas ou uma coletividade, por conta da sua cor, da sua raça. São crimes mais extensos que atingem determinado grupo ou coletividade. Esse crime se configura quando essa coletividade é diminuída ou impedida de entrar ou ter acesso a determinados espaços devido a sua cor, raça ou etnia. Podemos utilizar como exemplos clássicos a proibição de ter acesso a estabelecimentos comerciais, às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e a elevadores sociais ou às escadas de acesso; ne-

gar ou obstar emprego em empresa privada devido a cor, raça ou etnia; proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário; impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional; obstar a promoção funcional. É uma verdadeira segregação. O crime de racismo está previsto na Lei nº 7.716/1989, é inafiançável e imprescritível.

■ Como funciona o racismo estrutural?

Para falar como funciona o racismo estrutural, se faz necessário esclarecer do que se trata. Segundo Silvio Luiz de Almeida, autor do livro “O que é racismo estrutural?”, essa forma de racismo está “presente na construção das hierarquias raciais que estrutura a sociedade brasileira”. E que estrutura é essa? A que está posta até os dias atuais, que atribui aos integrantes das classes subalternas (negros, negras, mulheres, índios, entre outros) o porões da casa grande que se chama sociedade, os porões dos espaços de poder, que colocam essas pessoas como

profissões de serventia, de servidão. Não vou citar profissões, pois julgo que todas são dignas e merecem o nosso respeito. No entanto, os negros e negras integram a base da pirâmide social, sempre na senzala e nos porões da sociedade.

No Judiciário, temos poucas negras a exercerem papel de destaque, assim como ocorre na política e todas as outras profissões de destaque. Os espaços de poder não são ocupados por pessoas negras, como também são não ocupados por mulheres. Essa é uma questão que vem de construção de segregação. Os dados apontam que na imprensa há menos de 20% de profissionais negros, na advocacia temos 1% de advogados e advogadas negras.

É dessa forma que funciona o racismo estrutural. Importante também destacar o racismo institucional definido por Silvio Luiz de Almeida, que deriva das relações de poder, conflitos e disputas entre os grupos que desejam admitir o domínio da instituição. Segundo ele, “as instituições são a materialização das determinações formais na vida social”. Um exemplo clássico do racismo institucional é a abordagem policial a pessoas pretas e pobres. Os negros e negras são sempre os principais suspeitos e suspeitas de cometer crimes porque, simplesmente, são pretos. O que vemos na ordem do dia na pauta jornalística: a execução de pessoas negras em abordagens policiais.

■ O que, na prática, a comissão da OAB tem feito para combater o racismo no estado?

A Comissão de Combate ao Racismo e Discriminação Racial tem mantido um diálogo constante com o delegado da Delegacia Especializada de Crimes Homofóbicos, Raciais e de Intolerância Religiosa de João Pessoa, Marcelo Falcone, para dar apoio a ações da delegacia. Acompanhamos as pessoas que procuram apoio da comissão até a delegacia especializada para que sejam tomadas as medidas cabíveis, levamos os casos de racismo até o conhecimento do Ministério Público para que sejam devidamente apurados e estamos em constante campanha de conscientização e combate aos racismos e discriminação racial. O exemplo mais recente disso foi a realização do evento “Consciência é a raiz da resistência: a memória de Tereza de Benguela e o feminismo negro”, realizada pela comissão de Pombal, dentro da comemoração do “Julhos das pretas”, e a do simpósio que será realizado nesta segunda-feira (25), em parceria com a SPPM-PMJP, Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região, que vai celebrar o Dia Internacional da Mulher Negra e Latino-Americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela.

■ Quais as principais dificuldades encontradas pela comissão no caso do combate aos crimes de racismo?

Uma das principais dificuldades é fazer com que as pessoas que cometem racismo e injúria racial

entenderem que racismo é crime, que fere outra pessoa, que pode levar a doenças como a depressão e até a morte. Outro ponto de extrema importância é a falta de preparo da polícia na hora em que a denúncia que é feita fora da delegacia especializada. A denúncia é minimizada e resumida a um Boletim de Ocorrência. Muitas vezes há um flagrante, mas o reducionismo da situação faz com que o crime, muitas vezes, nem seja investigado. Isso aconteceu e ainda acontece em casos de violência doméstica. Na maioria das vezes, quem recebe a denúncia não está preparado para lidar com aquela situação.

■ Advogadas e advogadas negras também se deparam com preconceitos no trabalho?

O preconceito atinge os negros e negras em todas as profissões e nos mais diversos ambientes. Na época em que eu era estagiária, a advogada que me ofereceu o estágio voluntário foi barrada e teve a porta da sala de audiência fechada no rosto dela. O servidor nem a cumprimentou e nem perguntou o que ela desejava, só disse por três vezes “aqui só pode entrar advogada”. E ela repetiu por três vezes “eu sou advogada, eu sou advogada, eu sou advogada”. Eu, por andar muito de roupa de manga comprida, pois exercia o jornalismo na época e passava a maior parte do tempo em ambiente fechado, estava com o tom de pele mais claro, mas era estagiária e entrei na sala sem ser questionada, enquanto a advogada negra foi barrada. Isso se repetiu por muitas vezes em várias áreas do Direito.

■ Quais são os tipos mais comuns de preconceitos e crimes de racismo?

O maior deles é a negação de que o racismo existe. As pessoas julgam ser brincadeira as piadas de mau gosto dirigidas aos negros e negras, as falas preconceituosas sobre o cabelo, as roupas, o cheiro. Há também a generalização de que todo negro ou negra tem tendência a ser criminoso e criminosa, os insultos nos estádios de futebol, quando chamam os jogadores pretos macacos, as desqualificações de pessoas negras para exercerem determinadas profissões; a normalização da subalternação dos negros e negras; as abordagens policiais contra as pessoas pobres e de cor; o extermínio das pessoas negras, a desqualificação das mulheres negras, entre tantos outros.

Outro dia eu fui chamar uma vizinha para conversar e a pessoa que mora na casa da frente pediu para eu parar de chamar a vizinha, que eu estava fazendo barulho e ela queria dormir (essa pessoa cria problemas com toda a vizinhança). Eu continuei a chamar a minha vizinha. Da janela, a vizinha encrenqueira gritou: “Nem de negro eu gosto. Negro fede”. Os programas de rádio estão repletos de falas preconceituosas. Outro dia um radialista jovem, que eu gosto muito dele, estava falando que era contra as cotas raciais,

sob o argumento de que não é a cor da pele que diferencia uma pessoa da outra ou dá melhores condições de acesso à educação às pessoas brancas, em detrimento das pessoas negras. Esse comunicador reproduziu uma fala que será repetida por outras pessoas, mas que não tem embasamento nenhum, pois se há uma política de inclusão, como das cotas, é porque teve-se a exclusão.

■ Há outro tipo de problema estrutural. Trata-se do “machismo estrutural”. Como a sra. definiria isso?

O machismo estrutural segue a mesma linha do racismo estrutural. A estrutura patriarcal que coloca o homem como sendo superior à mulher. Sabemos que machismo é problema cultural que apresenta o homem como um ser superior às mulheres, como se só o homem fosse capaz de ocupar os melhores cargos e empregos. Vejam o que aconteceu com Dilma Rousseff. O que foi o impeachment de Dilma? Um golpe misógino!

Faz-se necessário refletir para as particularidades que o machismo e a misoginia assumem na sociedade brasileira e precisam ser pensadas e analisadas de dentro para fora – o machismo e a misoginia à brasileira. A dominação masculina tem sido uma regra política até mesmo em nossa história contemporânea, a despeito dos avanços das políticas de igualdade de gênero. As mulheres que alcançam cargos de destaque na política brasileira são consideradas criaturas fora do seu lugar que, quando muito, “embelezam” a política pelo viés feminino, mas se tornam “históricas” quando se posicionam feministas. Essa é a defesa do empoderamento masculino.

■ Como você espera marcar sua atuação à frente dessa comissão?

Nós estamos trabalhando em três projetos: a elaboração de um curso de formação em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Combate à Violência e Impunidade contra a Mulher, Comissão da Mulher Advogada, Comissão de Combate ao Racismo e também a Rede Sororidade, sobre gênero, raça e direitos humanos, que deve ser realizado na segunda quinzena de agosto; a realização do senso racial da advocacia paraibana e a confecção de uma cartilha e material audiovisual sobre o racismo e o combate aos racismo para ser apresentada e distribuída em escolas da rede pública municipal. Também estamos amadurecendo a ideia de realizar um curso de formação sobre o combate ao racismo para professores da rede municipal. Acredito que o caminho para se combater todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação é pela educação. Outro ponto de extrema importância é a interiorização da comissão para todas as subseções da OAB-PB. Essa interiorização foi um projeto idealizado pela ex-presidente da comissão e atual vice-presidente da OAB, Rafaela Brandão, e ela está junto conosco nesse projeto.

NA MATERNIDADE

A importância do acompanhante para a gestante

Presença de uma pessoa escolhida pela grávida para acompanhar o parto é garantida por lei

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

Além de garantir a segurança e um atendimento mais tranquilo a gestante, a presença de um acompanhante antes e durante o parto auxilia o trabalho da equipe médica. A afirmação é da diretora-geral da Maternidade Frei Damiao, Selda Gomes.

O crime cometido pelo anestesista Giovanni Quintella no Rio de Janeiro vem gerando vários debates acerca da importância e do direito da gestante a um acompanhante na sala de parto. O médico foi preso em flagrante por estuprar uma grávida durante o parto. O marido da vítima estava presente acompanhando a cesariana, porém, depois do nascimento do bebê, ele deixou o centro cirúrgico para acompanhar a criança até o berçário. Neste momento, o médico aproveitou para abusar sexualmente da mulher.

Na Maternidade Frei Damião, que funciona em João Pessoa, segundo Selda Gomes, quase 100% das pacientes no espaço estão acompanhadas pelo esposo, esposa, mãe, tia, prima ou outros parentes. A exceção são os casos de emergência que chegam nas ambulâncias e, mesmo nestas condições, a paciente entra sozinha, mas pouco tempo depois, o próprio acompanhante chega ou a maternidade liga solicitando a presença desta pessoa.

“Historicamente, a mãe, tia ou o esposo acompanha essa paciente. No caso da Frei Damião, isso não ocorre em 100% dos partos porque no Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), de transporte sanitário e no serviço de ambulância, não é permitido estar acompanhado. Neste caso, a gestante pode chegar sozinha”, explica.

Nos casos em que a gestante chegue desacompanhada à Frei Damião, a média é que entre 30 a 40 minutos depois o acompanhante já esteja no local. A paciente, se estiver consciente, informa ao fazer a ficha o contato da pessoa que irá acompanhá-la na internação.

De acordo com Selda Gomes, a maioria das pacientes chega consciente e acompanhada por familiares. A diretora-geral da unidade afirma que a violência (obstétrica ou não), é reduzida de forma considerável (ou é quase zero) quando há a presença do acompanhante. Ela acrescenta que o acompanhante contribui bastante na assis-

“

O correto é que ela não fique sem acompanhante. Para nós, ele já faz parte da própria equipe que ajuda a cuidar

Selda Gomes

tência a gestante: na hora de colocar o bebê para amamentar, ajudar a paciente a caminhar no corredor, quando ela quer ir ao banheiro, dentre outras situações. “O correto é que ela não fique sem acompanhante. Para nós, ele já faz parte da própria equipe que ajuda a cuidar. Vale ressaltar que menores de 18 anos e maiores de 60 não podem ser acompanhantes. Não é permitido por lei”, acrescentou.

A importância da entrada com o acompanhante é estimulada com frequência nos hospitais, não apenas como forma de cumprir a lei, como também de garantir um parto saudável. É o que lembra a coordenadora da Divisão Materno-Infantil do Hospital da Polícia Militar General Edson Ramalho, major Eva Betânia. “O direito ao acompanhante é garantido pela Lei Federal 11.108/2005, e é seguido na íntegra aqui no serviço. A paciente escolhe quem vai acompanhá-la durante o período de pré-parto, parto e pós-parto”, explica.

Major Eva observa que praticamente todas as parturientes querem acompanhante e quando elas não têm, normalmente, é uma situação de abandono, problemas familiares e outras questões pessoais que são delicadas para a mãe. “Quando a paciente chega sozinha é oferecido o acompanhante e entramos em contato com o que ela escolher, para vir acompanhá-la, exceto se for da vontade dela ficar sozinha”, acrescenta.



Acompanhamento na sala de parto traz mais segurança à gestante e maior transparência do trabalho da equipe médica

Sensação de proteção é aumentada

De acordo com a auxiliar de cozinha, Janicleide dos Santos, seu esposo a acompanhou durante o parto e a presença de alguém neste momento é essencial. Ela tem 38 anos e agora é mãe de Vivian que nasceu no dia 13 de julho no Hospital Edson Ramalho. “Antigamente não era tão comum ver mães acompanhadas nas maternidades e agora vejo muito mais. Isso é ótimo e no meu caso deu tudo certo”.

Para o marido de Janicleide, o motoboy Raimundo da Silva, acompanhar sua esposa em um momento tão especial foi uma ótima experiência e que, além de uma boa lembrança, foi a oportunidade de trazer segurança para ela. “É um momento muito delicado e ela ficou com muito medo. E eu pude estar ali para ajudar. O acompanhante é importante porque ele pode ver tudo o que está acontecendo e se sente mais seguro”, relatou.

Acompanhantes na pandemia

O acompanhante é permitido tanto para o parto normal quanto na cesariana. No entanto, no segundo procedimento, alguns acompanhantes chegam a pedir para sair de sala, pois se sentem incomodados ao ver a cirurgia. Além deste caso, a equipe médica pode perguntar se o acompanhante quer permanecer quando a paciente está em estado grave na UTI e a indicação é fazer um parto antes da hora.

Selda Gomes resalta que essa situação era comum no auge da pandemia da Covid-19, quando estavam entubadas e a operação era indicada para a sobrevivência da mãe. “Algumas pacientes sofriam paradas cardíacas na hora da cesariana. Eram situações nos quais a equipe conversava com o acompanhante e muitos aguardavam fora da sala. Hoje, a maioria das nossas gestantes entram e saem conscientes”, explica.

De acordo com Selda Gomes, a Frei Damião foi uma das poucas ma-

ternidades paraibanas que garantiu o direito ao acompanhante durante a pandemia da Covid-19.

Já a ginecologista e obstetra, coordenadora da maternidade do Hospital Alberto Urquiza Wanderley - Unimed João Pessoa, Yara Villarin, informou que quando houve alta de casos da Covid-19, as trocas de acompanhante geralmente aconteciam a cada 24 horas como forma de proteger gestantes, familiares ou amigos. “Mesmo assim, o acompanhante podia ficar com a paciente independente do tempo que dure o trabalho de parto. Até hoje, ele fica até a alta”

■ **O acompanhante da gestante deve seguir uma série de regras enquanto permanece dentro da maternidade**

Privacidade das pacientes

Selda Gomes lembra que a presença do acompanhante, além de ser fundamental para a gestante, também torna o trabalho da equipe médica ainda mais transparente porque essa pessoa estará o tempo todo na sala de parto e pode verificar de perto todos os procedimentos.

Ao chegar na Maternidade Frei Damião, a paciente é internada e o acompanhante é direcionado ao serviço social para ser admitido. Para isso, preenche uma ficha, é verificada sua temperatura e se ele está com algum sintoma gripal. Caso esteja,

é feita a testagem da Covid-19, para autorizar sua entrada. Se ele estiver saudável recebe uma cartilha, uma roupa identificada e uma pulseira e só pode trocar de acompanhante a cada 24h.

A coordenadora da Divisão Materno-Infantil do Hospital Edson Ramalho, por sua vez, explica que quando a paciente escolhe o acompanhante, ele é entrevistado pelo serviço social. “Além do contato inicial com o serviço social, diariamente são feitas palestras, onde são dadas orientações de normas e rotinas da unidade, exercício de cidadania (fazer o registro de nascimento do bebê, do cartão SUS, CPF, que são oferecidos pela maternidade) e tirado dúvidas que porventura surgirem”, apontou a major.

Acompanhantes e doulas

A doula é uma profissional cujo trabalho é acompanhar a gestante na gravidez, parto e período pós-parto, oferecendo conforto nestas etapas. De acordo com a ginecologista Yara Villarin, é comum as pacientes acreditarem que a entrada da doula já elimina a presença do acompanhante. Mas, na verdade, a futura mamãe tem direito a presença destas duas pessoas. “A doula não conta como acompanhante e, portanto, a gestante não precisa optar entre seu companheiro (a) e ela. Hoje, qualquer hospital seja público ou privado tem que permitir o acompanhante e a doula”, orientou.

Ela avalia que presença desta pessoa é de grande importância, mas observa que é imprescindível que o parceiro acompanhe todas as etapas da gravidez, incluindo as consultas. “As modificações gravídicas socorrem com a gestante, mas o marido ou a esposa também precisa se adaptar a elas. Devem entrar nesse universo da gestante e entender para que possam se envolver desde a época do pré-natal”, argumentou.

Foto: Acervo pessoal



Foto: Acervo pessoal



Foto: Acervo pessoal



SAÚDE MENTAL

Sinais de uma geração trancada

Ficar isolado no quarto por muito tempo pode indicar problemas emocionais, e pais precisam se manter em alerta

Nalim Tavares
Especial para A União

“Existe essa ideia entre pais e responsáveis que um adolescente ou criança trancado no quarto é uma coisa passageira”, é o que diz a psicóloga Lívia Martins. “O problema é que essa ideia pode estar errada. Tenho percebido que adultos tendem a encarar a retração de um jovem como rebeldia, uma fase, algo que vai passar com o tempo e não merece atenção, quando, na verdade, atenção é exatamente o que a situação precisa.” Segundo a psicóloga, existe uma diferença entre estar bem sozinho e viver só. Enquanto o primeiro ponto pode indicar independência, segurança e estabilidade, o segundo pode significar medo e desconfiança, além de, possivelmente, ser um sintoma ou levar a ocorrência de algum problema para a saúde mental.

Na casa da família Monteiro, o isolamento de Elizabete, a filha única da casa, começou a ser motivo de preocupação. Nilza Monteiro, a ma-

triarca, comenta que a filha nunca saiu muito, mas somente neste ano começou a notar o afastamento entre elas. Elizabete costuma ficar no quarto, que define como “tranquilo e bom para estudar”. “Tenho medo que ela se isole”, Nilza diz. “Não quero perturbar os estudos dela, mas também não quero que a vida dela seja resumida a isso.”

Elizabete, no entanto, não se sente segura para relaxar ou se divertir: “Eu sei que os meus pais se preocupam porque não estou mais saindo. Eles ficam me dizendo que descansar é importante, que eu preciso ver gente, mas também tem muita pressão para passar no Enem. Sempre teve essa cobrança por notas boas, então acho que nunca relaxei muito.”

Elizabete conta que não se sente confortável para sair de casa, ou para fazer uma pausa e descontração. “Fico com medo de sair, tirar alguma nota baixa, e depois ser cobrada por isso. Eu sei que vou ficar pensando que, se eu tivesse ficado em casa para estudar no lugar

de ter saído, isso não teria acontecido. E acho que meus pais vão pensar isso também, que eu estudei pouco.”

Em parte, Nilza concorda: “A gente realmente sempre cobrou que a Elizabete tirasse notas boas. Mas eu também não quero que a vida dela seja só de estudos. É claro que estudar é importante, mas ela também precisa sair com os amigos, ver o mundo, conhecer outras pessoas. Acho que nenhum de nós sabe como conciliar isso.”

Para os Viana, uma outra família na mesma situação, o problema é um pouco diferente. Gabriel, o caçula da família, entrou de férias recentemente, e desde então tem estado no quarto, interagindo com os amigos virtuais, mas não com os que moram por perto e o convidam para sair. Pedro Viana, o primogênito da família, tem 21 anos, e diz que “eu me preocupo, não nego, porque sei que uma vida digital é comum para adolescentes como o meu irmão, e até para os adultos, como eu. Mas acho que é importan-

te ter um pouco dos dois, se divertir on-line e se divertir lá fora, com os amigos. O Gabriel não sai do quarto nem para sentar na sala quando o resto da família está junta.”

O pai dos dois, Ricardo, se preocupa também: “Antes, quando ele não estava de férias, ia para a escola de manhã, estudava à tarde e, à noite, continuava no quarto para jogar. Como eu sei que essa é a diversão dele, costumei deixar. Mas, quando ele entra de férias, parece que piora. O Gabriel só fica no quarto jogando, e não quer nem sair com a gente, com a família, quando é final de semana e nós resolvemos almoçar ou jantar fora.”

O Gabriel explica que “não é uma questão de querer, é uma questão de preferir.” Segundo ele, as interações on-line são mais divertidas. “Eu gosto de jogar, é como eu gosto de passar meu tempo. Meus amigos jogam também, e a gente conversa nos chats. Às vezes, eles saem e me chamam para comer ou ir para a praia, mas eu prefiro ficar jogando. É o que eu acho mais legal.”

“

Às vezes, eles saem e me chamam para comer ou ir para a praia, mas eu prefiro ficar jogando. É o que eu acho mais legal

Gabriel Viana

Foto: Pixabay



Limites de uso de celular e jogos não devem ser agressivos, mas fruto de diálogo

Impor limites sem agressividade e apostar no diálogo e nos “combinados”

“Conciliar” parece ser a palavra-chave, mas cada caso tem a sua particularidade. De acordo com a psicóloga clínica cognitivo-comportamental, Rayanne Moreira, os responsáveis por crianças e adolescentes precisam ficar atentos ao tempo que seus protegidos passam trancados, e ajudá-los a se integrar em grupos de convivência, se for preciso. “É possível entrar em acordos. Os responsáveis são aqueles que podem guiar os mais novos. Então tem muito desse processo de supervisão, de observar, de orientar e, em alguns casos, colocar, sim, limites.”

A psicóloga explica que a imposição de limites não precisa e nem deve ser agressiva. “A maneira como se aborda faz total diferença na forma como a mensagem vai ser recebida”, ela diz. “Um diálogo não precisa de gritos.” Se os pais acreditam que os filhos têm se isolado e que sair para passear ou desenvolver outras atividades pode ser benéfi-

co para eles, não precisam proibir o jovem de ficar no quarto, jogando, estudando ou desempenhando qualquer outra ocupação de seu interesse. “É preciso estabelecer combinados, tudo através de uma conversa.”

Existem diversos motivos que podem levar um jovem a se isolar do convívio com outras pessoas. Mas, segundo Rayanne, a causa, normalmente, tem a ver com algum tipo de desconforto. “Porque ficar no quarto é mais seguro do que sair para interagir? O que se ganha com isso? É muito importante avaliar o que o adolescente está dizendo.”

Para Lívia Martins, um jovem pode, de fato, preferir privacidade para desenvolver atividades. “Talvez ele goste de escrever, talvez ele goste de dançar, e se sintam melhor fazendo isso em um espaço que considera seguro, controlado por ele, como é o caso de um quarto.” No entanto, “se o jovem não está desenvolvendo atividade nenhuma, se ele está apenas se iso-

lando, é preciso prestar atenção para chamá-lo de volta para a socialização e, principalmente, para descobrir o que gerou esse desconforto que o levou a se manter afastado. Talvez ele seja inseguro ou ansioso, talvez a conduta de uma outra pessoa tenha assustado e oprimido. Mas ninguém se isola se não sentir que, de alguma forma, isso é o mais seguro.”

Por isso, a psicóloga explica que é preciso prestar atenção, também, ao ambiente em que aquele jovem está inserido. “Ele pode estar se sentindo pressionado, julgado ou confuso. E, talvez, as pessoas que convivem com ele estejam realmente pressionando. Por isso o exercício da conversa é tão importante. É preciso que todos saibam que podem dialogar, que se sintam seguros para falar, e, muitas vezes, as duas partes precisam ceder, fazer algum tipo de concessão, ajudar um ao outro a enxergar o quadro geral e melhorar o convívio.”

Vida social é importante e isolamento exagerado prejudicial

■ A pandemia da Covid-19 serviu para exemplificar como ficar confinado ou sozinho por um longo período é desgastante

“Qualquer especialista em saúde mental pode dizer que o isolamento não faz bem. Nós mesmos, durante a pandemia, pudemos perceber como isso foi afetando todo mundo, porque ficar confinado ou sozinho é desgastante, especialmente para lidar com perdas e quando se está com medo”, conta Lívia.

Segundo ela, uma vida social

é importante para o bem-estar de todos, mas, para crianças e adolescentes, o convívio com outras pessoas traz aprendizados fundamentais. “Não é só sobre se descobrir enquanto indivíduo, até porque, hoje, podemos descobrir muito sobre nós mesmos nas redes sociais, em séries, na internet, e pesquisar mais informação, encontrar outras pessoas, comunidades. Uma vida virtual é benéfica ao juntar pessoas nesse sentido, de compartilhar descobertas. Mas o convívio presencial tem suas particularidades importantes.”

A psicóloga elucida que muito do que aprendemos com outras pessoas é assimilado através da observação. “Existem comportamentos que só reproduzimos porque vemos outras pessoas fazerem o mesmo. Vamos aprendendo a falar à medida que conversamos conosco, por exemplo. Interagir com outras pessoas

nos ajuda muito a entender o que é legal e o que não é, o que é seguro e o que não é. Sentir emoções, perceber expressões faciais, linguagem corporal, tudo isso vamos aprendendo, principalmente, a partir da socialização presencial.”

“Um jovem em seu quarto não é um problema. É natural que, ao crescer, durante o processo de independência, uma pessoa procure privacidade. No entanto, se essa pessoa se isola, se o quarto deixa de ser um lugar de liberdade e passa a ser um lugar de confinamento, nesse caso temos um problema”, explica Lívia. “Ninguém deve viver trancado. É a partir da interação com outras pessoas e das experiências que elas proporcionam que vamos moldando quem somos, e é por isso que, durante a juventude, infância ou adolescência, precisamos ter a chance de sair, conhecer o mundo fora de casa e adquirir vivências.”



Formação individual passa pela interação e experiências coletivas

Foto: Freepick

CAMINHOS DO FRIO

Solânea é o 4º destino da rota cultural

Nesse 7º ano de participação, os solanenses optaram por uma programação que preze pela cultura raiz da cidade

Nalim Tavares
 Especial para A União

Amanhã, a Rota Cultural Caminhos do Frio chega ao município de Solânea. Entre os dias 25 e 31 de julho, a cidade, que é considerada a mais fria do estado da Paraíba, promete um evento grandioso, com muita cultura durante toda a semana. O presidente do Fórum de Turismo Sustentável do Brejo Paraibano, Jaime de Souza, conta que “a retomada da Rota, depois da pandemia, está acontecendo em grande estilo. Tivemos recorde de público todos os dias durante a realização dos nossos eventos. E nós tivemos uma grande alegria em ver que nossas exposições, oficinas, restaurantes e pontos turísticos têm estado todos lotados.”

Localizada no Brejo e no Curimatá Ocidental do estado, Solânea está a 99,3 km de João Pessoa. Este é o sétimo ano da cidade como parte da Rota Cultural Caminhos do Frio, que está celebrando a sua 15ª edição. Para o prefeito, Kayser Rocha, esse “é o momento de apresentar o que nós temos na nossa cidade. Esse é o nosso grande objetivo, envolver toda a sociedade nessa semana, que vai ser importantíssima para nós. O turista vai se sentir muito acolhido lá e, mesmo sendo um período muito frio, vai encontrar um abraço caloroso da população solanense.”

O diretor de Cultura do município, Tiago Salvador, diz que, “aqui na cidade, nós temos como tema ‘Memorial de Fé, Arte e Cultura’, por entender que o turismo religioso e o turismo cultural são os fortes

do município.” Para esse ano, os solanenses optaram por uma programação diversificada, que preze pela cultura raiz da cidade e, ao mesmo tempo, enalteça a figura de Pinto do Acordeon, homenageado por esta edição do evento. “Tanto na abertura quanto em toda a composição do evento, inclusive na ornamentação, tudo foi muito pensado para enaltecer o homenageado.”

Além da variedade de atividades oferecidas pela programação da Rota Cultural Caminhos do Frio em Solânea, repleta de noites musicais, feiras gastronômicas, saraus, exposições de artes visuais, oficinas, teatro e artesanato, o município se prepara, também, para o lançamento da Revista Solanáceas, em e-book e impresso, com autores da Academia Solanense de Letras (ASL), na noite do dia 27.

No que se refere ao palco, 80% das atrações é composta por artistas do município. “Estamos preparando a classe cultural através de oficinas”, conta Tiago, “e estamos recebendo, também, outros artistas de renome nacional do cenário musical. A gente já vem conversando com toda a população, para que todos possam não só usufruir, como também bem receber o turista.”

Depois do período pandêmico, a expectativa para o Caminhos do Frio é alta: “A gente espera receber um quantitativo muito grande de turistas na cidade, e que todos venham brincar, se divertir, viver uma experiência única e usufruir da nossa cultura, da nossa culinária, do nosso artesanato e da nossa gente, que bem recebe os turistas, para que queiram sempre voltar.”



A Praça 26 de Novembro é o ‘point’ mais conhecido do município, onde moradores se reúnem para rodas de conversa

Foto: Acervo da Diretoria de Cultura do Município de Solânea

Padre José Antônio Maria Ibiapina, o apóstolo do Nordeste

Repleta de eventos tradicionais, Solânea é o destino certo para quem aprecia turismo religioso e cultural. Além da Festa do Padroeiro da cidade, com quermesses, apresentações culturais e shows musicais, a cidade realiza, anualmente, a Romaria ao Memorial Santuário do Padre Ibiapina, onde, no dia 19 de fevereiro, homenagens são prestadas ao sacerdote de mesmo nome, que está em processo de canonização pelo Vaticano.

No passado, o Santuário foi o local onde o padre José Antônio Maria Ibiapina instaurou a sua primeira casa de caridade. Lá, ele dava assistência às pessoas necessitadas da região. Atualmente, o Memorial preserva a

casa onde o padre viveu e morreu, um orfanato, uma creche e uma capela, chamada de Casa da Caridade, onde o corpo de Ibiapina descansa.

Por sua beneficência, o padre ficou conhecido como o “Apóstolo do Nordeste”. A peregrinação anual em homenagem a ele atrai aproximadamente 15 mil fiéis, que seguem em procissão por cerca de 15 km, da Igreja Matriz de Solânea, até o Memorial Santuário.

Cultura na feira

Com cerca de 12 mil metros de extensão, o Mercado Público de Solânea é considerado um dos maiores do Nordeste. Aberto toda quarta-feira e sábado, o

lugar recebe consumidores fiéis de aproximadamente 40 cidades da Paraíba, que costumam frequentar o mercado para fazer suas compras.

Uma vez por mês, o mercado fica ainda mais animado, com as apresentações do “Cultura na Feira”, um programa que envolve os compradores com artistas, repentistas, forró pé-de-serra, teatro de bonecos e muitas outras manifestações de cultura tradicional de Solânea.

Além do programa cultural no mercado público, a Praça 26 de Novembro, que é o point mais conhecido do município, onde os moradores se reúnem para rodas de conversa e jogos, é palco do “Praça Viva”, um pro-

jecto da Associação Turística e Cultural (Atus) de Solânea, que leva artes, artesanatos, e gastronomia para estruturas montadas mensalmente no centro da cidade.

Oficina de Babau

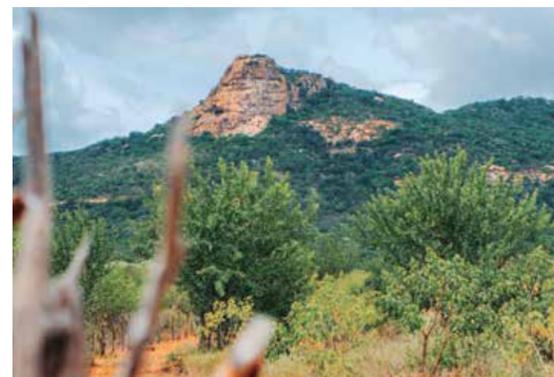
Uma forte expressão da cultura solanense é a Oficina de Babau do Mestre Maestro (in memoriam), onde vive Geraldo do Babau, filho do mestre. Hoje, Geraldo fabrica os próprios bonecos, faz apresentações e vende em feiras livres. A brincadeira com babaus tem um registro de patrimônio cultural imaterial no município de Solânea. Na Oficina, Geraldo mantém mais de 36 bonecos.



Aponte o seu celular para o QR Code para ter acesso a toda a programação da Rota Cultural Caminhos do Frio de Solânea



O mercado fica ainda mais animado com as apresentações do “Cultura na Feira”, um programa que envolve os compradores com artistas, repentistas, forró pé-de-serra, teatro de bonecos



O município é conhecido pela sua bela vista para o pôr do sol a partir das águas do açude da cidade; o visual soma-se à Serra da Carová, ao Cruzeiro de Santo Antônio, à Pedra do Mateus e ao Letreiro

CAMAALÁ

Berço de artistas, artesãos e talentos

Uma das principais atividades econômicas da cidade são os diversos fabricos implantados nas zonas rural e urbana

Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

Camalá, palavra derivada do tupi-guarani que significa “camará preto”. Na Paraíba, é a palavra que nomeia o município fundado como povoado em 21 de junho de 1895, através da doação de uma área de mais de 16 hectares feita por Domingos Ferreira Brito e Rosa Maria da Conceição para a Igreja Católica, formando assim o Patrimônio de São José. A doação foi feita a pedido de José Cardoso da Silva, conhecido até hoje como o fundador da cidade.

Somente em 19 de março de 1962, quando Camalá foi separado de Monteiro, através da Lei nº 2.617/1961, que passou então a ser considerado como um município. A cidade está localizada no Cariri paraibano, fazendo divisa com Pernambuco e com as seguintes cidades da Paraíba: São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Monteiro, Sumé e Congo. Em relação a João Pessoa, capital do estado, Camalá está a 331,7 quilômetros de distância.

O município é conhecido pela sua bela vista para o pôr do sol a partir das águas do açude da cidade. O visual soma-se à Serra da Carová, a Bodega de “dona Mocinha e seu Aluísio”, o Cruzeiro de Santo Antônio, a Pedra do Mateus - ou do Letreiro; o Balneário Público Municipal, o Picoito do Pindurão, entre outros.

De acordo com Paloma Neves, diretora de Turismo Municipal, uma das principais atividades econômicas da cidade de Camalá, que tem crescido nos últimos anos, é a “implantação de diversos fabricos nas zonas rural e urbana, gerando emprego e renda para muitos moradores da cidade”.

A cidade também é berço de artistas, estudiosos e artesãos que são de extrema importância para a cultura do município, fortalecendo o sentimento de pertencimento que os

invade cotidianamente. Segundo Paloma, algumas das figuras que podem ser mencionadas são o professor Antônio Mariano Sobrinho, Cidinho dos Oito Baixos, o poeta Manoel Nicolau, Kiel do Acordeon, o poeta Zé Mineiro, a poetisa Angélica Costa, além de outros exemplos.

Para Paloma, poder contribuir atualmente com a promoção e o desenvolvimento da cidade e de seus atrativos é uma das formas que encontrou de retribuir o carinho que o lugar sempre teve para e com ela. Dentre suas atividades, está a apresentação dos potenciais de Camalá para os outros municípios e visitantes.

Inclusive, Neves acredita que a conquista dos nativos de Camalá ao longo dos tempos, em diversas esferas, “tem sempre engrandecido a terra de onde vieram e seu carinho por ela”, podendo ser considerada como um dos grandes marcos camalauenses atuais.

Apresentando de outro ponto de vista, de quem conheceu Camalá através do olhar de pesquisadora, a professora Thaís Catoira comenta que um dos pontos altos de seu período na pesquisa, intitulada de “Patrimônios em devir: a fruição da informação dos patrimônios arqueológicos juntos aos seus atores no município de Camalá, PB”, foi a receptividade dos moradores. Catoira lembra que “as memórias compartilhadas nas conversas com os moradores foram fontes riquíssimas para compreender como estes percebem e se relacionam com as pinturas rupestres”. Além disso, o acesso às lembranças pessoais e afetivas traz à tona também a importância “da preservação do patrimônio cultural, arqueológico, que vão além de aspectos institucionais, mas nos mostram a beleza das histórias pessoais e individuais que envolvem, conectam e os unem enquanto comunidade”, disse a pesquisadora.



A bodega de dona Mocinha e seu Aluísio é parte do cenário bucólico que atrai a atenção dos turistas



■ A relação com a indústria têxtil e da moda vai além da renda Renascença

Renda Renascença de geração em geração

Também pesquisadora, a professora Geysa Flávia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destacou a produção da renda Renascença na cidade de Camalá. “Desenvolvi minha tese de doutorado intitulada ‘Entre linhas, agulhas e almofadas: os processos memoriais das mulheres rendeiras do município, a partir da técnica da renda Renascença, com o objetivo de compreender como as memórias individuais e coletivas das rendeiras auxiliam a construção das identidades locais e fortalecem as

identidades nacionais na construção artística da produção de renda Renascença”, explicou.

O trabalho foi realizado em 2019 e, na época, dos cerca de quatro mil habitantes de Camalá, mil eram mulheres, crianças e adolescentes que produziam a renda Renascença. A pesquisadora conta que, a partir de conversas com as rendeiras, estima-se que a produção da Renascença no município tenha se fortalecido em meados da década de 1970, com a fundação da escola técnica de primeiro e segundo grau, no ano de 1972. “A escola tinha como propósito melhorar

a vida da comunidade e lá as pessoas começaram a ter um contato maior com a realidade social dos alunos, conhecendo suas dificuldades e carências, que eram filhas e filhas de mulheres rendeiras”, disse Geysa.

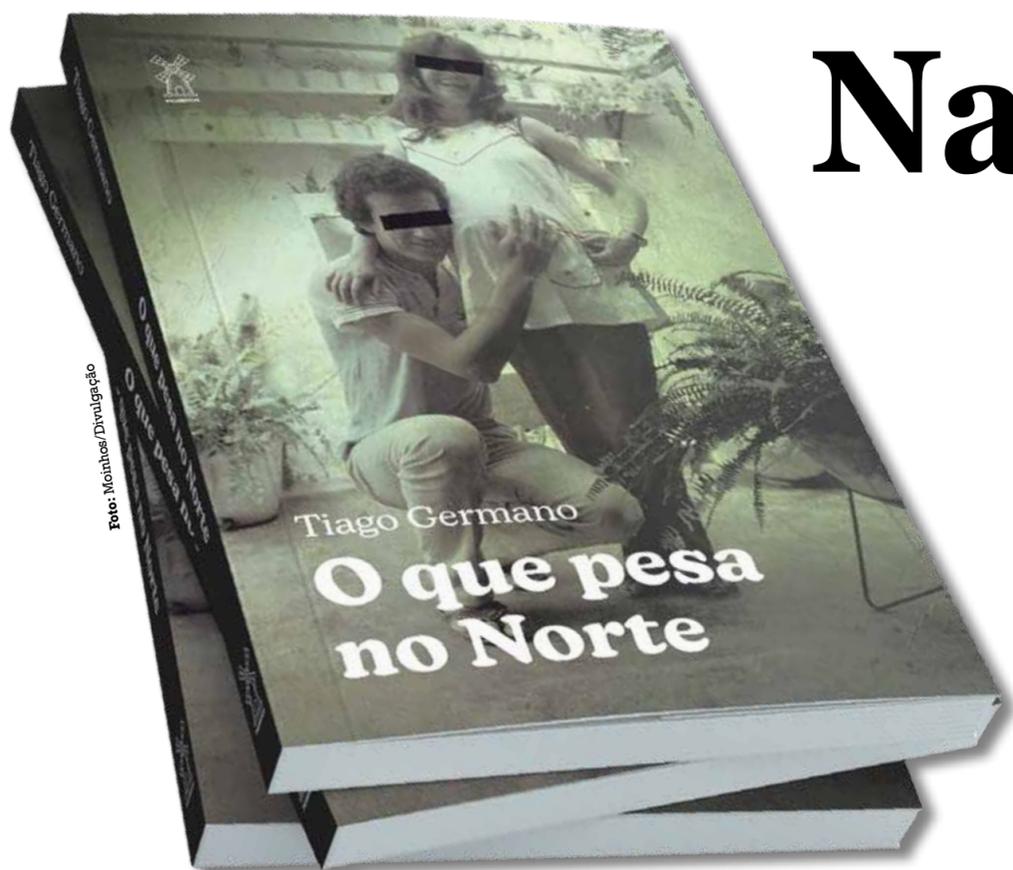
Ainda com relação às descobertas feitas a partir do trabalho de campo para sua pesquisa de doutorado, Geysa ressalta que existe uma organização social entre as rendeiras e isso demonstra as relações sociais e de produção da renda, principalmente quando se trata da família enquanto “unidade reprodutiva da mão de obra” e também enquanto

“formadora de uma tradição que se consolidou entre mulheres responsáveis pela formação de uma nova geração de rendeiras”, apontou a professora.

Em dezembro de 2021, a renda Renascença foi considerada Patrimônio Cultural Imaterial da Paraíba, através de um projeto de lei proposto pelo deputado Chió. Na ocasião, ele ressaltou a importância do bordado para o estado e para a economia dos principais municípios produtores, dentre eles Camalá.

A renda Renascença, para Geysa Flávia, é uma expressão artística que se baseia na

transmissão de saberes, “através da voz, da performance, da memória e da observação de gerações de rendeiras”, destacou. Nesse sentido, cada uma das gerações de rendeiras integram uma espécie de “coautoria” dessa arte, a partir da criação de pontos, por exemplo. “A performance, que expressa significado nas mãos das artesãs ao recriar sua arte a cada ponto produzido, torna-as intérpretes de sua cultura. As mãos tecem à medida que os sonhos, as expectativas e as formas da criação e da vida vão sendo fixadas na memória”, finalizou Geysa.



Na geografia do núcleo familiar

Finalista do Prêmio Nacional Cepe de Literatura, romance 'O que pesa no Norte' será lançado hoje, em João Pessoa

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

O romance *O que pesa no Norte*, quarto livro do escritor paraibano Tiago Germano, traz já em seu título (extraído da letra da música 'Fotografia 3x4', de Belchior) duas referências fundamentais que norteiam a obra e a própria prosa de seu autor: a carga dramática que incide em seus personagens e a orientação geográfica que exprime uma rota de fuga, de desaparecimento. A obra, que está no topo da lista de mais vendidos da Editora Moinhos e é finalista do Prêmio Nacional Cepe de Literatura, será lançada oficialmente hoje, às 16h, no Bricktop's Café, em João Pessoa. O evento acontece no dia em que Germano completa 40 anos e contará com um bate-papo com o escritor Roberto Menezes. Na ocasião, o público poderá adquirir o livro ao preço promocional de R\$ 50.

O processo de escrita da obra, que trata sobre migrações, teve origem em um aeroporto, por volta de 2012. Tiago Germano estava acompanhado de seu pai e o momento gerou uma cena presente no livro em que ambos disputam uma partida de xadrez. Já a ficção narra a tentativa de resgate ao núcleo familiar por parte de Ricardo, um pai preconceituoso e machista, de seu filho Guilherme, estudante de Direito que decide partir da Paraíba em direção a São Paulo para se dedicar às artes cênicas. O enredo aborda temas atemporais e universais, mas se cerca de elementos contemporâneos que rompem com tradições regionalistas no seio de uma família patriarcal de classe média urbana nordestina, sem se furar das questões políticas atuais.

"Essas narrativas de desaparecimento são uma tentativa de matar esse pai, o pai simbólico da tradição literária daqui. Estamos tentando mostrar que aqui se faz literatura para ser lida em qualquer lugar, não só para ser vinculada a um período histórico ou para se ensinar nas escolas", afirma Tiago Germano, que, em 2018, publicou *A mulher faminta*, sua estreia em romances. Assim como indica Roberto Menezes, *O que pesa no Norte* se apresenta como um gênero de "detetive emocional", no qual um personagem vai à busca de seus vazios, de fantasmas que atormentam o equilíbrio emocional, seguindo uma estrutura que reverbera produções literárias paraibanas importantes da década passada.

Estão nessa mesma linhagem *Julho é um bom mês para morrer*, do próprio Menezes, *Quarenta dias*, de Maria Valéria Rezende, e *Enquanto Deus não está olhando*, de Débora Ferraz, esposa e primeira professora de Escrita Criativa de Germano, área na qual hoje ele é doutor pela PUCRS. "Cada uma dessas obras é como uma antena do que está rolando no estado. Temos uma cena literária muito forte e que está começando a ficar autônoma", acredita o autor. "Não precisamos estar só vinculados a essa noção meio tacanha da seca e dos temas mais clássicos", complementa Germano, que se utiliza dessa herança literária na representação do pai, que insiste para que o filho nasça no interior, ao que a mãe (Ana) resiste. Ela não gosta da arca dramática que existe na cidade e da história de tragédias familiares que o local abriga.

Personagens que carregam o mundo nas costas

Os personagens de Tiago Germano em *O que pesa no Norte* parecem mesmo estar sempre carregando o mundo nas costas, com uma sombra depressiva que os persegue e o faz permanentemente procurar por reconhecimento. Guilherme tem consigo o incômodo da existência e migra para perder suas referências, para tornar-se um anônimo. Ele se aparta de quem era, sepultando suas ligações com o passado opressor. "O luto é um tema que me interessa muito e perpassa minha literatura e minha biografia. Eu perdi algumas figuras importantes na época da infância. A menina por quem eu era apaixonado morreu. A professora por quem eu era apaixonado morreu, e eu tive que elaborar tudo isso sozinho, sem ajuda dos meus pais, tendo a criação dos anos 1980. Isso tem a ver com a perda e com o manto obscuro que a morte estende em cima da gente", relaciona o escritor.

Apesar desse caráter depressivo, a voz narrativa em *O que pesa no Norte* se guia por um tom de crítica a conduzir o enredo, seguindo a tradição da crônica de Germano, gênero que deu a ele uma indicação ao Prêmio Jabuti por *Demônios domésticos* (2017). O romance tem capítulos narrados no pre-

sente, interpolados com capítulos narrados no passado em que a infância de Guilherme é muito bem descrita. "Eu comecei a pensar em temas para o romance e para o conto, um pouco com o olhar do cronista também. A crônica foi uma universidade para mim, me ensinou a escrever e a passar da poesia para a prosa. Esse saber, esse domínio, eu tenho conseguido mobilizar agora com esse meu romance", compara Germano, que constrói uma obra densa, com raras 296 páginas em tempos de aperto econômico das editoras.

Uma abordagem que tem se tornando comum a Tiago Germano é a de pessoas questionando sobre se o casal na foto da capa do livro seria os seus pais. "São os pais de Guilherme". Esse é apenas o primeiro aspecto que faz os leitores terem curiosidade sobre o nível de personalidade do autor presente na obra. A história de Tiago Germano também foi percorrida em cidades pequenas. Ele nasceu em Picuí, indo morar em Bananeiras e Solânea. Mudou-se então para o interior paulista, para depois ir para Campina Grande até chegar a João Pessoa, onde está radicado. "Acho que muita gente vai enxergar ali os caminhos que eu mesmo trilhei quando morei

em São Paulo e convivia no microcosmo que se reunia na Augusta e na Praça Roosevelt. Hoje, eu estou quase trabalhando no teatro", diz. "Eu encaro com naturalidade. Sou leitor e também faço essas projeções. É muito tentador cair nessa armadilha, mas como escritor eu tenho outra visão da coisa. Guilherme tem muito de mim e muito das pessoas que conheci, dos atores com quem eu morei em São Paulo. O pai tem muito do meu pai, mas o curioso é que ele tem muito de mim também".

Considerando que produziu a sua obra mais madura e mais coerente com o universo que vem construindo até hoje, o escritor demonstra receios e preocupações apenas na recepção dos leitores com o final proposto na obra. Sem antecipar e estragar esse momento, o desfecho no qual o destino do pai simula os movimentos do filho, tendo a sina de desaparecimento semelhante a de Guilherme, tem gerado muita discussão. "Não acredito em uma literatura que contemple o leitor o tempo todo", atenta. "Sou um trabalhador da prosa, um operário da palavra. Dei o melhor de mim nesse texto. Acho que isso deve ser uma espécie de virtude", finaliza Tiago Germano.

“

Estamos tentando mostrar que aqui se faz literatura para ser lida em qualquer lugar, não só para ser vinculada a um período histórico ou para se ensinar nas escolas

Tiago Germano



Enredo escrito por Tiago Germano (acima) aborda temas atemporais e universais, mas se cerca de elementos contemporâneos que rompem com tradições regionalistas no seio de uma família de classe média urbana nordestina, sem se furar das questões políticas atuais

Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | colaborador

Judaísmo e cristianismo

Quando o cristianismo era uma seita reformista, pregada de judeu para judeu, a crença em Jesus Cristo como o messias profetizado na Bíblia hebraica representava a doutrina de maior controvérsia em relação à teologia judaica tradicional. Apesar de tal desacordo, judaísmo e cristianismo possuíam grandes semelhanças. Ambos adotavam práticas restritivas que estavam estreitamente ligadas ao carisma coletivo. Eram adeptos da circuncisão e viviam sob estoicas restrições alimentícias.

Ambos consideravam o sábado um dia sagrado, assim como nossos contemporâneos adventistas, destinado ao descanso e a plena adoração religiosa. Para eles, a história tinha uma finalidade predefinida e o mundo teria sido criado à maneira descrita no livro bíblico de Gênesis. Algo muito importante era a crença de que seriam o povo escolhido por Deus.

Essa crença estabelecia graves limitações para o convívio com outros povos, ao passo em que os concebia como pessoas inferiores. Trocando em miúdos: seres desprezados por Deus, incapazes de alcançar a salvação.

A história do cristianismo não tardaria, porém, a demonstrar como disputas renhidas entre facções religiosas rivais capitulavam algumas dessas concepções.

Os apóstolos Pedro e Paulo foram inicialmente os dois principais personagens desse conflito. O primeiro, de tendência mais conservadora, defendia que o cristianismo precisava manter-se fiel à sua essência judaica, sem admitir a conversão dos gentios, mantendo-os draconianamente excluídos.

Paulo foi o principal responsável pelas mudanças que a religião passaria nesse período. Apostou na disseminação do cristianismo para além do universo judaico. Sua ousadia é um marco na história da religião.

Como não rejeitava completamente as doutrinas judaicas, soube conservar aquilo que parecia mais valioso e se opor às normas mais incômodas da Lei Mosaica, deixando a religião mais atrativa e aberta a outros povos e suas fronteiras mais fluidas.

Mudanças

O apóstolo Paulo apostou na disseminação do cristianismo para além do universo judaico. Sua ousadia é um marco na história da religião

Klebber Maux Dias

klebmaux@gmail.com | colaborador

Arte da transgressão

Estética e Existência

Analisar a arte e a estética a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1946) faz-se necessário compreender a pós-modernidade e a pós-autonomia. A pós-modernidade se caracteriza por ser um período histórico que está relacionado a um novo momento do capitalismo e de consumo. E a pós-autonomia é um procedimento que se refere à relação da arte com outros sistemas do conhecimento. Esses fenômenos são estudados pelo historiador inglês Perry Anderson (1938). O seu livro *As origens da pós-modernidade* (1999), apresenta o pós-modernismo como um fenômeno social a partir de dimensões contemporâneas socioeconômicas, históricas, políticas, culturais e estéticas. Também identifica as suas origens nos cenários espacial e intelectual, com maior atenção para a sua sequência cronológica e aos enfoques locais. Outro objetivo – desse livro – é destacar, de maneira mais experimental, algumas das condições que podem ter produzido o pós-moderno como fenômeno. Nessa perspectiva, no final do século passado, a ciência assumiu um privilégio sobre outras formas de conhecimento e a percepção para do modernismo foi destituída, por isso, na pós-modernidade, a ciência é considerada mais uma linguagem dentre outras.

As estruturas institucionais continuam definindo uma qualidade e um valor para as obras de arte desde o final dos anos de 1950, apesar de sua produção, distribuição e consumo. Isso força reconhecer critérios de legitimação, a fim de estabelecer relações entre indivíduos, artistas e instituições. Suas argumentações confrontadas com o campo cultural passam por uma catástase, isto é, algo que antecede a uma catástrofe e que de algum modo a retarda. No aspecto intelectual, também com a arte pós-moderna, surge a necessidade de omitir a arte e sua própria história, de forma a afirmar – esse processo – não considerar a descrição linear e contínua da história. E se antes os fatos históricos culminavam em um discurso cumulativo e cronológico, nos dias atuais, com a pós-história, compreende-se que os eventos aconteceram e acontecem de forma independente e descontextualizado e o que os direcionam às questões políticas. Na produção e no contexto da arte em geral, cria-se uma imitação e representação que nega o sentido estético, de forma a desprezar sua história e os conceitos de beleza da arte.

Uma característica do pós-moderno é que ele introduziu o domí-



Historiador inglês Perry Anderson (1938)

nio das imagens. Deu visibilidade as minorias humilhadas e revolucionaria um senso crítico contra as perversidades de um poder que destrói toda dignidade humana, prioriza a liberdade de preservar os pertencimentos e de vivenciar o prazer do próprio corpo. Isso está desvinculado dos padrões que normatizam uma cultura. Nesse contexto, o pós-modernismo surgiu em sociedades com índices elevados de consumo e de riquezas concentradas e acúmulos exagerados de bens. Tudo isso gerou a ruptura do senso estético e destruiu as contribuições da sensibilidade humana para uma harmoniosa convivência social. Diante dessas crises, o pós-modernismo é a decadência da cultural e a extinção dos afetos, torna-se um processo histórico que constitui a morte do sujeito e a anulação de todos discursos, também da perda dos valores morais e da ilusão das “falsas sedutoras normas religiosas”. Observa-se que é a negação de toda autoridade política, familiar, hierárquica e de líderes de igrejas.

A arte pós-modernista é constituída em uma estrutura por não transcender uma representação, entretanto, expõe o sistema de poder que legitima a intencionalidade de algumas representações, de forma a invalidar outras expressões estéticas e desconsiderar o contexto da filosofia da arte, isto é, das contribuições do autor/artista quando está inserido em um determinado contexto histórico e crítico para uma transformação social, que gera o bem-estar de todos, através de sua arte. Esse individualismo, no pós-modernismo, gerou para a cultura uma complexidade

que impossibilita definir os conceitos que caracterizam os estilos das manifestações artísticas e suas obras. Na concepção epistemológica, o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, com a finalidade de determinar seus fundamentos lógicos, seu valor e sua importância objetiva, contribuiu com uma mudança em categorias relacionadas à gênero e discurso, o que se pode chamar de transdisciplinaridade, que permite uma obra de arte ser enquadrada em várias categorias. Ao considerar o individualismo como uma ideologia, o pós-modernismo assume duas posições: uma diz que havia algo de individualismo na idade clássica do capitalismo competitivo, quando a burguesia emergia como classe social hegemônica. Outra, de tendência pós-estruturalista, acredita que nunca houve um sujeito individual autônomo. Esta seria uma construção filosófica e cultural para convencer todos indivíduos de que eles têm uma identidade única. Entretanto, observa-se uma nova compreensão – nos dias atuais – de como os artistas são capazes de criar novos estilos, e existe um número limitado do que pode ser inventado, pois a maior parte do que poderia ser pensado ou criado já foi construído e exposto. Diante disso, encontra-se duas características do pós-modernismo, são estas: a transformação da realidade em imagens, e a fragmentação do tempo em séries de estados contínuos e infinitos. O novo conceito que surge para explicar esses dois fenômenos é conhecido por “arte pós-autônoma”, que ocorre quando a arte se une a outros campos.

Entende-se por “arte pós-autônoma” quando é constituída de intencionalidade. Essa característica apresenta especificidades próprias aos próprios interesses, a sua aplicação e se estender para outros campos. Essa transgressão é visível nos momentos utópicos, porque o limite que separava os artistas das pessoas comuns está coincidente. E a percepção do artista se estendeu a todos, e a definição de arte absorveu todos objetos, seja dizível ou indizível, onde o próprio vazio se esvazia de si mesmo.

Sinta-se convidado à audição do 338º Domingo Sinfônico, deste dia 24, das 22h às 0h. Em João Pessoa-PB sintoniza FM 105,5 ou acesse através do aplicativo radiotabajara.pb.gov.br. Nesta edição iremos conhecer temas orquestrais para filmes, danças, balés, óperas e marchas.

Kubitschek Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

Cenário em ruínas

Que mais poderia eu dizer que nunca tenha já sido dito sobre os prédios e casas abandonadas no centro de João Pessoa. Quem tem autoridade para o dizer, não diz, passa e ignora.

Tantas cidades europeias preservam os prédios e casario e aqui as imagens são de completo abandono. Muitas casas com as janelas tapadas por tijolos, que enfeiam a paisagem, mas dizem que é para não serem invadidas. Como se a arquitetura fosse apenas uma referência daquilo que não existe mais.

Os personagens de hoje – mambembes, que atravessam as ruas da cidade na sombra deles mesmos, dessas realidades – sequer sabem o que representam essas casas e por que eles estão num cenário em ruínas.

Para aqueles que com o passar do tempo privavam dessa beleza, que moravam nessas casas, mesmo que nos últimos anos de vida, não revelam nada, lugar nenhum, sequer alguém que saiba contemplar perdidamente, a sua beleza. Ok, as cadeiras nas calçadas não precisam, mas o deslocamento é total.

Muitas estão à venda para que se construam prédios. Mas quem vai construir um prédio no centro da cidade?

O que melhor se ria, se chora da paisagem e do amontoado de vestígios. Também da vanidade dos loucos, que os habitantes abastados antigamente sabiam os nomes e acolhiam para dar boas risadas. E aí qual a ilusão que escolhemos viver hoje?

Românticos, malditos capitalistas, políticos e otários, ingênuos jamais, ou mesmo irresponsáveis, sobretudo por não terem um plano C, mas sim aos outros que antes deles, com a cumplicidade daqueles que, agora, sob o alto índice da ganância, todos cúmplices da catástrofe urbana, cruzam os braços. Só querem saber da grana.

Nada os impede de destruir a cidade, eles são impunes e a paisagem não merece tamanho castigo. Mas isso digo eu, parafraseando Fernando Pessoa, que não sei nada de finanças.

Nas avenidas João Machado, Rodrigues de Aquino, Dom Pedro I e II, na Praça João Pessoa, isso sem falar da Rua Cardoso Vieira, nas imediações do Varadouro. Tudo lembra Crime e Castigo, como no romance de Dostoiévski, só que nesta tragédia, os criminosos são reais.

Esquecem que a cidade toda é política, econômica, com a cumplicidade daqueles que não querem largar o poder e impõem suas vantagens, não têm cultura e que são, também, e muito, responsáveis pela tragédia urbana. Isso sem falar da educação, saúde, o básico mesmo. Mas o comboio aqui é outro – as casas e prédios abandonados.

Diria tudo isso e muito mais, tivesse eu engenho e arte para entender do sítio histórico, que permanece abandonado. Nada continua.

Essas casas e prédios antigos estão no precipício onde, por falta de gente competente e, sobretudo, por falta de gente que saiba administrar, vão caindo todos, a olho nu.

Li essa semana que vão revitalizar as fachadas da Praça Antenor Navarro. São 13 prédios, mas apenas as fachadas. Até que outro gestor faça o mesmo. Fachadas.

O empobrecimento está a mil confrontando-se com este cenário. Roteiros, itinerários, calçadas, mendigos, diversas lojas fechadas, estão despencando e ninguém faz nada

O empobrecimento progressivo de uma cidade de mais 400 anos, que ainda guarda cenas de horrores quando cartas de João Dantas para Anayde Beiriz foram expostas nessas cenas, que agora estão em ruínas.

É o fim.

Kapetadas

1 - Diz que é Rambo, mas só dá rombo, sequer ronda a cidade;

2 - Pode ser que o berço seja esplêndido, mas o país tá cada vez mais insone;

3 - E se a gente calasse a boca em prol de um “mudo” melhor?



Prédio no Centro Histórico, nas imediações do Varadouro

Colunista colaborador

Alex Santos

Cineasta e professor da UFPB | colaborador

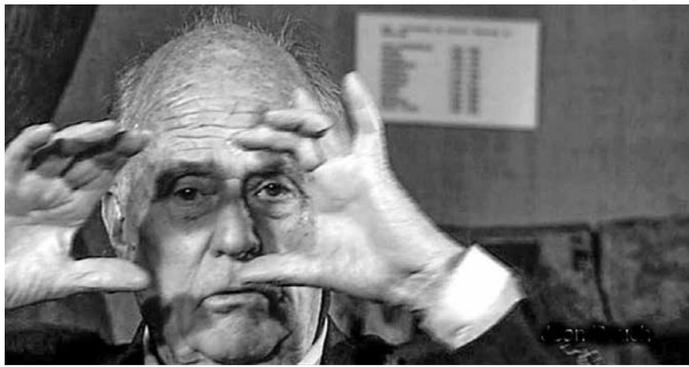
Rebobinando um “filme” havia muito esquecido

Um motivo que sempre me fez rebobinar as questões do tal movimento superoitista, dos anos 1970/80, é o do “cinema direto”, que fora muito alardeado naquela ocasião. Isso, em razão da tese defendida por alguns dos fundadores da organização Varan, uma associação criada na França para fomentar a cultura cinematográfica, até fora de Paris, com atuações inclusive na Paraíba. Evento que houve de maravilha (sic) muitos dos superoitistas nossos da época, e que parece não terem entendido, ainda, o que realmente é cinema.

Naquela época, já na assessoria de imprensa da Prac - Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, da UFPB, e formalmente na comissão de criação do Nudoc - Núcleo de Documentação Cinematográfica, e também redator do jornal *O Norte*, há mais de cinco anos, de certo modo me insurji sobre aquele rótulo de “cinema direto”.

Se já vínhamos produzido realmente aquele tipo de abordagem fílmica, em nossos documentários, por que então, para alguns mais entusiasmados, aquela seria uma tão empolgante “novidade”? E mesmo porque, acabávamos de substituir a bitola de 16mm, que vinha sendo usada há muitos anos nos nossos curtas e longas-metragens, pelo Super-8. Sendo essa bitola de uso da nova sugestão francesa de produção, quando já se entendia tudo aquilo como um mero modismo. E eu estava certo em minhas publicações deduzções...

A rigor, quando não há entendimento sobre uma tese ou proposta, seja



Cineasta francês Jean Rouch (1917-2004) sempre foi um nome respeitável

ela simples ou complexa, por mais que se queira, não funciona de todo como se desejaria. Foi o caso do “cinema direto”. Uma rotulação que, dentro do próprio movimento francês não era acolhida pela maioria dos integrantes. “...não havia um consenso total pairando sobre o que se discutia em termos do cinema direto, sequer no interior da própria Associação Varan”.

Afirmção que vem de ser publicada em livro, 30 anos depois, sob a organização de Lara Amorim e Fernando Trevas Falcone, intitulado *Cinema e Memória - O Super-8 na Paraíba nos anos 1970 e 1980*. O saltério traz em suas páginas três curtas-metragens que realizei em Super-8, entre 1977 e 1982, que são: *O Coqueiro*, Prêmio da Sudene no Festival Brasileiro de Cinema, Recife (PE); *Misticismo - Folguedos e Tradições*, com algumas de suas imagens transcritas no documentário sobre Pedro Osmar; e *Africanos*, curta que documenta a cultura popular representada por uma tri-

bo indígena do bairro da Torre, em João Pessoa. Todos os três curtas usando o nosso princípio de “registro direto”.

Outra expressão bastante veneranda naquela época, e fora criada pelo cineasta francês Jean Rouch, que se contrapunha ao “cinema direto” dos que faziam a organização Varan, era “antropologia recíproca”. Slogan esse que defendia a importância do ser humano de forma ampla perante a sociedade, e que para uma boa parte dos formadores franceses se adaptava melhor ao registro documental cinematográfico, que estava sendo proposto naquela época pela Associação Varan.

Detalhe: hoje, já se cogita a possibilidade de se retomar a bitola Super-8 nas próximas realizações documentais. Seria na tradicional bitola em película, filme, ou um Super-8 em novo modo digital? Uma questão a ser proximamente apreciada, se realmente ocorrer... - Mais “Coisas de Cinema”, acesse nosso blog: www.alexasantos.com.br.

Letra Lúdica

Hildeberto Barbosa Filho

hildebertopoesia@gmail.com

Um grande romance

Estou sempre a ler e a reler um grande romance. O que seria mesmo um grande romance?

Para mim, não é somente aquele que contém muitas páginas e longos capítulos, mas, sobretudo, aquele que possui, na sua configuração estrutural, qualidade estética e rica experiência humana.

Faço essa leitura ao mesmo tempo em que leio, em ritmo alternado e contínuo, um livro de contos, de crônicas, de poemas ou de ensaios. Esses livros, devido a certas particularidades intrínsecas às suas respectivas formas discursivas, dão-me o repouso necessário na difícil, embora prazerosa e insubstituível, empreitada em que consiste a leitura de um grande romance. Um grande romance como, por exemplo, *Guerra e paz* (Tolstói), *Em busca do tempo perdido* (Proust), *José e seus irmãos* (Thomas Mann), *O homem sem qualidades* (Robert Musil), *O Jogo das contas de vidro* (Herman Hesse), *Os irmãos Karamázovi* (Dostoiévski), *Cem anos de solidão* (Gabriel García Márquez) e *Grande Sertão: Veredas* (Guimarães Rosa).

Diferente do conto e do poema, nos quais a tensão e a intensidade das emoções vividas exigem a leitura de um fôlego só, um grande romance se permite e parece pedir momentos de descanso, de relaxamento, para que o leitor possa se reabastecer de energia e alento, dando, assim, continuidade à longa e lenta viagem da leitura.

De outra parte, um grande romance, ao contrário daqueles gêneros referidos, pode possuir altos e baixos no decorrer de sua narrativa, o que seria impensável no caso do conto ou do poema.

Até excessos formais e estilísticos não comprometem o valor artístico de um grande romance. Tudo me leva a crer que certas licenças poéticas são cabíveis em sua economia textual radicalmente diversa daquelas que presidem o poema, a novela e o conto.

Ao fio seminal que sustenta o processo de fabulação em torno dos conflitos humanos, podem se associar situações neutras de mera descrição, entretos autônomos que são contos legítimos, ou o movimento digressivo pelo qual o

narrador ou os personagens debatem temas e ideias em verdadeiras páginas do melhor ensaísmo crítico.

Penso que um grande romance faz a síntese entre os apelos racionais e emotivos, entre o pensamento e a sensibilidade, entre a realidade e a imaginação

Neste sentido, a história, a ciência, a filosofia, a religião, a ética e a estética, entre outros saberes, passam a integrar a escrita romanesca, constituindo aquilo que Roland Barthes, ao refletir sobre as obras de literatura, chama de *mathesis*, camada textual que se junta a *mimesis* e a *semiose* na corporificação da escrita literária. Conteúdos, representação e forma se fundem na articulação de uma visão de mundo que só um grande romance pode comportar.

Posso passar alguns dias sem a leitura de livros filosóficos ou científicos, sem a consulta às obras de referência (enciclopédias, bibliografias, dicionários, antologias e gramáticas), sem os ensinamentos criteriosos dos manuais didáticos. Só não consigo passar um dia sequer sem frequentar este ou aquele capítulo, esta ou aquela passagem, de um grande romance.

Penso que um grande romance faz a síntese entre os apelos racionais e emotivos, entre o pensamento e a sensibilidade, entre a realidade e a imaginação. Por isto mesmo me parece o gênero dos gêneros, a súpula refinada no âmbito da criação literária. Sinto que há uma misteriosa didática embutida em suas armadilhas ficcionais, uma indefinível pedagogia, cujos princípios, nem sempre perceptíveis, tendem a ampliar o olhar do leitor sobre os sortilégios da existência e os sigilos da linguagem.

Na minha vida de leitor, um grande romance funciona como o coro na tragédia grega. Pontua os passos das outras leituras, abre caminhos para a compreensão de outros textos, enuncia e anuncia, em rotação dialética, as verdades que se formulam nos poemas, nos ensaios e nos outros discursos.

Eis por que estou sempre a ler um grande romance.

APC se congratula com seu parceiro



O professor Carlos Meira Trigueiro é integrante da Academia Paraibana de Cinema, tendo como seu patrono o exibidor Agripino Cavalcanti, do antigo Cine Eldorado, em Patos, Paraíba. Carlos acaba de escrever suas memórias em livro, devidamente ilustrado, trazendo histórico sobre sua participação também na APC, desde a sua instalação, em dezembro de 2008.

Segundo o próprio autor, o lançamento da obra está previsto para ainda este ano, com uma memorável noite de autógrafos. Toda diretoria e demais pares da APC se congratulam com o seu parceiro e autor.

EM cartaz

ESTREIA

PLUFT, O FANTASMINHA (Brasil. Dir: Rosane Svartman. Fantasia. Livre). Pluft, um fantasminha, é diferente dos tradicionais: ele morre de medo de pessoas. Mas, sua vida tem uma reviravolta com a chegada de Maribel, uma menina sequestrada pelo temido pirata Perna de Pau. Enquanto Pluft tem medo de gente, ela tem horror aos fantasmas. No entanto, os dois criam uma grande amizade. CINÉPOLIS MANÁIRA 7: 14h30 - 16h45 - 19h (3D); CINÉPOLIS MANÁIRA 11 - VIP (leg.): 14h20 - 20h30; CINÉPOLIS MANGABEIRA 2: 14h (exceto seg.) - 16h (exceto seg.) - 18h15 (exceto seg.); CINE SERCLA TAMBIA 2: 14h30 - 18h10; CINE SERCLA TAMBIA 6 (3D): 16h10; CINE SERCLA PARTAGE 2 (3D): 16h10; CINE SERCLA PARTAGE 3: 14h30 - 18h10.

O TELEFONE PRETO (The Black Phone. EUA. Dir: Scott Derrickson. Suspense. 16 anos). Finney Shaw, um garoto de 13 anos, é sequestrado por um sádico serial killer (Ethan Hawke) em um porão a prova de som. Na parede do porão, Finney encontra um telefone antigo. Enquanto isso, a melhor amiga de Finney tem sonhos que indicam o lugar onde ele pode estar e corre contra o tempo para resgatar o amigo antes que seja tarde demais. CINÉPOLIS MANÁIRA 1 (dub.): 22h30; CINÉPOLIS MANÁIRA 8: 14h40 (dub.) - 17h (leg.) - 19h30 (dub.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 14h30 (exceto seg e ter.) - 17h (exceto seg e ter.) - 19h45 (exceto seg e ter.) - 22h10 (exceto seg e ter.); CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 16h10 - 18h20 - 20h30; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 16h10 - 18h20 - 20h30.

CONTINUAÇÃO

ELVIS (EUA. Dir: Baz Luhrmann. Biografia. 12 anos). Décadas da vida de Elvis Presley (Austin Butler) e sua ascensão à fama, a partir do relacionamento do cantor com seu controlador empresário “Colonel” Tom Parker (Tom Hanks). A história mergulha na dinâmica entre o cantor e seu empresário por mais de 20 anos em parceria, usando a paisagem dos EUA em constante evolução e a perda da inocência de Elvis ao longo dos anos como cantor. CINÉPOLIS MANÁIRA 10 - VIP (leg.): 14h45 - 18h15 - 21h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 21h45; CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 20h; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 20h.

FESTIVAL VARILUX DE CINEMA FRANCÊS 2022 (Vários). Evento que vai até o final do mês com obras inéditas e recentes da filmografia francesa. Confira a programação completa (com sinopses, fotos e sessões) de João Pessoa no site oficial do festival (variluxcinefrances.com). No CINE BANGÜÊ.

MINIONS 2: A ORIGEM DE GRU (Minions: The Rise of Gru. EUA. Dir: Kyle Balda. Animação. Livre). Na década de 1970, Gru é um fã de um grupo de supervilões, Gru traça um plano para se tornar malvado o suficiente para se juntar a eles. Felizmente, ele recebe apoio de seus leais Minions. CINEPOLIS MANÁIRA 1 (dub.): 13h30 - 15h45 - 18h - 20h15; CINÉPOLIS MANÁIRA 3 (dub.): 13h - 15h15 - 17h30 - 19h45; CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 15h - 17h15 - 19h30; CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 17h30; CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 16h20; CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 14h10; CINE SERCLA TAMBIA 6 (dub.): 14h20 (3D) - 18h - 19h50; CINE

SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 14h10; CINE SERCLA PARTAGE 2 (dub.): 14h20 (3D) - 18h - 19h50; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 16h20; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 17h30.

TOP GUN: MAVERICK (EUA. Dir: Joseph Kosinski. Aventura. 12 anos). Depois de mais de 30 anos servindo a marinha como piloto de caça, Pete “Maverick” Mitchell (Tom Cruise) continua na ativa. Enquanto ele treina um grupo de pilotos em formação para uma missão especial que nenhum “Top Gun” jamais participou. CINÉPOLIS MANÁIRA 3 (leg.): 22h.

THOR: AMOR E TROVÃO (Thor: Love and Thunder. EUA. Dir: Taika Waititi. Aventura. 12 anos). Thor (Chris Hemsworth) busca pela paz interior, mas sua aposentadoria é interrompida por um assassino galáctico conhecido como Gorr (Christian Bale), que busca a extinção dos deuses. Para combater a ameaça, Thor pede a sua ex-namorado, Jane Foster (Natalie Portman), que – para surpresa de Thor – inexplicavelmente empunha seu martelo mágico, Mjolnir, revelando-se a Poderosa Thor. CINÉPOLIS MANÁIRA 6 (dub.): 13h15 - 16h - 18h45 - 21h (3D); CINÉPOLIS MANÁIRA 7 (dub.): 21h; CINÉPOLIS MANÁIRA 9 - Macro-XE (3D): 13h45 (dub.) - 16h30 (dub.) - 19h15 (dub.) - 22h10 (leg.); CINÉPOLIS MANÁIRA 11 - VIP (leg.): 15h - 17h45 - 20h30; CINÉPOLIS MANGABEIRA 1 (dub., 3D): 13h45 - 16h30 - 19h15 - 22h; CINÉPOLIS MANGABEIRA 5 (dub.): 15h15 - 18h - 20h45; CINE SERCLA TAMBIA 1 (dub.): 15h - 19h30; CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 16h - 18h25 - 20h50; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 16h - 18h25 - 20h50; CINE SERCLA PARTAGE 5 (dub.): 15h - 19h30.

Serviço

• Funes [3211-6280] • Mag Shopping [3246-9200] • Shopping Tambiá [3214-4000] • Shopping Partage [83]3344.5000 • Shopping Sul [3235-5585] • Shopping Manaira [Box] [3246-3188] • Sesc - Campina Grande [3337-1942] • Sesc - João Pessoa [3208-3158] • Teatro Lima Penante [3221-5835] • Teatro Ednaldo do Egypto [3247-1449] • Teatro Severino Cabral [3341-6538] • Bar dos Artistas [3241-4148] Galeria Archidy Picado [3211-6224] • Casa do Cantador [3337-4646]

MÚSICA

Festival Plurisons estreia na capital

Evento vai reunir, a partir de amanhã, nomes consagrados e novos talentos da composição contemporânea



Fotos: Acervo Pessoal/Facebook

Entre os convidados estão o violonista francês Rémy Reber (acima), o flautista brasileiro radicado nos EUA Danilo Mezzadri (abaixo) e a violoncelista norte-americana Elise Pittenger (foto maior)

Da Redação

De amanhã até o próximo domingo (dia 31), João Pessoa vai sediar um novo evento internacional de música contemporânea: o Festival Plurisons. A programação mesclará concertos e atividades acadêmicas, estabelecendo um espaço de difusão e reflexão acerca das novas práticas nas músicas de criação do Brasil que resultará em diálogos e processos de cocriação entre músicos, compositores e pesquisadores de diferentes países.

O Festival Plurisons será uma academia para jovens compositores, ao mesmo tempo em que contribuirá para a inserção de João Pessoa na rota dos grandes festivais de música do Brasil, apresentando concertos com artistas nacionais e internacionais, todos oferecidos gratuitamente ao público da cidade.

Na sua edição de estreia, serão apresentados concertos, palestras e aulas para jovens compositores. Ao longo do festival, serão apresentadas obras inéditas dos compositores participantes ao lado de obras já estabelecidas do repertório contemporâneo. A proposta é possibilitar a jovens compositores o trabalho junto a artistas experientes e a estreia de suas obras no contexto de um festival internacional.

Os estudantes selecionados compuseram obras especificamente para os artistas convidados do festival, tendo a oportunidade de trabalhá-las diretamente com eles para seu acabamento final e estreia. Os estudantes também terão a oportunidade de receber orientação para suas obras em aulas individuais com os compositores Alexandre Lunsqui e Januibe Tejera.

Acerca dos concertos, serão apresentados três: o primeiro será do guitarrista Rémy Reber (França) acompanhado dos artistas do festival; o segundo apresentará a música de câmara inédita dos estudantes de composição da edição; e o terceiro trará um repertório contemporâneo executado por um *ensemble* formado por participantes do Festival Plurisons. Entre os artistas convidados figuram nomes como Danilo Mezzadri (EUA-Brasil), José Batista Jr. (Brasil), Mariana Salles (Brasil), Elise Pittenger (EUA) e Ana Claudia Assis (Brasil).

Com direção geral do compositor Januibe Tejera, o Festival é uma realização do Coletivo Plurisons em conjunto com a Universidade de Austin, Texas (EUA), e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo ainda o apoio da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc), do Sesc Paraíba e do Ministério da Cultura da França.

Para mais informações sobre os artistas convidados, a equipe e a programação do festival, basta acessar o site oficial do evento (www.plurisons.com).

Programação

Segunda-feira (dia 25)

10h30 – Abertura

Sala Gerardo Parente (Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba)

Conferência: Alexandre Lunsqui – “Processos de Composição”

Terça-feira (dia 26)

17h – Conferência: David Raubach / Homero Augusto e Ricardo Alves / Pedro Pascoali – “Música e processos de composição”

Sala Gerardo Parente (Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba)

Quinta-feira (dia 28)

17h – Conferência: Gabriel Araújo / Izabel Baldoíno e Caio Campos / Tales Botechia – “Música e processos de composição”

Sala Gerardo Parente (Departamento de Música da Universidade Federal da Paraíba)

20h – Solo e eletrônica (Sala de Concertos Radegundis Feitosa na Universidade Federal da Paraíba). Entrada gratuita.

Sexta-feira (dia 29)

20h – Música de câmara (Espaço Cultural José Lins do Rego). Entrada gratuita.

Sábado (dia 30)

18h – Encerramento do evento: Januibe Tejera – “Composição musical”

Sala EEMAN (Espaço Cultural José Lins do Rego)

20h – Conjunto Plurisons (Espaço Cultural José Lins do Rego). Entrada gratuita.



Através do QR Code acima, acesse o site oficial do Festival Plurisons

FESTIVAL TAGUATINGA DE CINEMA

Curtas paraibanos estão disputando vaga no DF

Mais de 400 filmes de curta-metragem participam da Mostra Seleção Popular, em formato virtual. Dentre essas produções, 12 têm a assinatura da Paraíba, que podem ser vistos gratuitamente até o dia 7 de agosto, basta apenas fazer um cadastro no site (festivaltaguatinga.com.br).

O curta aclamado pela votação popular será selecionado para a Mostra Competitiva do Festival Taguatinga de Cinema (DF), que acontecerá entre os dias 7 e 10 de setembro.

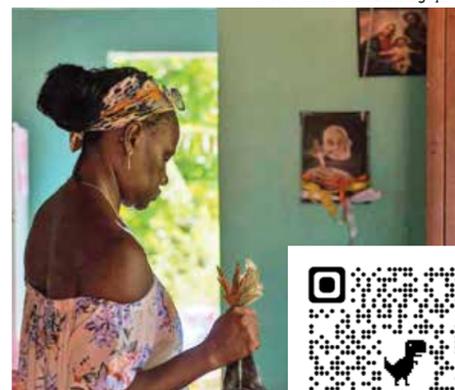
Do estado paraibano, estão disputando a vaga: *Helena*, de Paulo Ricardo de Sousa; *O que resta*, de Nathan Cirino; *Confins*, de Paulo Mosca; *Alúisio, o silêncio e o mar*, de Luiz Carlos Vasconcelos; *Dance*, de Jorja Moura; *Urbano Sertão*,

de João Victor Torres; *Um Som de Resistência*, de Genilson de Coxixola; *Por Entre as Muralhas*, de Eduardo P. Moreira; *Nem Todas as Manhãs São Iguais*, de Fabi Melo; *Mais que 1000 Palavras*, de Eduardo P. Moreira; *Cabidela's Bar*, de Tadeu de Brito; e *Quando as folhas caem*, de Daniel Rizzi e Sônia Pontes.

Na Mostra Competitiva do Festival Taguatinga, já está na seleção de 24 curtas uma produção paraibana: *O Pato*, dirigido por Antônio Galdino. No filme, Cida (interpretada por Norma Goes) decide acabar com o ciclo de violência em sua casa, e ser um exemplo para sua filha, Fia (vivida por Ana Julia).

Os filmes concorrerão à premiação nas categorias Júri Oficial e Júri Popular durante as sessões.

Foto: Sara Andrade/Divulgação



Fora as 12 produções da PB na disputa, o paraibano 'O Pato' já está selecionado



Através do QR Code acima, acesse o site da Mostra Seleção Popular



Foto: Ascom/TRE-PB

A Justiça Eleitoral modernizou-se e hoje comanda as eleições, em todos os níveis, com recursos tecnológicos que garantem votação e apuração com segurança e transparência

VOTO

TRE chega a nove séculos de História

Solenidade especial, amanhã, marcará a data e a parceria da Justiça Eleitoral com o Jornal A União

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) comemora, amanhã, 90 anos de história. Criado com o objetivo inicial de diminuir as fraudes eleitorais, há nove décadas a Justiça Eleitoral da Paraíba garante a transparência e a segurança na hora do voto, fazendo com que o eleitor consiga exercer o seu direito democrático de escolher seus governantes.

Para comemorar a data, a Comissão de Gestão da Memória com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) vai promover amanhã, às 16h, uma Solenidade Comemorativa dos 90 anos da Justiça Eleitoral. No evento, haverá a participação da jornalista e presidente da Empresa Paraibana de Comunicação, Naná Garcez, para comentar sobre o Jornal A União na cobertura das Eleições e do TRE-PB, de 1932 aos tempos atuais.

Durante esses 90 anos do TRE-PB, a imprensa sempre foi um aliado. Seja para alertar sobre o Calendário Eleitoral, a importância de realizar a biometria, ou mesmo a cobertura na hora da apuração dos votos, o fato é que o jornalista e a Justiça Eleitoral sempre andaram juntos para atingir o objetivo de informar o eleitor.

Ao longo dos anos, o papel da imprensa se tornou ainda mais importante, principalmen-

“

Estamos muito firmes no acompanhamento da desinformação, porque não interessa que o eleitor seja bombardeado com mentiras e inverdades

Leandro dos Santos

te para levar uma informação segura. Segundo comentou o presidente do TRE-PB, desembargador Leandro dos Santos, ao longo do anos, cada eleição teve a sua história no que diz respeito às preocupações da Justiça Eleitoral. Neste ano, a principal é a desinformação do eleitor.

“Estamos muito firmes no acompanhamento da desinformação, porque não interessa que o eleitor seja bombardeado com mentiras e inverdades que buscam atingir a Justiça Eleitoral e a Justiça tem a confiança do país, dos brasileiros. É isso que a gente precisa ter em conta, cada um cumprindo o seu papel, respeitando a democracia, as regras, com isso a gente espera chegar ao fim dessa grande luta de entregar essa resposta que é o voto, e a declaração dos eleitos”, comentou durante a reunião entre o TRE-PB e a segurança do Estado, na última quarta-feira (20).

No entanto, mesmo com tantos ataques, a expectativa do magistrado é que esse ano a Paraíba tenha uma eleição tranquila e segura. “A gente vive um clima político bem conturbado. Mas na minha opinião isso não vai afetar a eleição em si. Nós vamos ter uma eleição tranquila, na ordem, é o que a gente espera, com cada um cumprindo o seu papel”, ressaltou.

Programação do evento

A abertura do evento será feita pelo juiz membro Arthur Monteiro Lins Fialho, presidente da Comissão de Gestão da Memória. Em seguida, haverá a apresentação dos convidados por Biano Arruda Bezerra Neto, juiz membro e diretor da Escola Judiciária Eleitoral (EJE-PB).

Na sequência, Naná Garcez, presidente da Empresa Paraibana de Comunicação, discorrerá sobre o Jornal A União na cobertura das eleições e do TRE-PB, de 1932 aos tempos atuais.

O político e orador paraibano doutor Marcondes Gadelha discursará sobre a atuação do TRE-PB como organizador do processo eleitoral e do fortalecimento da democracia neste Estado.

Finalizando a solenidade, o presidente do TRE-PB, desembargador Leandro dos Santos fará um resgate histórico ao apresentar documentos inéditos da primeira fase da Justiça Eleitoral [1932-1937], devidamente preservados e divulgados no repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq).

História do TRE-PB

Segundo dados obtidos no site do TRE-PB, a sessão de instalação do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba ocorreu no dia 21 de julho de 1932, no Edifício do Juízo Federal, onde funcionou provisoriamente. A imagem da ata desta sessão foi publicada no Jornal A União à época, que vem, desde então, cobrindo as eleições junto ao Tribunal.

Os primeiros magistrados efetivos do Tribunal Eleitoral foram: Des. Paulo Hypacio da Silva (Presidente); Juiz Federal Antônio Galvão Guedes (Vice-Presidente); Des. Flodoardo Lima da Silveira; Des. Archimedes Souto Maior e os advogados, Agripino Gouveia de Barros e José Flóscolo da Nóbrega.

O Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba foi a primeira denominação que recebeu o órgão da Justiça Eleitoral no Estado. Essa expressão perdurou até a sua extinção, em novembro de 1937.

Às vésperas da eleição presidencial prevista para o dia 3 de janeiro de 1938, Getúlio Vargas deu o golpe de estado em 10 de novembro de 1937, decretou o fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais e outorgou uma nova Constituição inspirada no modelo fascista italiano.

Sem o Poder Legislativo funcionando; sem as agremiações partidárias e sem eleições, não havia razão para existir a Justiça Eleitoral, assim, durante o Estado-Novo (1937 a 1945), ela foi extinta, não chegando a figurar, inclusive, na Constituição de 1937 dentre os órgãos do Poder Judiciário.

Segundo informações do site do TRE-PB, a última sessão ordinária do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba, antes de sua extinção pelo Decreto que instalou o Estado-Novo, ocorreu em 3 de novembro de 1937 e a sua última sessão se deu de forma extraordinária dez dias depois, no dia 13 do mesmo mês.



Foto: Ascom/TRE

Desembargador Leandro dos Santos, presidente do TRE-PB

ELEIÇÕES 2022

Teto de gastos vai entrar no foco das campanhas

Pré-candidatos à Presidência da República defendem alteração no mecanismo

Anna Carolina Papp e
Adriana Fernandes
Agência Estado

A PEC “Kamikaze”, que ampliou o valor do Auxílio Brasil e criou novos benefícios, empareidou de vez o teto de gastos e, segundo analistas, tornou insustentável a permanência da regra fiscal nos moldes atuais. Agora, os investidores não se perguntam mais se o teto será alterado, mas o que será colocado no seu lugar. As campanhas dos pré-candidatos à Presidência também já defendem mudanças no mecanismo - incluindo o petista Luiz Inácio Lula da Silva e o próprio presidente Jair Bolsonaro (PL), que aparecem na frente nas pesquisas de intenção de voto.

Principal âncora da política fiscal do país, o teto limita o crescimento das despesas do governo de um ano para o outro à inflação. Criado no governo Temer, foi visto como base para a retomada dos investimentos e da credibilidade das contas públicas.

Mas só no atual governo, a regra já foi alterada cinco vezes. Duas dessas alterações, em menos de sete meses, abriram espaço a gastos maiores em pleno ano eleitoral: com a PEC dos Precatórios, em dezembro do ano passado, e agora com a PEC “Kamikaze”. Isso aumentou a percepção de risco fiscal a partir de 2023, e levou investidores a cobrar juros mais altos para comprar títulos do governo, além de se refletir nas cotações do dólar.



Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A aprovação da PEC “Kamikaze” no Congresso motivou muitas críticas sobre o teto de gastos

O aumento das despesas com o Auxílio Brasil, que passou de R\$ 400 para R\$ 600 até o fim do ano, é chave para entender por que o funcionamento do teto está em xeque. Embora aprovado para ser temporário, é dada como certa entre os técnicos a manutenção do novo valor no próximo governo, porque não haveria ambiente político para corte de despesas do Orçamento. O gasto com o benefício no ano inteiro chegaria a R\$ 150 bilhões, no mínimo - valor próximo de todo o espaço que o governo tem para despesas não obrigatórias, incluindo investimentos. Outro fator que está na conta é a pressão por reajuste dos salários dos servidores, que estão congelados.

Bolsonaro disse que a re-

gra foi criada para estancar “hemorragias” de governos anteriores. Esse é o mesmo argumento usado nos bastidores pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que se queixa de não poder usar o excesso de arrecadação para aumentar investimentos públicos. Já lideranças do Centrão cobram uma flexibilização junto com a discussão do Orçamento de 2023 - o primeiro do próximo governo.

Para o diretor executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, Daniel Couri, a PEC “Kamikaze” é mais um motivo para que o próximo presidente discuta a mudança no teto. Ele destaca que a permanência do Auxílio Brasil em R\$ 600 não cabe dentro do pouco espaço que existe

hoje para as despesas que não são obrigatórias. Seria preciso cortar mais R\$ 50 bilhões de gastos de outras áreas. “Na discussão da PEC, não vi ninguém questionando isso. O teto não foi um problema, o que mostra a sua fragilidade.”

■ **Principal âncora da política fiscal do país, o teto limita o crescimento das despesas do governo de um ano para o outro à inflação**

Ministério realiza projeções para mudança

O Ministério da Economia já trabalha em projeções que consideram uma mudança no teto de gastos para permitir um crescimento real (acima da inflação) das despesas de 1,5%. O objetivo é abrir espaço fiscal a novos investimentos públicos, uma cobrança do presidente Jair Bolsonaro para um eventual segundo mandato.

Pelas projeções, esse ajuste só aconteceria a partir de 2027, mas uma alteração na regra poderá ser antecipada, como admitem fontes do governo ao Estadão, no cenário atual de pressão por mudan-

ças. No início de junho, em entrevista ao SBT, Bolsonaro foi taxativo ao afirmar que a regra poderá ser mudada depois das eleições.

“Algumas coisas você pode mexer no teto de gastos, como já proposto pela própria equipe do (ministro) Paulo Guedes. Mas a gente vai deixar para discutir isso depois das eleições”, disse Bolsonaro à época.

Duas premissas guiam os estudos: um cenário de queda da dívida pública e aumento real da despesa inferior à variação do PIB. Ou seja, uma trajetória que per-

mita o aumento real de gastos quando a dívida estiver caindo para abrir espaço a investimentos públicos.

As discussões estão ocorrendo em paralelo à regulamentação da emenda constitucional 109, conhecida como PEC Emergencial. O texto prevê a introdução de uma meta para a dívida pública no arcabouço das regras fiscais do país. Nesse modelo, nem o teto nem a meta de superávit primário (que é resultado das receitas menos despesas) deixam de existir. Os técnicos consideram importante a manuten-

ção de uma regra para controle das despesas.

A equipe técnica do Ministério da Economia trabalha para apresentar a proposta de regulamentação em agosto. A ideia é que a dívida pública passe a ser a principal âncora da política fiscal brasileira. O texto autoriza medidas de ajuste para as contas públicas alcançarem a trajetória desejada e o planejamento de alienação de ativos para a redução da dívida, como é o caso das privatizações de empresas e venda de imóveis.

Presidenciáveis pretendem rever a medida

A mudança do teto de gastos também é defendida pelos outros pré-candidatos à Presidência. Mesmo a campanha da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que a princípio defende a manutenção da regra atual, não descarta uma antecipação da revisão - prevista para 2026.

Líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já avisou que vai revogar o teto de gastos. O economista Guilherme Mello, da Fundação Perseu Abramo e

que colabora na elaboração do programa de governo do partido, diz que a discussão segue na linha de revogar o teto e construir um novo arcabouço fiscal para dar credibilidade e previsibilidade às contas públicas. A proposta, segundo ele, é selecionar melhor os gastos, privilegiando os “de boa qualidade”.

“Tudo isso segue vivo. A aprovação da PEC (‘Kamikaze’) demonstra a completa perda de credibilidade do arcabouço atual, e como ele deixou de cumprir as funções”,

afirma Mello. “É uma regra (do teto) que não é respeitada.” Apesar das discussões, o PT ainda não divulgou os detalhes do seu plano para as contas públicas.

Das campanhas já na rua, a do ex-governador Ciro Gomes (PDT) é a que mais detalhou até agora os planos para mudar o teto de gastos. O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), que trabalha no programa econômico de Ciro, afirma que a proposta é ter um teto para as despesas correntes do governo. Os

gastos com investimento ficariam de fora.

Esse teto seria corrigido pela inflação mais metade do crescimento do PIB. “Se o PIB cresceu 2%, é inflação mais um 1%”, explica Benevides. Pela proposta, a evolução dos investimentos estaria vinculada às receitas. “É assim no mundo”, afirma o deputado, que já foi secretário de Fazenda do Ceará e implementou no Estado o teto para as despesas correntes. “O investimento não pode estar dentro do teto de gasto”, acrescenta ele.

Toca do Leão

Fábio Mozart

mozartpe@gmail.com | Colaborador

Escândalo à beira do Rio Paraíba

Certa noite do ano da Graça de 1914, algumas pecaminosas garotas desfilaram nuas e descalças pelas areias do Rio Paraíba, debaixo da ponte, parada patrocinada pelo bar, restaurante e rendez-vous Recreio das Mariposas, através dos seus clientes ferroviários e alguns turistas atraídos pelos ares agrestes limpos, saudáveis e bem atenuados da singela cidade, ao tempo em que a grafia antiga manifestava que se tratava de Itabayanna. Diz a lenda que o ajudante de sacristão José Pereira da Silva, conhecido pela alcunha de Pingolengo, testemunhou o fato delituoso obscuro e foi depoente no boletim de ocorrência lavrado na delegacia local, onde afirmou que “realmente o mesmo assistiu ao ato pecaminoso das mulheres de vida aberta e que fechou os olhos e começou a contar, no intuito de evitar o pecado daquela visão indecorosa, tendo contado até duzentos, depois parou e arregalou os olhos”. O citado Pingolengo veio a se tornar um grande artista e artesão, autor da montagem do relógio da igreja matriz, tendo em vista que a peça veio da Inglaterra sem manual de uso nem técnico para instalação. O povo daquela pacata cidade está pra ver até hoje um gênio do nível de Pingolengo, espécie de Da Vinci provinciano.

Quem me dá notícias dessa notícia é o pesquisador Jocelino Tomaz de Lima, autor do livro ‘Cem Anos De Fé, Tradição e Turismo – Caiçara, Logradouro, Tacima’. Esse jovem dedicou a vida a estudar o passado de sua gente, de quem sou amigo, uma camaradagem proveitosa e aprazível como as melhores coisas da vida. A hemeroteca de Jocelino permite ampla consulta ao nosso tempo progressivo. Adiantando que hemeroteca é uma coleção de recortes de jornais antigos.

Esta nota saiu em “O Norte” de 1914: “Famílias residentes em Itabayanna reclamam, por nosso intermédio, da auctoridade local, providencias contra o costume de algumas mulheres de vida alegre tomarem banho no rio, inteiramente despidas, com ofensas da moral pública. O rio é inteiramente descampado, de sorte que o alludido cinema natural não é nada edificante”.

Na mesma matéria, o jornal protestava contra outra variação sobre o tema indecência: “Outrossim, chama-se a atenção da polícia de Itabayanna contra a desídia da polícia da mesma cidade, a qual permite a prática abusiva do molecório e de individuos desclassificados, que pernoitam nos carros da Great West onde realizam actos indecorosos e ao mesmo tempo emporcalham os wagões. Os reclamantes exigem do delegado de Itabayanna, ou cousa que o valha, mais zelo pelo cumprimento de seus deveres, tendo-se principalmente em vista que aquella cidade já tem luz electrica e é dotada de outros melhoramentos que a collocam na vanguarda das mais progressistas do Estado. Outrossim, o policiamento da cidade, propriamente dito, consta de 2 soldados apenas, estando as praças restantes entregues à cobrança do imposto”.

Da nota, salienta-se que as ditas famílias de bem morriam de medo da vida das mundanas e contra essas moças a sociedade costumava baixar a lenha da repressão, através dos seus agentes, sejam padres, policiais ou a imprensa conservadora. Ao final, a notícia ressalta que o governo sempre esteve mais interessado na arrecadação das taxas do que na segurança pública. Alguns anos depois, década de 1930, o prefeito Durval de Almeida mandou fechar os prostíbulos da cidade para o bem da moral pública. Com as chamadas “casas de tolerância” fechadas pela intolerância oficial, as rameiras da Rua do Carretel passaram a pedir esmolas na rua. Quem defendeu essas pobres criaturas? O palhaço Pingolengo tomou as dores das meretrizes. Quase sozinho, começou uma campanha para derrubar o decreto do prefeito e a portaria indecente do delegado, que “depõe contra a dignidade humana”. Tanto fez que conseguiu abrir as casas das messalinas, salvando-as da falência.

Colunista colaborador

CORRIDA PRESIDENCIAL

Fake news nas eleições desde 1922

Antes do pleito, adversários de Arthur Bernardes espalharam informações falsas e insuflaram o Exército contra ele

Ricardo Westin
Agência Senado

Há 100 anos, os brasileiros assistiram a uma das corridas presidenciais mais conturbadas da história. O vencedor foi o mineiro Arthur Bernardes. Nos meses que antecederam a eleição de 1922, os adversários do político espalharam *fake news* e insuflaram o Exército contra ele. No fim, questionaram a vitória e tentaram impedir a posse.

Os ataques começaram cinco meses antes da votação. Em outubro de 1921, o jornal carioca *Correio da Manhã*, opositor da candidatura de Bernardes, publicou duas cartas bombásticas atribuídas ao presidenciável.

Na primeira, o candidato chamou os militares de “essa canalha” e o marechal Hermes da Fonseca, ex-presidente da República, de “sargenteiro em compostura”. Um banquete oferecido a Hermes pelo Exército, que desejava a volta do marechal ao poder, foi classificado de “essa orgia”. Para Bernardes, os “generais anarquizadores” precisavam “de uma reprimenda para entrar na disciplina”.

Hermes acabou não concorrendo. Em seu lugar na disputa, entrou o senador Nilo Peçanha (RJ), também ex-presidente do Brasil, imediatamente transformado no candidato dos militares.

Na segunda carta, Bernardes se referiu a Nilo como “moleque capaz de tudo” e escreveu que não tinha medo das classes armadas.

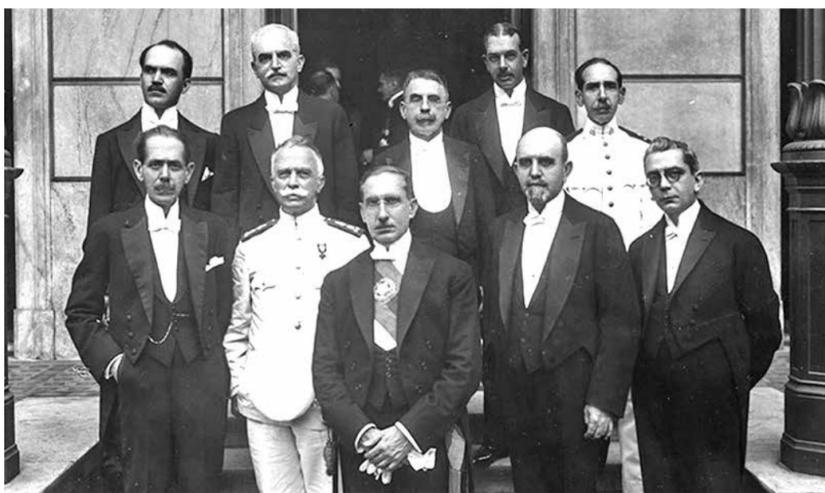


Fotos: Reprodução e Museu da República

Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha, os presidenciáveis favoritos dos militares; Arthur Bernardes, odiado pelos militares

Os ataques começaram cinco meses antes da votação. Em outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicou cartas atribuídas ao presidenciável

Arthur Bernardes logo denunciou que as cartas haviam sido escritas por um falsário, o que de fato seria confirmado por exames grafotécnicos. Mesmo assim, conforme mostram documentos de 1921 e 1922 guardados hoje no Arquivo do Senado, em Brasília, as cartas falsas repercutiram no meio político e chacoalharam a campanha presidencial.



Presidente Arthur Bernardes em pose fotográfica com auxiliares diretos da sua administração

Imprensa defendia suas posições político-partidárias explicitamente

Os falsários ofereceram as cartas tanto aos aliados de Bernardes quanto aos adversários. Ninguém aceitou pagar por elas.

O jornalista Edmundo Bittencourt, dono do *Correio da Manhã*, decidiu publicá-las por avaliar que, mesmo sendo indubitavelmente forjadas, tinham potencial para derrubar a candidatura de Bernardes.

Na Primeira República, a imprensa não buscava a imparcialidade ou o pluralismo. Pelo contrário, defendia suas posições político-partidárias explicitamente. Isso se dava não apenas nos editoriais e nos artigos de opinião, mas também no noticiário. Sem pudor, o *Correio da Manhã* e os demais jornais adversários chamavam o candidato mineiro de “bacharel Bernardes”, “Rolinha” e “Seu Mé”.

No Plenário, o senador Frontin leu um trecho de uma reportagem do *Jornal do Comércio*, que fazia parte da imprensa aliada a Arthur Bernardes:

“Ao todo, são cinco as missivas, três sem importância, preparadas talvez só para facilitar o cotejo da letra, e as duas restantes cheias de frases arranjadas de propósito para o elemento da intriga. As tais cartas, oferecidas por dinheiro a gregos e troianos e recusadas e repelidas tanto por uns como por outros, são positivamente apócrifas. Os franceses chamam isso de *chantage*, e nós ainda não temos na língua palavra que traduza com rigorosa exatidão o baixo manejo mercantil que um golpe desses representa e significa”.

Frontin também leu perante o Senado um telegra-

ma que ele próprio recebera de Bernardes pedindo que esclarecesse o caso e também o defendesse caso algum senador resolvesse explorar politicamente as cartas falsas. Houve quem se sentisse ofendido.

“O ilustre presidente de Minas não tem nem pode ter o direito de acreditar que nesta Casa exista quem faça explorações. Não há um só dos representantes do povo no Congresso que possa ser acoimado de explorador”, gritou o senador Muniz Sodré (BA).

“Há, sim”, respondeu Frontin imediatamente. “O senador Irineu Machado [DF] seria capaz de explorar o caso”.

“Julgo uma injustiça flagrante lançar-se a pecha de explorador ao nobre senador Irineu Machado”, reagiu Sodré.

Senador Paulo de Frontin fez a defesa de Bernardes

O senador Paulo de Frontin (DF), logo após a divulgação da primeira carta, subiu à tribuna para defender Bernardes, na época presidente (governador) de Minas Gerais:

“Nenhum dos meus honrados colegas que tenham tido oportunidade de conhecer o eminente presidente de Minas pode atribuir-lhe as palavras que são empregadas na carta. É um cavalheiro distinto, incapaz de usar daquela linguagem imprópria e grosseira”.

As cartas continham vírgulas e pontos mal distribuídos e pecavam na concordância verbal. Uma delas trazia no cabeçalho a palavra “Minas”, mas já fazia vários anos que os mineiros diziam Belo Horizonte, e não mais Cidade de Minas.

A correspondência era endereçada ao senador Raul Soares (MG), coordenador da campanha de Arthur Bernardes e candidato a suceder-lhe no governo mineiro. Os papéis não estavam acompanhados dos respectivos envelopes. Segundo Bernardes, isso era outro indício da fraude, já que seria mais complicado falsificar o carimbo dos Correios.

O senador Antônio Azeredo (MT) apontou outras falhas grotescas: “Eu vi o es-

pécimen publicado pelo *Correio da Manhã* e fui cotejá-lo com diversas cartas que posuo do eminente presidente de Minas. Notei que, em todas, o ‘t’ de Arthur [na assinatura] está cortado. Entretanto, na carta falsificada o ‘t’ não o está. Além disso, o Sr. Raul Soares, que vive na intimidade do Sr. Arthur Bernardes, não poderia receber uma carta dizendo ‘meu caro Raul Soares’ e assinando-se ‘Arthur Bernardes’. Todo mundo sabe que, quando se dirige a ele, escreve ‘Raul’ e assina-se simplesmente ‘Arthur’. Embora não seja eu um técnico, abalanço-me a estas considerações porque elas entram pelos olhos de qualquer pessoa”.

Azeredo avaliou que o episódio todo era fantasioso demais: “Alguém acredita que o senhor Raul Soares fosse, permitam-me a expressão, tão imbecil a ponto de guardá-la no bolso ou deixá-la roubar? Quem poderia guardar uma carta naquelas condições, se fosse verdadeira, para deixá-la perder estupidamente sem saber como nem onde ela foi encontrada? Quem iria perder uma valise contendo uma carta de tal importância? Só gente sem juízo.”

Não foi uma injustiça. Irineu Machado, de fato, usou as cartas falsas para combater a candidatura de Arthur Bernardes e fortalecer a de Nilo Peçanha. “Nunca aceitei a candidatura de Bernardes”, discursou Irineu Machado. “O senhor Bernardes não tem um passado político e serviços à República. Não vem das velhas e profundas camadas republicanas, que instituíram o regime [republicano] entre nós. É detentor ocasional do poder em Minas”.

O senador aproveitou para acusar o candidato de fazer

em Minas Gerais um governo “mediocre”, “retrogrado”, “odioso” e “autoritário”, perseguindo e demitindo funcionários públicos, trocando juízes por delegados de polícia, reduzindo o salário de professores e desmontando escolas agrícolas.

Irineu Machado citou um suposto discurso em que Bernardes teria dito que os tribunais do júri deveriam parar de absolver os réus e passar a mandar todos para a cadeia e um suposto texto em que o candidato teria escrito que os ex-escravizados haviam aban-

donado as fazendas e agora viviam nas cidades “desnutridos e famintos, entregues à indolência que perverte, à embriaguez que corrói, à penúria que consome e ao crime que mata”.

“Bela opinião tem sobre os filhos da raça negra, sobre os trabalhadores. Refere-se aos negros cachaceiros com o desprezo do antigo feitor de senzala”, atacou Irineu Machado. “Esse clichê no seu espírito de autocrata não cessa de inspirar a sua ação governamental. Vangloria-se da sua impiedade o presidente de Minas”.

Embates prós e contra se sucediam

Dando a entender que também considerava as cartas verdadeiras, o senador Benjamin Barroso (CE) chamou o *Correio da Manhã* de “órgão da maior responsabilidade” e avaliou ser justa a agitação nos meios militares: “Era bem natural que no espírito dos oficiais do Exército surgisse a suspeita de que esse documento ofensivo aos seus bríos tem probabilidade de ser autêntico. Assim, era legítimo que os oficiais, ofendidos nos seus bríos ou pelo menos na perspectiva de uma grande ofensa aos seus melindres, voltassem as suas vistas simpáticas para a candidatura da Reação Republicana [a candidatura de Nilo Peçanha]. Nisso não há crime, porque todas as manifestações por eles promovidas, quer coletivamente, quer individualmente, na imprensa ou na tribuna, nenhuma ofensa trazem aos princípios da disciplina e da ordem social. Ao contrário, é o exercício de um direito.”

Numa linha mais agressiva, o senador Irineu Machado afirmou que os militares, mais do que apenas criticar, deveriam pegar em armas para abater a candidatura de Arthur Bernardes e garantir a vitória de Nilo Peçanha:

“Afirmei a necessidade de uma reação pública, senão de uma rebelião nacional, com a esperança de que as armas do Exército acudam ao povo brasileiro, salvando-o mais uma vez desse infame atentado contra a sua liberdade e contra os seus direitos. Mantenho essas minhas asserções com a autoridade que me dão o meu passado de republicano e a minha consciência de homem de bem. Viva o glorioso Exército brasileiro!”

O senador Antônio Azeredo tentou jogar água na fervera: “Eu, que [por ter cursado a Escola Militar] sou insuspeito para falar às classes militares, devo aconselhá-las, neste momento em que o Exército se organiza, toma grande incremento e manobra com uma eficiência admirável, a que não se envolvam nas questões políticas de modo a prejudicar os grandes interesses da nação.”

Diante da escalada das tensões, até o presidente da República, Epitácio Pessoa, viu-se obrigado a entrar em campo. Num pronunciamento ao Congresso Nacional, ele disse que os militares deveriam permanecer na caserna.

Oportunidade de emprego

A TESS Indústria, seleciona Pessoas com Deficiência (PCD) os interessados deverão enviar o currículo para o site jobs.kenoby.com/tess.”



Paula Almeida, Georgina Luna, Carolina Lins, Assis Almeida, Marcelo Pinheiro de Lucena, Ana Gouveia, Daniel Rodrigues, Dada Gadelha, Fátima Braga, Maurício Burity, Moisés Marques e Fátima Freire são os aniversariantes da semana



Aparecida Farias (na foto com as amigas Fátima Mendonça e Rosilda Araújo), que tem loja no shopping Via Mar, promoveu excelente chá da tarde para apresentar a nova coleção de primavera.



A Diva Divina, loja de roupas e acessórios femininos, promoveu tarde de glamour e elegância, para apresentar a nova e bela coleção de primavera das duas empresas. Na foto, registrei os parceiros do evento: Ceíça Hilst e Elaine Lucena (Ok beleza), Adriana Mattioli (Diva Divina), Giovana Rolim (acessórios), Marcos Júnior (Mel Parayba), Salomão Rocha (Terra Essências) e Helena Bezerra e Thereza Bezerra (Salao T & H).



Durante solenidade que aconteceu na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa, na última terça-feira (19), o escritor Rui Leitão tomou posse, como novo acadêmico, na cadeira de número 28 da Academia Paraibana de Letras. Os jornalistas Genésio Sousa Neto e Walter Santos prestigiaram o amigo querido.



A empresária Maraysa Rocha (na foto com a amiga Betinha Gomes), recebeu um produto especial e espetacular para reconstituição dos cabelos: a SOS Manteiga, da marca Das Belle.



A Massai, geradora de soluções imobiliárias, foi case de sucesso na Digital EXPO 2022, em São Paulo, apresentando seus resultados com a adesão dos programas ELO e digitalização corporativa para empresários e visitantes de todo o país. Para representar a empresa, Mayra Dias, gerente administrativa, foi responsável por contar a experiência com o sistema.



Os arquitetos Max Faria e Rabi Araújo (foto) idealizaram o espaço Garagem Volvo, para participaram da Luxo Décor Brasil 2022. O ambiente, que conta com parceria da OBI da Terra, da Carajás Home Center e da Hadassah - Moveis e Soluções em Madeiras dentre outros, está baseado na interação e sustentabilidade.



O jornalista Ewerton Vieira (na foto com as amigas Júlia Ferrer, Evelyn César e Lúcia Padilha) vai festejar seu aniversário, em ritmo de adesão, com megaevento no dia 15 de setembro. Claro que marcarei presença.



Em visita ao Captain Jack, restaurante recém inaugurado no Holandas Prime, registrei o sabor de uma gastronomia à base de frutos do mar da melhor qualidade, além da presença dos empresários e amigos Adriana Marsicano e Fernando Cunha. Em breve, o espaço vai promover um evento para recepcionar parte da imprensa paraibana. Show!



O meu filho Walter de Vasconcelos Rosas Dias (foto) mudou-se com toda a família para Belém, a capital do Pará. O motivo? Assumiu o cargo de analista de sistema no TRT daquele Estado, que realiza, anualmente, o famoso Sirio de Nazaré.

IMOBILIÁRIA PARAÍBA PROPERTY
www.paraibaproperty.com.br
+55 83 99302-7071

Contabilize
Consultoria e Assessoria Contábil

LIVRE-SE DAS DORES NA COLUNA SEM CIRURGIA
FONE: (83) 3204-0423
98708-8189
DOUTOR HERNIA

Selic

Fixado em 15 de junho de 2022

13,25%

Sálário mínimo

R\$ 1.212

Dólar \$ Comercial

+0,05%

R\$ 5,499

Euro € Comercial

-0,05%

R\$ 5,612

Libra £ Esterlina

+0,19%

R\$ 6,596

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Junho/2022 0,67

Maió/2022 0,47

Abril/2022 1,06

Março/2022 1,62

Fevereiro/2022 1,01

Ibovespa

98.924,82 pts

-0,11%



AUMENTO DE 36%

Paraibanos estão usando mais o cartão de crédito

Em todo o país, operações somaram a quantia de R\$ 758,6 bi no 1º trimestre deste ano

Giovannia Brito
gibritosilva@hotmail.com

Thadeu Rodrigues
thadeu.rodrigues@gmail.com

Os paraibanos estão usando com mais frequência os cartões de crédito. De modo geral, os brasileiros aumentaram em 36% o número de compras com cartões de pagamento, incluindo as modalidades de crédito, débito e pré-pago, no primeiro trimestre do ano, em comparação com o mesmo período de 2021. O volume de operações somou a quantia de R\$ 758,6 bilhões, conforme a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs).

“Vários fatores contribuíram para o aumento do dinheiro de plástico (cartões de crédito e débito), entre eles, impulsionados pelos reflexos da pandemia, poderíamos destacar dois: o aumento do desemprego – que forçou as famílias a utilizarem os cartões de crédito e o cheque especial para complementar a renda ou rolar as dívidas – e a inflação, uma vez que com o aumento dos preços e das taxas de juros, o consumidor se viu obrigado a aumentar o número de parcelas e prorrogar o máximo possível as suas prestações na aquisição de produtos ou serviços”, explicou o especialista em Direito do Consumidor, Ronaldo Xavier Júnior.

Mas ele destacou que esse aumento também ocorre, visto que está em andamento uma mudança de cultura. “Cada vez mais as pessoas estão se habituando com as



Foto: Arquivo Pessoal

Especialista em Direito do Consumidor, Ronaldo Xavier Júnior

novas tecnologias, como por exemplo o uso do PIX, o que faz com que naturalmente, e por uma questão de segurança, o uso de cédulas diminua”, disse.

Do total de transações realizadas no país, as compras com cartão de crédito correspondem ao montante de R\$ 478,5 bilhões, com um crescimento de 42% sobre o primeiro trimestre de 2021. Já os pagamentos no débito somaram R\$ 235,4 bilhões, com alta de 15% sobre os três primeiros meses do ano passado. As operações com cartão pré-pago foram de R\$ 44,6 bilhões. A modalidade apresentou um crescimento de 148%, no período.

A enfermeira Elizabete Silva afirma ter usado bem mais o cartão de crédito na realização de compras. “Tenho um cartão de crédito com limite de R\$ 35 mil, o qual divido com dois filhos. Mas, no início deste mês, estávamos sem

margem e crédito”, afirma.

Ela conta que não tem aumentado o volume de compras. “Como nós temos programas de milhas no cartão, compramos absolutamente tudo no crédito. Contudo, todas as mercadorias estão mais caras, principalmente os alimentos”, frisa.

Conforme o Indicador de Inadimplência da Serasa Experian, 28,2% do volume das dívidas está no segmento de bancos e cartões. Em segmento similar, as financeiras concentram 12,5% do total, assim como o varejo. O aumento da inflação e dos juros, o alto índice de desemprego e a perda de renda do trabalhador formam um contexto que possibilita o crescimento da inadimplência, no Brasil. “A facilidade do crédito e dos parcelamentos, também associados ao alarmante desemprego, contribuíram para o aumento da inadimplên-

PB ganha 83 mil inadimplentes em um ano

Conforme o Indicador de Inadimplência da Serasa Experian, a Paraíba ganhou 83.984 inadimplentes, no comparativo entre maio de 2021 e maio de 2022. Havia, no estado, 1.151.316 consumidores negativados, em maio deste ano, o que representa um aumento de 7,84% sobre o mesmo mês de 2021. Contudo, na comparação com abril, uma redução de 10 mil inadimplentes.

O valor médio da dívida por CPF também aumentou, passou de R\$ 3.214,94 para R\$ 3.500,68, um crescimento de R\$ 285,74, que corresponde a 8,90%. Em maio, o Brasil atingiu a marca de 66,6 milhões de inadimplentes, o maior número desde o início da série histórica iniciada em 2016. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o levantamento registra um aumento de quatro milhões de consumidores in-

cluídos nos cadastro de proteção ao crédito.

“Em casos de inadimplência, recomenda-se até que o consumidor recorra a um empréstimo com um familiar ou numa outra instituição bancária para quitar a dívida, e evitar ser arrasado pelos juros do cartão. Há casos inclusive de juros abusivos que podem e devem ser questionados judicialmente pelo consumidor. Quem nunca comprou um veículo financiado e acabou pagando dois ou três?”, questionou o advogado.

Ronaldo aconselhou uso consciente do crédito, evitar gastos supérfluos, barganhar o valor final do produto com o vendedor e nunca acreditar na conversa do parcelamento sem juros. “Quanto maior o número de parcelas, maior a taxa de juros aplicada e maior é o preço final do produto. Por isso sempre vale

a pena esperar um pouquinho mais, juntar um pouco mais de dinheiro para no final adquirir um produto com um bom desconto”, afirmou.

100 milhões de pagamentos

O Brasil registrou 100 milhões de pagamentos com cartões por dia, pela primeira vez, neste ano, conforme a Abecs. Foram registradas, no primeiro trimestre deste ano, 4,3 bilhões de operações com cartão de crédito (alta de 37%), 3,6 bilhões com cartão de débito (21%) e 1,1 bilhão com cartão pré-pago (180%). O ticket médio entre as modalidades é bastante variável. O valor médio do pagamento com cartão de crédito foi de R\$ 112,1, com débito, R\$ 64,8, e com cartão pré-pago, R\$ 40,3.

As compras on-line apresentaram um aumento de 35,2% sobre 2021, alcançando

“

A facilidade do crédito e dos parcelamentos, também associados ao alarmante desemprego, contribuíram para o aumento da inadimplência

Ronaldo Xavier

cia. Atualmente quem atrasa um cartão de crédito ou um financiamento bancário, terá em poucos meses uma dívida quase impagável. A taxa de juros de um único mês de um cartão de crédito ou de um cheque especial já será maior do que os juros anuais previstos pelo Banco Central. Na prática, basta o atraso de uma única fatura para que aquela dívida se torne quase impagável”, avaliou Ronaldo Xavier.

Ele afirmou que o atual cenário do país pede prudência, já que muitos brasileiros se encontram no limite do orçamento doméstico e em alguns casos, não possuem nenhum tipo de reserva de emergência. “O nosso país se encontra ao ponto de termos mais de 66 milhões de brasileiros com o nome sujo. E para piorar, as empresas de proteção ao crédito muitas vezes não facilitam as negociações e protegem apenas o credor”, revelou.

■ Pela primeira vez, o Brasil registrou 100 milhões de pagamentos com cartões por dia

Economia em Desenvolvimento

João Bosco Ferraz de Oliveira
joaboferraz3@gmail.com | Colaborador

Um porto novo em Cabedelo

Há 12 anos eu escrevi um artigo mostrando a importância do Porto de Cabedelo para o desenvolvimento do nosso estado, apesar de reconhecer todos os problemas que ele tinha. Considerado um porto de pequeno porte, seu maior desafio era (e ainda é) o calado, ou seja, a sua profundidade de 9 metros que causa a impossibilidade de recebermos navios de maior porte.

O assunto Porto de Cabedelo sempre entra em pauta em época de eleição e naquela ocasião que eu publiquei, outubro de 2010, coincidentemente era período eleitoral e era um tema recorrente, sempre polêmico já que constava das propostas de governos de vários candidatos e assunto presente nos programas de todas as rádios e jornais. As mídias sociais existentes à época não tinham o glamour e a força de hoje.

Com a publicação, recebi e-mails de pessoas que residiam em outros estados e de alguns colegas economistas, ora concordando ora discordando do texto. Isso é natural.

Na época tudo que acontecia aqui era motivo de comparação ao que acontecia no vizinho estado do Rio Grande do Norte. Inclusive com a provocação de que este tinha uma vocação econômica (turismo) definida e a Paraíba por ser (para alguns) um estado dormitório, já que muitos dos nossos filhos se deslocavam para estudar ou trabalhar em Pernambuco, Rio Grande do Norte e até Ceará.

Em relação ao porto, como indutor do desenvolvimento do estado, a solução que uma ala apontava era de que não tínhamos como recuperar o porto existente e sim a construção de um novo, em águas profundas. Este assunto foi inclusive bandeira de campanha de um dos governadores do estado, o falecido José Maranhão.

Mas este assunto não foi abandonado, o Porto de Águas Profundas, que inclusive já incomodou o estado de Pernambuco, pois vê esse projeto como algo para concorrer com Suape, alegando, entre outros motivos, o de não agredir o meio ambiente. Defensores dessa ideia indicam o litoral de Mataraca como ponto ideal para a sua instalação. Isso representaria investimentos de R\$ 4 a R\$ 6 bilhões e beneficiaria, no Litoral Norte, cerca de 12 municípios inclusive com geração de empregos. O porto se localizaria a 11 km da costa e seu calado ultrapassaria os 15 metros.

Mas essa discussão não é de hoje e os recursos para tal não estão garantidos e quem sabe ser o motivo que desde a década de 90 procuram encontrar uma solução.

Mas o que temos é o nosso porto, de Cabedelo e que está ali, no mesmo local e funcionando. Hoje numa condição muito melhor que o que pesquisei há 12 anos atrás. Quem passa pela sua faixa pensa que pouca coisa mudou, que não cresceu e não se modernizou. Muito pelo contrário. A começar pela forma de gestão que vem sendo posta em prática nos últimos anos. Quem administra o porto é a Companhia Docas da Paraíba, Docas-PB.

É verdade que o porto é praticamente o mesmo, todavia a estrutura e o ambiente de negócios e de gestão ali instalado hoje é outro. Podemos dizer que o Porto de Cabedelo hoje é conhecido no mundo e dialoga com investidores de diversas nacionalidades, com foco em exportações e importações.

Destacamos aqui algumas informações importantes e atuais. O cais tem 602 metros de extensão e o seu calado de 11 metros já está em homologação; a Silagem permite o armazenamento de 35 mil toneladas de grãos, dispõe de quatro mil metros quadrados de armazéns cobertos e 18 mil metros quadrados de pátios.

A área do porto organizada de Cabedelo é constituída de instalações portuárias terrestres e infraestrutura de proteção e acessos hidroviários. Possui em sua área primária seis mil metros quadrados de área disponível para armazenamento de contêineres e cargas de projeto. Até junho deste ano, recebeu cerca de 700 mil toneladas de produtos.

A melhor das notícias atuais é que os estudos para a realização da dragagem do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Cabedelo já está na última etapa, a do projeto executivo, com recursos garantidos pelo estado. A dragagem permitirá a movimentação de navios com até 55 mil toneladas e permitirá mais competitividade ao porto paraibano.

Em breve espero trazer mais informações. Estarei em contato com os administradores da Companhia Docas PB, pois este assunto interessa não apenas ao estado, a meu ver, ao Nordeste e sua desenvolvimento. O mesmo porto, o porto novo, de Cabedelo e da Paraíba.

COMBUSTÍVEIS

Pesquisar ajuda a economizar até 15%

Além de procurar o posto com o litro mais barato, cuidados diários podem reduzir o consumo do veículo

Agência Estado

Mesmo com a redução do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), os motoristas ainda encontram um grande desafio para driblar o custo elevado do combustível em todo o país. Entretanto, na cidade de São Paulo, por exemplo, é possível economizar até R\$ 0,81 por litro fazendo uma pesquisa por postos. A redução é de até 15%, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural (ANP).

Para quem trabalha com carro, como os motoristas por aplicativo, por exemplo, cada centavo faz diferença. Mas, além de procurar o posto com o litro mais barato na hora de encher o tanque, também é possível seguir algumas dicas.

De acordo com o professor de Engenharia Mecânica do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT), Clayton Barcelos Zabeu, cuidados diários podem amenizar o consumo de combustível, principalmente exercitando a melhor dirigibilidade.

“Para um veículo com motor a gasolina ou etanol convencionais, com transmissão manual, é aconselhável que sejam empregadas as marchas mais altas, desde que compatíveis com a velocidade de condução, o que faz com que o motor entregue a mesma potência necessária para a condução, porém, em uma rotação menor. Se o motorista estiver conduzindo o veículo a 30km/h, por exemplo, um menor consumo de combustível seria obtido se o automóvel estiver na 3ª marcha engatada do que na 2ª marcha”, afirma.

O especialista lembra que há veículos com indicadores de mudança de marcha no painel de instrumentos, que informam o momento ideal de troca e permitem uma condução mais econômica.

Independentemente do recurso, o condutor deve evitar acelerações bruscas. A condução mais “suave”, com o motor trabalhando entre 1.500 e 3.000 rpm, sem grandes pisadas agressivas no pedal do acelerador, tende a reduzir o consumo de combustível urbano.

Manutenção necessária

Outro ponto importante para economizar está relacionado com o cuidado com o veículo. Dessa forma, o condutor precisa fazer “check up” preventivo regularmente. A manutenção inadequada, como filtro de ar extremamente restritivo, velas de ignição usadas além de seu limite (folga entre eletrodos excessiva), falha em sonda de oxigênio (sonda lambda), desregulagem de convergência de pneus são os problemas mais usuais.

“A pressão baixa dos pneus é bastante comum. Por isso, é importante sempre a recomendação do fabricante do veículo/pneu. O uso do condicionador de ar também impacta no consumo de combustível. Um veículo com o ar condicionado ligado consumirá mais combustível do que desligado”, explica Barcelos.



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Apesar da redução do ICMS, os motoristas ainda encontram um grande desafio para driblar o custo elevado dos combustíveis em todo o país

Qualquer economia representa uma grande diferença no final do mês

■ **Empresa de transporte por aplicativo faz ajuste dos repasses de acordo com as flutuações no preço da gasolina**

Para os motoristas de aplicativo, qualquer economia pode representar uma grande diferença no final do mês. No caso dos parceiros da 99, outra iniciativa contribui. Como uma medida permanente para preservar os rendimentos dos

motoristas, a empresa de tecnologia voltada à mobilidade urbana e conveniência soma R\$ 0,10 por quilômetro rodado para cada R\$ 1 de aumento do combustível.

A solução foi desenvolvida pelo DriverLAB, centro de inovações da empresa 100% focado nos motoristas parceiros. De acordo com a 99, o objetivo é garantir o ajuste dos repasses para o motorista de acordo com as flutuações no preço da gasolina. “Nosso compromisso é cuidar dos motoristas parceiros, por isso agilizamos o desenvolvimento dessa tecnologia que anula a subida dos preços”, diz Thiago Hipólito, diretor do DriverLAB da 99.

Antes, a 99 considerava as seguintes variáveis para calcular a tarifa do motorista: um valor base, ganho por km e ganho por minuto. Agora, a essas variáveis é incorporado o “Adicional Variável de Combustível”. Ou seja, o condutor tem mais um componente acrescentado ao seu ganho.

Como a base para a comparação é o valor registrado pela ANP, em cada estado, esse adicional será sempre positivo (em caso de aumento da gasolina) ou zero (em caso de a gasolina ficar mais barata). Motoristas que rodam com carros movidos a álcool, diesel ou GNV recebem o Adicional Variável de Combustível normalmente.

Mais dicas

O motorista pode colocar em prática outras dicas para reduzir o consumo de combustível. Quando combinadas, as iniciativas apresentam bons resultados. Na lista estão:

■ Não transporte peso desnecessário no veículo. Massa adicional representa maior necessidade de potência do motor e, conseqüentemente, maior consumo de combustível;

■ Cuidado com o alinhamento de suspensão, pressão de pneus, regulagem adequada de freios (lonas não “tocando” nos tambores);

■ Evite “descansar” o pé no pedal do freio;

■ Não seja agressivo nas acelerações;

■ Use a indicação de troca de marchas (quando presente);

“Todas as dicas também servem para os carros automáticos. Ao se pisar fundo e bruscamente no pedal do acelerador, os sistemas de controle reagem como se o motorista quisesse efetuar uma manobra de aceleração brusca, o que ocasiona uma redução de marcha (o famoso kick-down do acelerador). Ao reduzir a marcha de engrenamento, ocorre um aumento de velocidade do motor e, usualmente, um aumento de consumo de combustível para a mesma potência entregue na roda”, ressaltou Thiago Hipólito.

NO PAÍS

Novas altas dos juros para os próximos meses vão esfriar retomada da economia, preveem analistas

Cleide Silva
Agência Estado

A continuidade da alta da taxa básica de juros (Selic) prevista pelo mercado para os próximos meses vai frear o movimento de recuperação da atividade econômica e dos empregos verificada nos últimos meses.

É um remédio amargo, mas necessário, na visão de economistas. “O juro mais alto gera uma desaceleração da economia no curto prazo, mas, se o Banco Central (BC) for bem-sucedido em controlar a inflação, vai favorecer o crescimento da economia no longo prazo”, diz Mauricio Oreng, superintendente de pesquisa macroeconômica do Santander.

A sequência da alta dos juros, em princípio até outubro, é a única alternativa para que o BC consiga levar a inflação para perto da meta em 2024. Neste ano já é quase certo que não será possível e, para alguns economistas, também será difícil no próximo.

O Santander prevê para este ano inflação de 7,9%, caindo a 5,7% no próximo e a 3% em 2024. As taxas de juros projetadas para esses anos são, respectivamente, 14,25%, 12% e 9%.

Juro real

A expectativa é de que o ciclo de alta termine a partir de outubro e que a taxa de 14,25% se mantenha até meados de 2023, para então começar a cair. Para o consumidor, com a Selic nesse

patamar o juro real deve ficar na casa dos 9% a 10% ao ano, mas esse efeito não é imediato. Hoje está em 8%.

O economista Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, resalta que o ajuste “fatalmente vai contribuir com o esfriamento da atividade econômica” - que teve desempenho no primeiro semestre acima do esperado.

Ele acrescenta que “o BC não pode ficar esperando a inflação cair por conta própria e vai continuar posicionando a Selic em um patamar contracionista”.

Para Campos Neto, boa parte da inflação é resultante de um movimento externo global e é importante que outros bancos centrais também estejam nesse processo de aperto monetário.

Câmbio

Apesar de o aumento dos juros internacionais exportar inflação para o Brasil via câmbio, o aperto vai ajudar o Brasil ao atacar a origem das pressões inflacionárias, que é o fato de a demanda mundial estar correndo acima da oferta, analisa o economista da Tendências.

“A desaceleração da demanda global vai derrubar os preços das commodities e de outros produtos, e é o que precisa de fato ser feito para combater a alta da inflação”, diz Lucas Vilela, economista do Credit Suisse.

Ele resalta que, no Brasil, a inflação de curto prazo deve cair com a medida que reduz impostos sobre os combustíveis, mas vai piorar muito o cenário para

2023 se medidas como as que estão sendo adotadas agora não forem adotadas pelo BC. Para 2023, o Credit Suisse estima redução de 300 pontos-base da Selic, que terminaria o ano em 11,25%.

■ **A sequência da alta dos juros, em princípio até outubro, é a única alternativa para que o BC consiga levar a inflação para perto da meta em 2024**

PENSANDO NO FUTURO

Mudanças climáticas em pauta no NE

Simpósio sobre o tema reunirá estados da região em novembro; esta semana, PB promoveu atividade preparatória

Renato Félix
Assessoria SEC&T

As mudanças climáticas são uma realidade e já atingem o Brasil a cada fenômeno climático extremo, que passam a ser mais comuns do que em décadas anteriores. Por exemplo, as fortes chuvas que atingiram João Pessoa nesta temporada de outono-inverno, mas que causaram estragos especialmente em Recife. As políticas públicas são fundamentais para mitigar esses e outros efeitos, mas sobretudo a união coordenada de políticas públicas. O Painel Paraibano sobre Mudanças Climáticas – A Consciência pelo Conhecimento é um passo nesse sentido: realizado na quarta, 20, e quinta-feira, 21, no Centro Cultural Ariano Suassuna, o evento reuniu entidades que mostraram suas pesquisas e ações a respeito desse tema. O próximo passo é uma reunião de âmbito regional, com o Simpósio Nordeste sobre Mudanças Climáticas, em novembro.

Para isso, será criado o Comitê Gestor Estadual sobre Mudanças Climáticas, com as entidades que participaram do painel. Uma primeira reunião, que lançou a ideia, aconteceu na tarde da quinta-feira, com a participação dos representantes das entidades presentes na ocasião. Mas, em agosto, estas e outras serão formalmente convidadas pela Secretaria Executiva de Ciência e Tecnologia (SEC&T), que organizou o painel, para uma reunião em que o fórum será formado.

“Iniciamos esse processo com um conjunto de lives sobre mudanças climáticas que estão disponíveis – e eu recomendo que a sociedade assista – no YouTube da Secretaria de Educação e da Ciência e Tecnologia”, explica Rubens Freire, secretário executivo de Ciência e Tecnologia. “Realizamos, agora, o painel paraibano e pretendemos evoluir para um encontro nordestino. Isso porque, no âmbito do Nordeste, nós temos o Consórcio Nordeste e estamos iniciando um processo de cons-

trução de políticas públicas sobre o impacto das mudanças climáticas na região”.

Algumas das entidades que participaram do evento são a Secretaria de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, a Sudema, a Assembleia Legislativa, a Prefeitura de João Pessoa, o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), a Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (Aesa), a Cagepa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Embrapa, a Famup, a Embrapa, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq -PB) e as universidades UFPB, UFCG, UEPB e IFPB.

Os dois dias tiveram apresentações de órgãos como a Embrapaa, OAB, Embrapa, Iclei e Cagepa, que falaram um pouco de si e de como têm lidado com assuntos referentes ao clima. Mas, sobretudo, pesquisadores das universidades apresentaram seus trabalhos com enfoques variados a respeito de estudos ecológicos que impactam na mitigação às mudanças climáticas.

Entre os temas apresentados, o público presente pôde conferir os seguintes estudos: pesquisa sobre demandas hídricas em Guarabira; trabalhos em praças do bairro do Bessa, em João Pessoa, sobre plantas que nascem na área urbana; a cobertura da mídia nacional sobre o relatório da ONU sobre mudanças climáticas. Painéis no hall no auditório também exibiram os resultados dessas pesquisas.

Estudos
Pesquisadores das universidades apresentaram trabalhos com enfoques variados a respeito de estudos ecológicos que impactam na mitigação às mudanças climáticas



Durante o Painel Paraibano sobre Mudanças Climáticas, realizado no Centro Cultural Ariano Suassuna, o secretário executivo de Ciência e Tecnologia, Rubens Freire (acima), falou sobre a construção de políticas públicas para reduzir os impactos das mudanças climáticas no Nordeste



Lucena pode ganhar unidade de conservação

Um dos estudos apresentados é o trabalho do Projeto Mirarim, em Lucena, para a criação de uma unidade de conservação ambiental na cidade litorânea. O estudo é liderado pelo campus Cabedelo Centro do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), em um posto avançado na cidade vizinha, com diversos parceiros, sejam governamentais ou ONGs da região.

“Esse projeto surgiu com o principal objetivo de criar uma unidade de conservação no Litoral Norte de Lucena, para, inclusive, apoiar o turismo de uma forma sustentável”, conta Cláudio Dybas, professor do campus de Cabedelo Centro e coordenador da unidade avançada de Lucena. “É uma região que tem atributos importantes. Tem índices de biodiversidade importantes, vários ecossistemas costeiros, como praias

arenosas, estuário, manguezal, restinga... Além de ter uma beleza cênica maravilhosa – por isso mesmo a gente chama Mirante Natural do Rio Miriri. Tem tanta coisa acontecendo que é um laboratório ao ar livre”.

Para ele, a criação da unidade de conservação também seria uma saída a longo prazo para a ordenação do turismo na região. “Ele não tem controle nenhum e isso acarreta muitas consequências, muitos impactos no ambiente natural”, alerta. “A área tem potencial para todo tipo de turismo – turismo de aventura, caminhada, traking, bike –, mas a gente tem que pensar na coletividade”.

O projeto começou a ser gestado em 2017 por conta das visitas técnicas realizadas pelo IFPB com alunos de cursos de turismo e relacio-

nados ao meio ambiente. Em consulta a analistas ambientais no ICMBio, ficou evidente a viabilidade da criação da unidade de conservação. “Um diagnóstico ambiental envolve muitas áreas, ele é multidisciplinar. Ao longo dos nossos levantamentos em campo, dos nossos diálogos institucionais, a gente viu que havia interesse do Governo da Paraíba em criar uma unidade de conservação estadual ali”, conta o professor. “Então a gente se esfor-

çou para entregar um produto técnico mais acabado possível. Ou seja: um relatório que desse condições a qualquer analista sustentar a criação dessa unidade de conservação”.

O relatório está finalizado e em uma revisão no ICMBio e, possivelmente, em duas semanas ele será encaminhado para a Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente para que o processo de criação prossiga.

Projeto Mirarim é liderado pelo campus Cabedelo Centro do IFPB



Cláudio Dybas destaca turismo sustentável

Lives com especialistas continuam disponíveis

O Painel Paraibano sobre Mudanças Climáticas é uma decorrência da série de seis lives promovida pela Seect, através da SEC&T, que debateu o tema com especialistas brasileiros de renome internacional no tema. Essas lives, realizadas entre março e junho, continuam disponíveis no canal da Seect no YouTube, podendo ser assistidas a qualquer momento. Confira abaixo os convidados. Para acessar o vídeo, basta apontar o celular para os respectivos QR Codes.

■ Paulo Artaxo
Professor do Instituto de Física da USP e integrante do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU)



■ Patrícia Pinho
Doutora em ecologia humana pela Universidade da Califórnia e diretora científica adjunta do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)



■ Clayton Campagnolla
Consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)



■ Jean Pierre Ometto
Pesquisador sênior do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)



■ Carlos Magno Lima
Professor do IFRN e doutor em ciências climáticas



■ Ricardo Galvão
Professor do Instituto de Física da USP e ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais



EDIFÍCIOS “VERDES”

Paraíba é referência na construção de prédios sustentáveis

Essas obras aproveitam, de forma racional, os recursos naturais e visam conservação de um ambiente saudável

Mayra Santos
mayraalvessantos@hotmail.com

A construção de edifícios “verdes” vem sendo uma prática cada vez mais crescente em João Pessoa. Trata-se de um negócio rentável e ecologicamente correto. A Capital tem se tornado referência nesse tipo de empreendimento, de acordo com o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Wagner Breckenfeld.

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de países com construções sustentáveis, segundo a Green Building Brasil. Os edifícios “verdes” são construções que seguem um parâmetro de sustentabilidade, visando a preservação do meio ambiente, utilizando de forma racional os recursos naturais e evitando desperdícios.

Esses empreendimentos são construídos com a preocupação em proteger e preservar o meio ambiente, por isso são sustentáveis. Segundo Wagner Breckenfeld, “essa preocupação é desde a sua concepção e se formaliza pelo uso de recursos naturais renováveis e não renováveis, na destinação correta dos resíduos sólidos, na redução de gastos, na geração de energia, na utilização máxima da iluminação natural, na eficiência da climatização”.

Além disso, ele destacou que preservar a paisagem onde o prédio será construído é uma prática comum na construção desse tipo de edifício, isto é, a construção é adaptada à paisagem natural, é integrada ao meio ambiente.

Para ele, a construção dos prédios “verdes” proporciona um melhor controle da obra, controle da cadeia de insumos de serviços, acarretando benefícios aos incorporados, ao construtor e à sociedade. Além do mais, segundo Breckenfeld, essas construções geram de imediato maior rentabilidade e, conseqüentemente, maior competitividade no mercado.

De acordo com o presidente do Sinduscon, há uma predominância dessas construções nas áreas que possuem maior visibilidade econômica, visto que esses prédios “verdes” possuem um custo maior, o que dificulta a expansão para áreas de baixa renda, tornando-se, assim, inviável.

“Eles ficam exatamente na área adensável, onde há uma maior procura por apartamentos, ou seja, onde há uma verticalização mais visível, como por exemplo nas praias urbanas de Tambaú, Cabo Branco, Manaíra e Bessa”, pontuou.

Os construtores encontram algumas dificuldades para consolidar os edifícios sustentáveis, entre elas estão o custo e a garantia da certificação que é exigida. Wagner Breckenfeld explicou que a competição do mercado e a taxa de retorno já está muito pressionada, fora

a burocracia. “A gente sabe que não é fácil obter a certificação, então, ficamos nessas duas situações: entre o preço de mercado que dificulta incrementar algo que agregue valor e a questão burocrática”.

Ele contou que a certificação é um processo bastante complexo e normalmente assusta o empreendedor. “Muitas vezes, é necessário a contratação de uma consultoria especializada para reunir a equipe, desde as fases de concepção e definição dos projetos, passando pelo acompanhamento, suporte, e até o registro da documentação aos órgãos competentes”.

O empreendimento sustentável precisa seguir parâmetros para ser certificado como edifício “verde”. Para isso, existem plataformas online que garantem esse certificado mediante algumas definições. A plataforma *Excellence in Design for Greater Efficiencies* ou Excelência em projetos para maiores eficiências estabelece o seguinte padrão: economia de pelo menos 20% de energia, água e energia incorporada aos materiais, até o padrão 100% sustentável, denominado Zero Carbono.

Existem ferramentas como o selo Procel, Casa Azul da Caixa, entre outros, que medem o desempenho ambiental. “Para obter essas certificações é necessário atender a requisitos e recomendações que garantam uma pontuação, uma classificação no empreendimento, em vários níveis”, explicou.

Embora as dificuldades existam, João Pessoa vem se destacando na construção desse tipo de empreendimento, o que valoriza alguns bairros e, naturalmente, a cidade. Breckenfeld destacou que a construção do edifício “verde” é transformadora, já que a cidade se torna mais agradável e atrativa para se viver e para se morar, além de trazer mais conforto para quem utiliza esse empreendimento.

Ele acrescentou ainda que “João Pessoa tem bairros de alto padrão que você percebe essa prática utilizada no dia a dia, até porque são lotes maiores que viabilizam a destinação de áreas para jardins, coleta de água pluvial, alamedas, como é o caso do Jardim Luna. O Jardim Luna possui empreendimentos que são verdadeiros parques privados.”

Prédio da Sicredi obedece às normas de certificação

A Sicredi, localizada na Avenida Eptácio Pessoa, é um dos prédios “verdes” que possui certificação internacional da Líder Chip Gold e a certificação Procell triplo A de consumo de energia, sendo a primeira da América Latina. A estrutura do prédio é inovadora, completa e acessível, sendo referência em sustentabilidade. O ambiente é dividido em piso térreo e primeiro andar. O presidente da Sicredi, João Bezerra, disse que se inspirou na própria cidade, João Pessoa. “A capital é um exemplo para o mundo, já foi considerada uma das dez cidades mais verdes do mundo, uma inspiração da equipe junto ao arquiteto Igor Samartin, que é um estudioso da área”, afirmou.

João Bezerra explicou como a estrutura do prédio funciona de forma sustentável, contando com uma tecnologia muito avançada e sempre preocupada com a preservação do meio am-

biente. Segundo ele, a agência possui reaproveitamento de água de chuva, produção de energia fotovoltaica, através de suas placas, fazendo a própria produção de energia do consumo do prédio. “Nós utilizamos um sistema de ar-condicionado que é chamado de VLF. Esses aparelhos conseguem de 40 a 50% do consumo de energia e todo prédio foi feito numa tipologia para absorver da melhor forma a iluminação indireta do sol, para que a gente gastasse menos energia interna, e todo o ambiente foi performado em sistema de LED”, detalhou.

Além disso, o prédio possui um elevador com tecnologia regenerativa, isto é, a energia que ele gasta para subir é reaproveitada. Ele contou também que o prédio tem uma altura de 25 cm do solo para não absorver a temperatura e, com isso, consegue refrigerar melhor o ambiente interno.



Prédio da agência Sicredi apresenta estrutura inovadora



Hotel Verde Green, na praia de Manaíra, é um dos exemplos de construção do tipo “verde”

Aproveitamento da água da chuva é exemplo de sustentabilidade

O aproveitamento das águas das chuvas do empreendimento segue o tratamento de clorificação para que ele seja aproveitado, a fim de tratar naturalmente toda parte de água limpa e a própria descarga que é utilizada no ambiente. “Depois que coloca o sabão na água, ela vai para outro ambiente para retroalimentar essa água que, em outro cenário, seria descartada. Na nossa agência há vários reservatórios de água que capta a água da chuva, porque fizemos um sistema de solo impermeável e fizemos também toda uma área verde para que pudéssemos produzir uma maior percepção do CO2 e um me-

nor impacto dele na natureza”. Há, também, a presença de micropulverizadores que estão sendo retroalimentados, através dessa captação de água da chuva em toda a jardinagem.

Bicicletário sustentável

É o primeiro do estado e um dos poucos do Brasil. “Você tem onde estacionar sua bicicleta, sua trava, um banheiro totalmente ecologicamente perfeito

Carregador de carro elétrico

O prédio também possui carregador de carro elétrico. “A gente sabe que o carro elétrico impacta menos o meio ambiente, conseqüentemente

a gente consegue fazer um dos mecanismos da ODS, que é ajudar o impacto na camada de carbono”, destacou João Bezerra.

Insumos

Todos os insumos que foram utilizados na agência atenderam a certificação Líder Chip Gold. A madeira é reciclada - é uma espécie de madeira plástica e não traz dano nenhum à natureza. Além disso, os vidros possuem um filtro em dupla camada para filtrar a energia, evitando que os raios UV penetrem no ambiente interno do prédio, fazendo, ao mesmo tempo, a iluminação indireta e diminuindo o consumo de energia.

Projetos de paisagismo visam fortalecer perspectiva ecológica

O paisagismo nos empreendimentos sustentáveis fortalece essa perspectiva ecológica. De acordo com a paisagista Patrícia Lago, não basta ter fachadas verdes e jardins para que um edifício seja, verdadeiramente, sustentável. “No paisagismo, utilizamos estratégias que minimizem o desperdício de água na irrigação, selecionamos espécies

nativas para composições projetuais, ampliamos a utilização de frutíferas, favorecendo a biodiversidade local, e de hortaliças, incentivando os moradores a praticarem jardinagem”.

Ela destaca que as estratégias de sustentabilidade devem ser tidas como prioridade desde a criação do projeto arquitetônico até o canteiro de obras.

“Nossa missão atual, enquanto arquitetos, é alinhar a estética biofílica das construções, com técnicas e processos com mínimo impacto ao meio ambiente, sendo respeitosos com o planeta onde nos desenvolvemos enquanto seres vivos e que nos ensinou a amar a natureza, antes que qualquer paisagista implantasse o primeiro jardim planejado”, endossou.



Registro fotográfico do Litoral Pessoaense (PB), cuja imagem é de propriedade intelectual de Jose Pereira Marques Filho, 0012339-86.2015.8.15.2001

BOTAFOGO X REMO

Rivalidade à toda prova no Almeidão

Duelo entre os técnicos apimenta ainda mais o jogo pela Série C, que terá apenas a torcida do Belo

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

Botafogo e Remo fazem hoje o jogo mais esperado pela torcida botafoguense nos últimos meses. Para o Belo, a partida pode encaminhar o time para a classificação, e ao mesmo tempo, dar uma resposta ao time paraense, que aliciou e levou jogadores e toda a comissão técnica do time paraibano, durante o Campeonato Brasileiro da Série C. O jogo vai marcar o retorno a João Pessoa, do treinador Gerson Gusmão, que deixou a Maravilha do Contorno recentemente, alegando que trocou de clube, porque o Remo tem um elenco melhor. A partida é válida pela 16ª rodada e está programada para as 19h, no Estádio Almeidão.

Por causa dessa investida do Remo no elenco e na comissão técnica do Botafogo, criou-se um clima de muita rivalidade para esta partida, com as duas torcidas trocando ameaças pelas redes sociais. Diante disto, o Ministério Público da Paraíba proibiu a presença de torcedores do Remo no Estádio. Apenas os torcedores do Botafogo poderão assistir o jogo.

A partida tem tudo para ser muito disputada. As duas equipes venceram na rodada passada e os dois técnicos são gaúchos, velhos conhecidos, e já atuaram juntos no Operário do Paraná, quando o técnico era Itamar Schülle e o auxiliar Gerson Gusmão. Quando Itamar deixou o clube, Gerson assumiu o seu lugar. Recentemente aconteceu o contrário, quando Gerson deixou o Botafogo, Ita-

“

Já temos uma das melhores defesas do campeonato e agora estamos buscando melhorar o setor ofensivo

Itamar Schülle

mar o substituiu. Fica a pergunta: quem levará a melhor o mestre ou o aluno?

Os confrontos, ao longo da história, mostram muito equilíbrio. Os empates prevalecem, e até no número de vitórias, os dois clubes estão iguais. Botafogo e Remo já se enfrentaram 12 vezes, com três vitórias para cada lado e seis empates. Na Série C, os clubes jogaram oito vezes, com duas vitórias do Botafogo, duas vitórias do Remo e quatro empates. Os três últimos jogos entre as duas equipes terminaram empatados e sem gols. A última vitória de um dos dois times aconteceu em 13 de maio de 2018, quando o Remo venceu o Botafogo por 3 a 1, no Almeidão. Já a última vitória do Belo aconteceu em 19 de junho de 2017. Na oportunidade, o time paraibano venceu por 3 a 2, também no Almeidão.

Ao contrário dos torcedores, que prometem comparecer em massa ao Almeidão e proporcionar um clima de muita hostilidade, os jogadores do Belo estão considerando muito importante esse jogo, mas por outro aspecto. O clube está no G8, com 25 pontos, e tinha até o início desta rodada, 86,9 por cento de chances de classificação. Então, uma vitória sobre o Remo, praticamente garante a passagem para a fase seguinte, com alguns jogos de antecedência. O clima é de muito otimismo na Maravilha do Contorno, após a vitória sobre o Ypiranga fora de casa.

“Nós temos buscado conseguir um melhor equilíbrio. Já temos uma das melhores defesas do campeonato e agora estamos buscando melhorar o setor ofensivo, para conseguir os três pontos nos jogos. Sabemos que vamos enfrentar uma das equipes de maior poder de investimento da Série C, mas isso não determina quem vai ganhar ou perder no futebol. O que importa é o trabalho feito durante a semana e a execução dele dentro de campo. Neste aspecto, estamos preparados para vencer”, disse o treinador Itamar Schülle.

Para esta partida contra o Remo, o único problema para o treinador escalar a equipe é o goleiro Luis Carlos. Ele sentiu uma contusão na coluna, no jogo contra o Ypiranga e deixou o campo machucado. O goleiro passou a semana no departamento médico. Sendo assim, o substituto dele deverá ser Victor, que também o substituiu em Erechim-RS.

Remo

O Remo vem de uma vitória importante, por 2 a 0, sobre o ABC, na última rodada. Foi a primeira vitória de Gerson Gusmão à frente da equipe, já que vinha de dois empates e uma derrota. Ao todo, a equipe passou cinco jogos sem vencer. O clube está fora da zona de classificação, com 21 pontos, e precisa reagir para fazer parte do G8.

Para o jogo contra o Botafogo, Gerson Gusmão não vai poder contar com o volante Anderson Uchoa, titular em todos os jogos da equipe na Série C e que vai cumprir suspensão automática por ter levado o terceiro cartão amarelo. Para a posição, Gusmão pode utilizar Marciel, que é um segundo volante, mas que pode atuar mais recuado. Outra opção é Marco Antônio, mas ele vem sendo pouco utilizado na terceira linha. Há também a possibilidade de Paulinho Curuá, titular contra o ABC, descer para o lugar de Uchoa e Jean Patrick voltar ao time. Nas demais posições, o treinador poderá escalar a força máxima no jogo deste domingo.



Foto: Samara Miranda/Remo

■ O Remo, do técnico Gerson Gusmão, que dirigia o Botafogo, vem de uma vitória sobre o ABC



Foto: Marcos Russo

BRASILEIRO DA SÉRIE C

Campinense joga contra o Altos-PI

Rubro-negro atua em Teresina, pressionado para fugir da zona de rebaixamento a quatro jogos do fim da 1ª fase

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

Após a vitória contra o Ferroviário, a confiança voltou à Raposa, que espera deixar a zona de rebaixamento do Brasileiro da Série C neste domingo, com uma vitória sobre o Altos-PI, jogo válido pela 16ª rodada. O campeão paraibano ainda está no Z4, mas a diferença para o clube piauiense é de apenas três pontos. O Altos vem de uma derrota para o Aparecidense por 2 a 1, fora de casa. As duas equipes se encontram no Estádio Lindolfo Monteiro, em Teresina.

■ Campeão paraibano vive momento complicado e não pode mais perder, mesmo atuando fora de seus domínios

O técnico Flávio Araújo está muito confiante no crescimento da equipe, jogo após jogo, e gostou da forma competitiva do time na partida contra o Ferroviário. Ele espera o mesmo empenho dos jogadores contra o Altos, que segundo ele, é um time forte, sobretudo quando joga em casa.

“O Altos é uma equipe muito forte em todos os setores e não só no ataque, como muita gente pensa. É uma equipe entrosada e organizada e que precisa, como nós, fugir da zona de rebaixamento. Nós temos que fazer outro jogo competitivo, com e sem a bola, marcar e jogar. Venho trabalhando muito o lado psicológico dos jogadores, passando confiança para eles, e a cada conquista, nós respiramos melhor e sonhamos mais com a permanência na Série C”, disse Flávio.

CONTRA O LAGARTO

Dinossauro tenta sair na frente do mata-mata

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

O Sousa começa, hoje, a sua participação na segunda fase do Campeonato Brasileiro da Série D. O Dinossauro vai enfrentar o Lagarto de Sergipe, às 16h, no Estádio Marizão, em Sousa. Será o início do mata-mata e a segunda partida

entre as duas equipes acontecerá no outro domingo, no interior sergipano. O time sertanejo terminou a primeira fase na terceira colocação do grupo A 3, e o time adversário, na segunda colocação do grupo A 4, por isso, tem a vantagem de decidir a vaga à terceira fase em casa. O time não terá o lateral Iranilson, que so-

freu um acidente automobilístico, sem maior gravidade, mas está fora do jogo. No Sousa, a principal preocupação da equipe é conseguir uma vitória com uma boa margem de gols, para entrar com vantagem no jogo da volta em Sergipe. Porém, as constantes derrotas dentro de casa têm deixado os torcedores apreensivos com o

Altos

No Altos, o técnico Tonet terá o retorno do atacante Elielton, que cumpriu suspensão automática no jogo contra o Aparecidense. Porém, a principal preocupação do treinador vem

sendo a defesa, que nos últimos três jogos tomou seis gols. Durante esta semana, ele fez treinos especiais para tornar a equipe mais compacta. O time ainda tem remotas possibilidades de classificação, e por isso, o objetivo maior é aproveitar os jogos dentro de casa para somar pontos e fugir da zona de rebaixamento.



Foto: Sany Oliveira/Campinense

Alan Leite treina no Renatão para o jogo decisivo diante do Altos, que pode definir a sorte do Campinense nessa reta final do Brasileiro da Série C

Jogos de hoje

■ SÉRIE A

11h

Avai x Flamengo

16h

Fluminense x Bragantino

16h

Palmeiras x Internacional

Juventude x Ceará

18h

Atlético-MG x Corinthians

Atlético-GO x América-MG

19h

Fortaleza x Santos

■ SÉRIE B

11h

Guarani x Brusque

■ SÉRIE C

15h

Altos x Campinense

17h

Ferroviário x Vitória

19h

Botafogo-PB x Remo

■ SÉRIE D

16h

Sousa x Lagarto



Foto: Divulgação/Sousa

A equipe do Sousa precisa vencer bem e abrir vantagem no confronto contra o Lagarto-SE

desempenho da equipe, quando joga no Marizão, onde nesta competição já perdeu para o Icasa (2x1), Retrô (3x0) e no último final de semana para o América-RN (2x1). Para evitar surpresas, o técnico Tardeli Abrantes treinou bastante a reposição defensiva durante a semana. Todos os jogadores estão conscientes que é preciso conseguir um bom resultado em casa, para decidir a vaga à próxima fase com maior tranquilidade, na próxima semana, em Sergipe. “A gente sabe o quanto é importante fazer o resultado em casa. Sabemos que vamos enfrentar um adversário de muita qualidade, mas dentro de nossa casa temos que nos impor e depois segurar o resultado lá fora. A gente tem que corrigir os erros apresentados nos jogos anteriores e entrar com bastante atenção”, disse Tardeli.

NO FUTEBOL

Pirotecnia é motivo de polêmica

Em 2022, o futebol brasileiro registrou, pelo menos, 12 casos de partidas com uso de sinalizadores pelos torcedores



No jogo em que o Flamengo eliminou o Atlético Mineiro, pela Copa do Brasil deste ano, vários sinalizadores foram usados pelos torcedores do rubro-negro no Maracanã, formando uma grande nuvem de fumaça antes da partida começar

Pedro Ramos e
 Rodrigo Sampaio
 Agência Estado

O futebol brasileiro sempre viveu festas nas arquibancadas. Ao longo da história, o cenário nos estádios foi mudando, mas o espetáculo das torcidas estava presente. No entanto, há quase uma década, medidas proibitivas passaram a limitar a entrada de vários artefatos, com o objetivo de reduzir episódios de violência, especialmente os de pirotecnia. O tema, por muito tempo, se arrasta.

Em 2022, o futebol brasileiro registrou pelo menos doze casos de partidas em que torcedores usaram sinalizadores nos estádios, nos jogos: Cruzeiro x Atlético-MG, Goiás x Palmeiras, Juventude x Corinthians, Cruzeiro x Brusque, Botafogo x Sport, Red Bull Bragantino x Avaí, Corinthians x São Paulo, América-MG x Botafogo, Fortaleza x Ceará, Flamengo x Atlético-MG, Fluminense x Ceará e Santos x Corinthians.

Houve apenas um incidente nestes episódios. No duelo entre santistas e corinthianos na Vila Belmiro pela Copa do Brasil, torcedores arremessaram objetos, incluindo um sinalizador no gramado. Não houve feridos.

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) puniu este ano alguns desses clubes

■ De acordo com o Estatuto do Torcedor, não é permitido utilizar fogos de artifício ou outros engenhos pirotécnicos

com multas, valendo-se do artigo 213, inciso 1º (deixar de tomar providências capazes de prevenir e reprimir: desordens em sua praça de desporto, invasão do campo ou local da disputa do evento desportivo, lançamento de objetos no campo ou local da disputa) do Código Brasileiro de Justiça Desportiva. A pena prevista é uma multa que pode variar entre R\$ 100 e R\$ 100 mil. Segundo o Estatuto do Torcedor, não é permitido "portar ou utilizar fogos de artifício ou quaisquer outros engenhos pirotécnicos ou produtores de efeitos análogos".

A Conmebol também proíbe o porte desses objetos em jogos das competições que organiza. Na Copa Libertadores deste ano, o duelo entre Estudantes e Nacional, do Uruguai, registrou torcedores feridos por sinalizador atirado do lado adversário.

Já no jogo entre Universidad Católica e Flamengo, um torcedor do time brasileiro, de apenas dez anos, foi atingido no rosto por um objeto pirotécnico arremessado por uma pessoa localizada no setor da equipe chilena.

Mas as festas com sinalizadores e fumaça também estiveram presentes. Neste ano, torcedores de clubes como Athletico-PR, Internacional e São Paulo realizaram bonitas recepções a seus times no entorno de seus estádios. O Corinthians realizou treino aberto à torcida neste mês e vários torcedores levaram artefatos pirotécnicos protagonizando uma festa após a classificação heroica na Libertadores. Em janeiro, foi a vez dos torcedores do Botafogo, que foram à sede de General Severiano comemorar a venda da SAF do clube.

Voltando um pouco no tempo, muitos clubes brasileiros fizeram festa nas arquibancadas inclusive nos anos 2000 com o uso de sinalizadores, fumaça e outros artefatos. As últimas finais de Libertadores disputadas em dois jogos tiveram muita pirotecnia, como nas decisões do Grêmio em 2017, Corinthians em 2012, Santos em 2011, Cruzeiro em 2009 e Fluminense em 2008. Vários clubes e canais de TV também divulgam e promovem vídeos promocionais de times em que mostram imagens da festa de torcedores nas arquibancadas, com artefatos pirotéc-

nicos. No jogo entre Flamengo e Atlético-MG, pela Copa do Brasil deste ano, a transmissão dos canais Sportv enalteceu a festa da torcida rubro-negra, destacando o uso de fogos e sinalizadores.

O veto ao uso de objetos pirotécnicos está inserido dentro de uma lógica proibitiva das autoridades. O cerco repressivo só aumentou na última década. A preocupação com episódios tristes levou as autoridades a engrossarem a lista do que não se pode usar em diferentes estádios: sem bebida alcoólica, bandeirões, "piscas", faixas provocativas e, também, sinalizadores.

"Proíbe-se tudo porque fica mais fácil o controle de acesso aos estádios", explica a doutora em Ciências Sociais e pesquisadora do esporte Raquel Sousa. "Ao meu ver, o intuito principal não é a 'pasteurização' da festa nos estádios, essa só é a consequência. Para a realização da segurança nesse ambiente, é mais fácil não permitir que nada entre do que ter o controle dos materiais que são danosos ou não. Ainda mais com a logística de segurança envolvendo policiais e seguranças privados, que por vezes nem estão acostumados a trabalharem com esse tipo de evento e não possuem o conhecimento específico. O jogo de despedida do Fred, do Fluminense, mostra como o uso de sinalizador pode ser usado sem perigo."

Torcedores ouvidos pela re-

portagem do Estádio revelaram que já tiveram problemas para entrar em jogos em estádios na cidade de São Paulo estando na posse de alguns objetos, incluindo, livros, sob a alegação de que poderiam ser arremessados nos gramados. Nos últimos meses, torcedores que tentaram entrar na Neo Química Arena com cartazes foram barrados pela Polícia Militar, que diz seguir o Estatuto do Torcedor.

A PM afirma que cumpre o que determina a Lei Federal nº 10 671/03, Lei Estadual nº 9470/96 e a Resolução da Secretaria da Segurança Pública (SP) nº 122/85, que vetam a entrada de objetos, como papel, garrafas, fogos de artifício, armas de fogo ou branca em estádios de futebol do Estado de São Paulo.

Mas, dos regimentos citados, só a resolução da Secretaria da Segurança Pública (SP) nº 122 de 1985 proíbe a entrada de "papel em rolo de qualquer espécie, jornais e revistas". Esta proibição, inclusive, está inserida junto a "armas de fogo e branca de qualquer tipo e espécie" na lista de artigos banidos. O capítulo IV do Estatuto do Torcedor versa que "não é permitido portar ou ostentar cartazes, bandeiras, símbolos ou outros sinais com mensagens ofensivas, inclusive de caráter racista ou xenófobo", o que não se configura nesses casos em que a PM barrou cartazes na casa do Corinthians.

O caso Kevin Espada e o sinalizador naval que foi mortal

O cenário contra a pirotecnia nos estádios endureceu em 19 de fevereiro de 2013, quando o adolescente boliviano Kevin Espada morreu após um sinalizador naval atingir o seu olho enquanto torcia na partida entre San José e Corinthians, pela Libertadores. O objeto foi disparado por pessoas na torcida do time brasileiro e o caso repercutiu em todo o mundo. A tragédia serviu como argumento a quem defende a proibição de artefatos pirotécnicos.

Mas o sinalizador naval é bastante raro nos estádios brasileiros. Os sinalizadores comuns nas arquibancadas não podem ser disparados, apenas emitem luz. Os instrumentos luminosos e pirotécnicos são variados, mas ao olho de quem não domina o assunto pode significar que é tudo igual: piscas, fumaça, rojão, sinalizador, sinalizador naval.

Os críticos ao uso da pirotecnia nos estádios bra-

sileiros defendem que os objetos trazem perigo aos torcedores. Um estudo científico independente, encomendado pela Uefa e pela Associação de Torcedores de Futebol da Europa (FSE), em 2017, mostrou que existem "sérios riscos de saúde e segurança decorrentes do uso de pirotecnia nas proximidades de outras pessoas em estádios de futebol e que não é possível o uso seguro de pirotecnia nas áreas de espectadores dentro dos estádios". As críticas ao uso de artefatos pirotécnicos são variadas: o perigo com as altas temperaturas do objeto, o risco de serem arremessados em torcedores e jogadores, o risco de falhas na fabricação por serem de baixo custo, além de possíveis problemas de saúde para pessoas com problemas respiratórios.

Em 2022, o futebol brasileiro voltou a conviver com muitos episódios de violência, dentro e fora dos está-



Foto: Reprodução/Facebook

Boliviano Kevin Espada morreu em jogo da Libertadores

dios. A série de proibições de materiais de torcidas ao longo dos anos pouco alterou este cenário. A falta de fiscalização eficiente nos estádios também segue um problema grave. O movimento contrário às proibições e em defesa do retorno de vários ícones que fizeram parte das festas nas arquibancadas segue vivo.

"Acredito que, com a integração, colaboração e diálogo entre os clubes, as torcidas e as polícias, possa haver uma flexibilização nos materiais utilizados para as festas, com o objetivo de abrilhantar a cultura torcedora, mas com a diminuição dos riscos de acidentes, principalmente dentro dos estádios", avalia Raquel Sousa.

Quando o assunto é torcida no Brasil, a forma de punir sempre busca o extremismo para dar uma resposta à sociedade, explicam Adelino Martins, Arthur Souza e Leonardo Vargas, que administram

o perfil "O Canto das Torcidas", com quase 100 mil seguidores no Twitter e um dos maiores sobre torcidas nas redes sociais.

"Difícilmente vemos as autoridades estudando meios de combaterem a causa do problema, sem que todos saiam perdendo. Acreditamos que a punição individual é o melhor e mais justo método. Hoje em dia, com a tecnologia presente nos estádios brasileiros, além de que todo mundo hoje em dia tem celular e pode filmar a hora que quiser, é muito mais fácil identificar os responsáveis por tais delitos, e, assim, aplicar-lhes as devidas punições legais. Logo, não faz mais sentido - e nem é (e nunca foi) justo - punir uma torcida inteira (ou mesmo o clube) se atualmente é possível identificar indivíduos que praticam tais atos". Eles também lamentam a falta de união das torcidas organizadas brasileiras em defesa da causa.

PARAIBANO SUB-20

CSP e Belo iniciam decisão amanhã

Clubes já estão garantidos na Copa São Paulo de Futebol Júnior de 2023; o jogo de volta será no dia 30

Fabiano Sousa
fabianogool@gmail.com

Botafogo e CSP começam a decidir, amanhã, o Campeonato Paraibano Sub-20 de 2022. As equipes se enfrentam a partir das 15h, no campo da Unipê, em João Pessoa. Já garantidos na 24ª edição da Copa São Paulo de Futebol Júnior, em 2023, Belo e Tigre buscam o título estadual da categoria. A partida de volta acontece no próximo sábado (30), no CT da Maravilha do Contorno.

As equipes chegam à final com campanhas quase idênticas, mas com o Botafogo levando a vantagem de decidir a segunda partida como mandante. Na fase de grupos, o Botafogo venceu todas as quatro partidas e avançou com a 1ª posição. Eliminou Femar, Sousa e Confiança, nas oitavas, quartas e semifinais, respectivamente, até chegar à final. O Tigre, por sua vez, também avançou na liderança do grupo e na fase de mata-mata deixou São Paulo Crystal, Nacional e Treze pelo caminho, para encarar o alvinegro na final.

Os finalistas do Paraibano Sub-20 voltam a competir juntos pela principal competição das categorias de base do país após seis temporadas, a última vez que as equipes representaram a Paraíba na Copinha foi em 2006. Sendo o Botafogo a única equipe paraibana que conseguiu avançar para a segunda fase do torneio.

O feito do Belo aconteceu nas edições de 2016 e 2018 - ano da última participação do clube na competição, quando representou o futebol paraibano ao lado do São Paulo Crystal.

De volta à Copinha, o Belo já se prepara para a sua nona participação, sonhando em fazer a melhor campanha de uma equipe paraibana, na edição 2023 da competição.

"O nosso planejamento passa a ser montado para aproveitarmos a base de 25 jogadores que disputou o Paraibano Sub-20, aliado a isso, vamos fazer a captação de outros atletas que foram destaques na competição. É difícil fazer algum prognóstico, por conta de grandes equipes que participam da Copinha, mas o nosso objetivo é de montarmos um elenco qualificado, capaz de superar as campanhas de 2016 e 2018", pontuou Luiz Chanceler, diretor das categorias de base.

Atrás somente do Botafogo, o CSP é a segunda equipe que mais vezes representou o futebol paraibano na Copinha, seis vezes no total. Depois de 2019, a equipe vai à sua sétima participação consolidada como uma potência das categorias de base da Paraíba e com o desafio de refletir na Copinha, o sucesso no futebol estadual.

"Todo o trabalho é reflexo do projeto profissional que temos executado em nossa estrutura humana, dentro de campo os resultados aparecem. Nosso elenco é comprometido com a nossa metodologia de potencializar as qualidades individuais para serem exploradas até a formação do atleta para as categorias profissionais. A Copinha é uma oportunidade de evidência e nosso objetivo é de fazer uma boa competição para gerar oportunidades para o clube e para o atleta", comentou o presidente, Josivaldo Alves.



Foto: CSP/Divulgação

O CSP ainda segue invicto na competição e volta a jogar, amanhã, no campo do Unipê, contra o Belo

7 DE AGOSTO



A PROVA
+ARRETADA
DO BRASIL

5km 10km 21km 42Km

Inscrições:
maratonajoapessoa.com.br



Hilton Gouvêa
itongouveia@gmail.com

Sir James Lancaster nasceu em Basingstoke, ao norte da Inglaterra, no ano de 1554. E morreu em Londres, a 6 de junho de 1618, aos 64 anos, cheio de prestígio e glórias. Foi um comerciante e navegador inglês, se destacando como pioneiro no comércio entre os britânicos e os indianos, um mérito que dava fama, fortuna e prestígio a quem o realizava.

Morou em Portugal como militar da guarnição britânica em Lisboa. Depois foi comerciante, responsável por entrepostos em Portugal, que envolvia intenso comércio com diversos países ocidentais e orientais. Segundo relatos de diários de bordo, “era um homem que não temia o diabo, porque dizia abertamente só acreditar nele quando o visse”.

Sua primeira viagem à Índia, como comandante inglês, aconteceu em 1591, sendo comandante das duas primeiras armadas inglesas oficialmente corsárias. Regressou à Inglaterra em 1594. Como diretor da Companhia das Índias Ocidentais, tornou-se grande promotor de viagens de descobrimento no âmbito das descobertas inglesas e também portuguesas.

Na qualidade corsário a serviço da coroa inglesa, recebeu autorização, durante a Guerra Anglo-Espanhola, para imprimir navegação de curso nos oceanos. Em 30 de março de 1595 invadiu o Porto de Recife, onde permaneceu por um mês saqueando e abastecendo seus navios das riquezas produzidas na terra. Essa invasão à capital pernambucana pelos ingleses teria sido uma espécie de prévia para que mais tarde ocorresse a ocupação holandesa na região. Após a ocupação do Porto de Recife em 1595, 39 anos depois, em 1634, os holandeses conquistavam a Paraíba.

Não se dando por satisfeito com a pilhagem, alugou outros 12 barcos que abarrotou com o butim. O evento ficou conhecido como o “Saque do Recife”, e está devidamente registrado no Arquivo Histórico Geográfico do Brasil. Ao longo de suas viagens, escreveu o que parece um esboço de sua autobiografia: “The voyages of Sir James Lancaster to Brazil and the East Indies 1591-1603”.

“**Aqui, os móveis e cortinas são forrados com damascos e carmesim forjados de ouro**”

Fernão de Cardim

Butim histórico

Há 427 anos, corsário inglês saqueava Recife, “abrindo as portas” para que, mais tarde, os holandeses ocupassem Pernambuco e invadissem a Paraíba

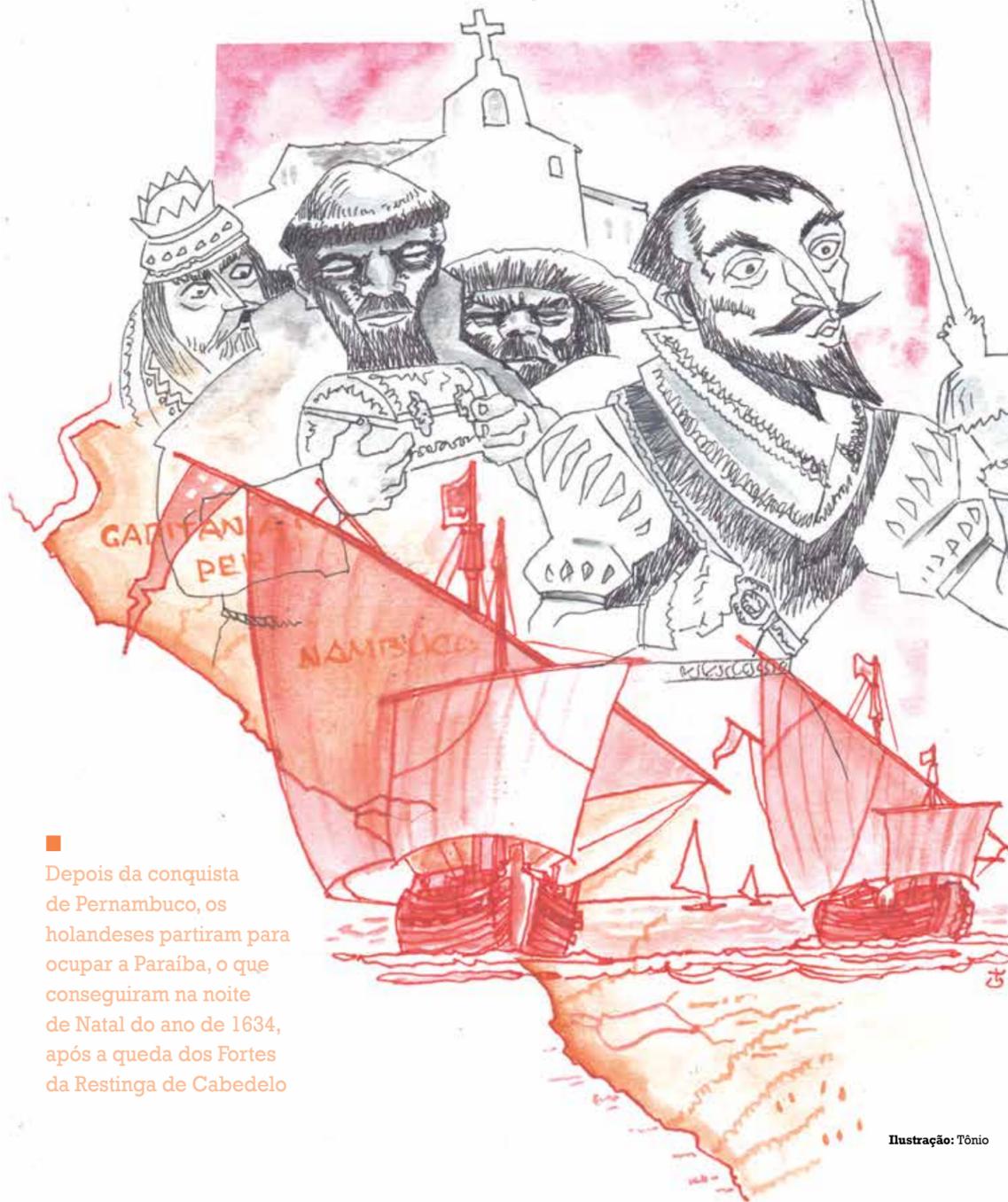


Ilustração: Tônio

Depois da conquista de Pernambuco, os holandeses partiram para ocupar a Paraíba, o que conseguiram na noite de Natal do ano de 1634, após a queda dos Fortes da Restinga de Cabelo

“Olho gordo” de padre francês em Recife

O “olho gordo” do padre francês Fernão de Cardim, que ao visitar Recife e Olinda relatou para nobres ingleses as maravilhosas opulências dessas duas vilas do Norte do Brasil, onde as riquezas amalhadas com a venda de especiarias, algodão, cana-de-açúcar e pau-brasil as deixavam mais ricas do que as fazendas de cacau e gado da Bahia, despertou a cobiça de corsários internacionais, entre eles o almirante inglês James Lancaster.

Cardim escreveu, em seu relato de viagens: “Aqui, os móveis e cortinas são forrados com damascos e carmesim franjados de ouro, sem falar no uso quase vulgar de colchas da Índia, tão caras em outras paragens do mundo, daí porque, em Pernambuco, existe mais vaidade do que em Lisboa”.

O “Saque do Recife”, também conhecido como “Expedição Pernambucana de Lancaster”, foi a única expedição

de curso da Inglaterra que teve como objetivo principal o Brasil e representou o mais rico butim da história da navegação de curso do período elizabetano.

A pilhagem, também chamada saque, é o furto ou roubo indiscriminado de bens alheios como parte de uma vitória política ou militar, ou no decorrer de uma catástrofe ou tumulto, como numa guerra ou num desastre natural. O produto de uma pilhagem ou saque é designado como espólio, presa ou butim.

A União Ibérica (Portugal e Espanha) colocou o Estado do Brasil em conflito com potências europeias amigas de Portugal, mas inimigas da Espanha, como a Inglaterra e a Holanda. A Capitania de Pernambuco, na época a mais rica de todas as possessões portuguesas, se tornou o alvo desse corsário inglês, protegido da Rainha Elizabeth I.

Poucos anos após derrotarem a invencível armada es-

O saque

Pilhagem é o furto ou roubo de bens como parte de uma vitória política ou militar, ou no decorrer de uma catástrofe ou tumulto, como uma guerra ou um desastre natural

panhola, em 1588, os ingleses tiveram acesso a manuscritos portugueses e espanhóis que detalhavam a costa do Brasil. Um deles, de autoria do mercador português Lopes Vaz, veio a ser publicado em inglês e enfatizava as qualidades da rica Vila de Olinda ao dizer que “Pernambuco é a mais importante cidade de toda aquela costa”.

A opulência pernambucana impressionara o padre Fernão Cardim, que surpreendeu-se com “as fazendas maiores e mais ricas que as da Bahia, os banquetes de extraordinárias iguarias”, e resumiu suas impressões numa frase antológica: “Enfim, em Pernambuco achase mais vaidade que em Lisboa”. Logo a capitania seria vista pelos ingleses como um “macio e succulento” pedaço do Império de Filipe II. Na época, Portugal e o Brasil estavam sob domínio da Espanha.

Pernambuco, a capitania mais próspera

A expedição de James Lancaster saiu de Blackwall, na Grande Londres, em 30 de março de 1594, e navegou através do Atlântico capturando numerosos navios antes de atingir Pernambuco. Ao chegar à costa pernambucana, Lancaster confrontou a resistência local, mas se deparou na entrada do porto com três urcas holandesas, das quais esperava uma reação negativa, o que não aconteceu: os antes pacíficos holandeses levantaram âncora e deixaram o caminho livre para a invasão inglesa.

Além de não terem oposto resistência à ação, terminaram por se associar aos ingleses, fretando seus navios para o transporte dos bens subtraídos em Pernambuco. Lancaster então tomou Recife e nele permaneceu por quase um mês, espaço de tempo no qual se associou aos franceses que chegaram no porto e derrotaram uma série de contra-ataques portugueses.

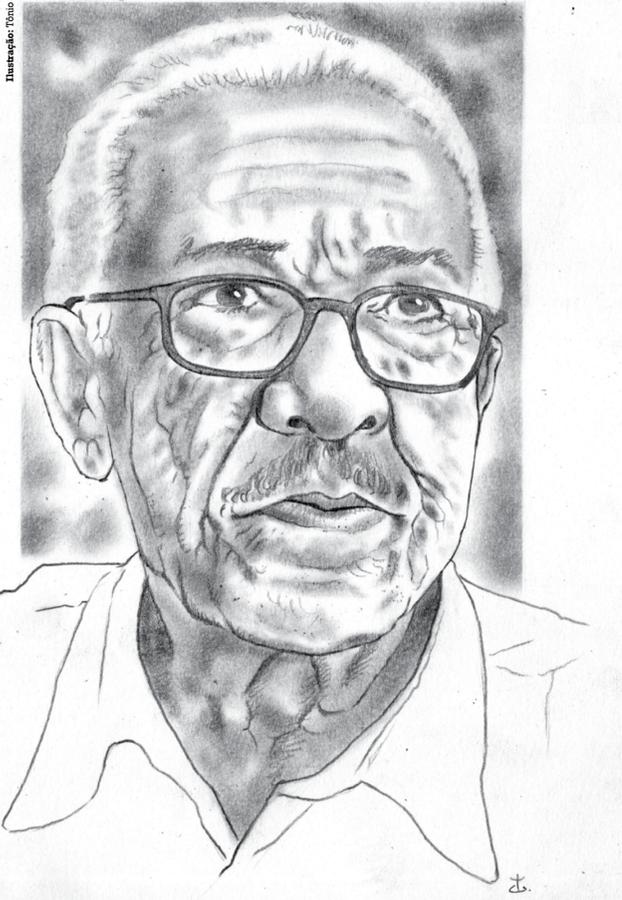
A frota partiu com um montante robusto de açúcar, pau-brasil, algodão e mercadorias de alto preço. Dos navios que partiram do porto, apenas uma pequena nau não chegou ao seu destino. O lucro dos investidores, entre eles Thomas Cordell, então prefeito de Londres, e o vereador da cidade de Londres John Watts, foi assombroso, estimado em mais de 51 mil libras esterlinas. Do total, 6,1 mil libras ficaram com Lancaster e pouco mais de 3 mil foram para a rainha. Com tal desfecho, a expedição foi considerada um absoluto sucesso militar e financeiro.

Após a visita de Lancaster, a Capitania de Pernambuco organizou duas companhias armadas para a defesa da região, cada uma delas com 220 mosqueteiros e arcabuzeiros, uma sediada em Olinda e outra em Recife. Anos depois, até meados de 1626, o então governador Matias de Albuquerque procurou estabelecer posições fortificadas no porto de Recife para que se pudesse dissuadir a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais da ideia de expansão sobre as terras pernambucanas.

Todavia, os investimentos não foram suficientes: a nova e poderosa esquadra da Holanda investiu sobre a Capitania de Pernambuco em 1630, e a conquistou, estabelecendo nela a colônia Nova Holanda, que durou vinte e quatro anos. Depois partiram para a conquista da Paraíba e conseguiram conquistá-la na noite de Natal de 1634, após a queda dos Fortes da Restinga de Cabelo.

Spencer Hartmann

Radialista da saudade, da velha guarda e das narrativas poéticas



Spencer Hartmann comandou o programa 'E Por Falar em Saudade', na Tabajara AM, por 34 anos

José Alves
zavieira@gmail.com

José Antônio Spencer Hartmann – seu nome radiofônico era Spencer Hartmann – nasceu em Recife, em 1º de março de 1936, e foi um nome de destaque na radiofonia nordestina. Dede criança tinha interesse em ser locutor de rádio. O desejo era visível aos seus pais e familiares, porque ele imitava locutores no quintal de sua casa. Fingindo estar num estúdio de rádio e utilizando um falso microfone, além de um emaranhado de fios, o garoto lia notícias ou falava dos grandes cantores da época. Mas seu primeiro emprego como locutor foi no Aeroporto dos Guararapes, na capital pernambucana, no serviço de alto-falante. Na ocasião, ele anunciava os embarques e desembarques para os usuários. Isso aconteceu no período de 1960 a 1968.

A partir daí, por ter uma bela voz, começou a se destacar na radiodifusão de Pernambuco e da Paraíba. Segundo o radialista, jornalista, apresentador de TV e professor Gilson Souto Maior, “em Pernambuco, Hartmann tornou-se conhecido ao colocar sua voz no ar, através dos microfones das Rádios Relógio Musical de Olinde e, em seguida, na Rádio Clube de Pernambuco”.

“Eu conheci Hartmann quando ele veio de Recife para Campina Grande no ano de 1968, ainda um garotão. Foi o início de uma grande amizade, pois ele era um cara bacana, uma figura humana extraordinária e um grande profissional. Trabalhei com ele, primeiramente, na Rádio Caturité, da Diocese de Campina Grande, onde ele foi contratado a ‘peso de ouro’. A Caturité era a rádio que melhor pagava seus trabalhadores naquela

época”, conta Gilson, lembrando que, após trabalhar na Caturité, Hartmann se mudou para João Pessoa.

Gilson também lembra que a contratação de Hartmann pela Caturité se deu por causa da saída da emissora do comunicador Kalil Félix, um maranhense de Caxias, que durante muitos anos comandou programas dedicados aos saudosistas. “E pelo bom momento que passava a emissora campinense, se fazia necessário a contratação de um radialista que tivesse um bom timbre de voz, para substituir Kalil no horário noturno para apresentar o programa ‘Evoações Sentimentais’, recheado de músicas do passado de forma poética. O programa era apresentado das 22h a zero hora”, destaca Gilson.

O nome de Spencer Hartmann para trabalhar na Caturité foi indicado pelos seus conterrâneos radialistas Wilson Ribeiro e Gilberto Carvalho, da famosa emissora do vizinho estado da Paraíba, e ele foi contratado imediatamente após a indicação. Hartmann passou a compor a equipe da emissora campinense no final dos anos de 1960, que contava com a melhor e mais cara equipe de profissionais do rádio paraibano. Lá ele permaneceu até 1970, que teriam sido os melhores momentos da emissora campinense.

Na Caturité, Hartmann integrou uma equipe com nomes importantes do rádio local e da Paraíba, entre eles: Luismar Resende, Deodato Borges, Gilson Souto Maior, Enildo Siqueira, Dora Guimarães, Bartolomeu Cavalcanti, Admilson Antônio, Ari Ribeiro, Alberto de Queiroz, Magdiel Lopes e Antônio Costa. Tudo sob o comando do professor e jornalista Stênio Lopes e, posteriormente, pelo professor José Cursino de Siqueira.

Chegada à Tabajara, na capital paraibana

Em 1970, Spencer Hartmann mudou-se para Cajazeiras. Na cidade sertaneja foi atuar na Difusora Rádio Cajazeiras, atendendo a convite de um dos seus diretores, José Adegildes Bastos, indicado pelo amigo Gilson Souto Maior. Mas permaneceu por pouco tempo, somente até o mês de março.

“Então, ao retornar a Campina Grande, ele resolveu mudar-se para João Pessoa, onde marcou positivamente o seu nome, desta feita com uma rápida passagem pela Rádio Correio da Paraíba e, em seguida, foi trabalhar na Rádio Tabajara AM, onde atingiu o sucesso”, detalha Gilson.

Foi na Tabajara que ele se notabilizou, a exemplo do que fez em Recife, Campina Grande e Cajazeiras, por comandar de forma primorosa programas de saudade, com músicas da velha guarda, com narrativas poéticas. “Ele comandou o programa ‘E Por Falar em Saudade’ na Tabajara AM no horário das 23h a zero hora, por 34 anos. Onde permaneceu até o fim de sua carreira como radialista”.

Spencer Hartmann morreu no ano de 2012, aos 76 anos, vitimado por problemas cardíacos. Na semana de sua morte, o programa ‘E Por Falar em Saudade’ destinado aos amantes da boa música,

havia completado 34 anos. Era Hartmann quem produzia e apresentava a atração.

“Ele foi casado com a pernambucana Maria José, com quem teve cinco filhos: Spencer Júnior, Fábio, Erick Douglas, Mônica e Andréia”, conta Gilson. Ele nasceu em Pernambuco, mas morava em João Pessoa desde o ano de 1976.

Na Tabajara, Spencer era locutor e produtor de rádio e, inclusive, apresentou programas de notícias em parceria com Antônio Assunção, Walter Cartaxo, Hernando Ponce e Wladimir de Carvalho. Antes de ser radialista, Spencer foi jogador de futebol, defendendo o América de Recife. Ele jogava como lateral-direito e era conhecido como Zé Bombaço. Mas seu clube do coração era o Santa Cruz de Recife.

Alguns tópicos de uma entrevista feita pelo jornalista Costa Filho, que também era radialista, foram publicados no livro do também jornalista e radialista Josélio Carneiro, que em sua trajetória já publicou oito livros que resgatam a memória e a história da radiofonia na Paraíba e da Associação Paraibana de Imprensa (API). O livro ‘Rádio Tabajara – Patrimônio Cultural da Paraíba’ conta um pouco da trajetória de Hartmann.

“Foi uma das mais belas vozes do

rádio brasileiro que teve momentos marcantes e de muita emoção na radiofonia durante três décadas. Para se ter uma ideia de como seu programa tinha audiência qualificada, participaram e cantaram Alcides Gerardi, Altemar Dutra, Núbila Lafayette e Noite Ilustrada”, revela Costa Filho, registrado no livro de Josélio.

“Um fato inesquecível na vida dele foi ele apresentar o show do famoso Gregório Barrios, no Clube Português de Recife. E certa vez brincou: “Um dia quando eu partir para a eternidade, se houver seresta no céu e se Deus permitir, eu gostaria de ser o apresentador”, afirmou.

Outro episódio importante na vida de Hartmann foi que na Rádio Clube de Pernambuco ele também atuou como ator de novela. ‘Noite Sem Estrelas’ foi o título de uma das novelas que ele atuou na época em que as novelas eram transmitidas pelo rádio. Sua participação foi junto com seu irmão cineasta, Fernando Spencer. Em Recife, ele também apresentou por dois anos o programa ‘Noite de Saudade’, na Rádio Clube.

Spencer também atuou em rádios no Rio de Janeiro. E quando se mudou de Campina Grande para João Pessoa, trabalhou primeiramente na Rádio Correio e depois migrou para a Rádio Tabajara

AM, onde fez sucesso até sua morte. Vale destacar que os programas que ele atingiu grandes audiências foram criados por ele.

O programa ‘E Por Falar em Saudade’ é uma referência à música de Vinícius de Moraes. Na entrevista ao jornalista Costa Filho, ele refletiu que “o programa é um elixir. É um calmante para minha alma e tenho certeza que para os ouvintes da boa música”, pontuou.

A produção do programa começava no final da tarde, com Spencer ainda em sua casa. Só por volta das 19h ele chegava à Tabajara com seus discos de vinil, já com a seleção programada por ele para ser tocada. O tema de abertura do programa era a música ‘Rapaziada do Braz’, de autoria de Alberto Maranhão, gravada por Carlos Galhardo. Mas o cantor preferido de Hartmann era Orlando Silva. O programa tinha fãs de todas as classes sociais e a chamada era do radialista e professor Gilson Souto Maior.

Em entrevista no ano de 1995 para o livro de Josélio Carneiro, Spencer fez a seguinte declaração: “Quando eu partir para a eternidade, fica aí o meu nome, a minha história e a pequena parcela que dei à Rádio Tabajara”. Essa foi sua última entrevista.

Jorge Rezende

Pau no lombo do “herói invisível”: o revisor

De todas as inúmeras funções e atividades desenvolvidas dentro de uma redação jornalística de um veículo impresso – jornais e revistas –, sempre tive um apreço especial pelo trabalho do revisor – aquele profissional encarregado da revisão final de textos das páginas que, já compostas (diagramadas e editadas), são encaminhadas para as impressoras da oficina. Ou seja: o revisor – ou a revisora – é o principal elemento de controle de qualidade numa linha de produção industrial de um jornal, uma revista ou de qualquer outro material impresso de uma editora, uma gráfica ou veículo de comunicação.

E sempre considerei o revisor um dos profissionais mais injustiçados de uma redação de jornal. Esse meu pensamento foi construído por meio de observações e também por vivenciar fatos ocorridos naqueles jornais por onde tive a oportunidade de atuar. O revisor é aquele “herói invisível” que evita e corrige os erros de todos, evitando contratempos e até absurdos e constrangimentos ao veículo a quem serve. Ele – ou ela – pode consertar mil erros, mas basta deixar passar apenas um, por descuido, cansaço, ato-falho ou qualquer outra coisa, que o sujeito é logo “lembrado” pelos chefes e patrões. Pode ser de quem for, mas a culpa pelo erro sempre recai sobre o revisor. Ele passa de herói a vilão num piscar de olhos. Como se diz: é pau no lombo.

O meu carinho pelo setor da revisão nos impressos se deve a muita coisa. Primeiro, acho que estou aqui “legislando em causa própria”. É que, apesar de ter iniciado a mi-



Foto: Pixabay

na vida na imprensa paraibana “meio metido à besta”, no dia 8 de agosto de 1989, como colunista do falecido jornal O Combate, de Jório Machado – o editor-geral era Oduvaldo Batista –, o meu primeiro emprego de carteira assinada, em dezembro de 1991, foi no hoje extinto jornal Correio da Paraíba. E em qual função? Claro, a de revisor.

Ainda estudante do Curso de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fazer parte da equipe de revisores do Correio da Paraíba foi uma das melhores coisas que me aconteceu na profissão. Depois do diploma acadêmico, considero ter feito um segundo curso ao ter “iniciado” como revisor. Foi uma escola pra mim e vivenciei todas as nuances e agruras da vida de uma redação de jornal.

E foi numa época sem internet, sem telefones celulares, sem os googles da vida, em que você entrava no jornal às cinco da tarde e não sabia quando retornaria pra casa – com sorte, chegava de volta ao lar por volta das duas da manhã. Uma época dura, de salários ainda mais aviltantes, mas de aprendizado intenso para a vida de jornalista.

Voltando aos motivos do meu carinho e apreço aos revisores, acho que também se deve aos colegas extraordinários que conheci e com que pude conviver. A equipe do Correio da Paraíba era nota 10, sem exageros. Era composta por quatorze revisores (dois homens e doze mulheres). Metade era de professores de Letras, de História, de Geografia..., a exemplo de Lúcia (não me lembro do sobrenome),

Madrina Feitosa (hoje Nóbrega, casada com Rubens Nóbrega) e Jairo Osias (irmão de Silvio Osias); a outra “banda” era de jornalistas, como Socorro Costa (esposa de Edson Weber) e Gheron (também não me lembro do sobrenome e não sei por onde anda). Isso sem falar em Nalva Figueiredo, que depois do fim da equipe de revisão passou a ser arquivista e, mais tarde, uma exímia repórter-fotográfica.

Hoje, o “herói da resistência” Jornal A União é o único impresso no estado da Paraíba e – viva! – mantém a tradição e “o juízo” de preservar sua equipe de revisores – de forma reduzida, mas mantém. Uma equipe formada “pela novata” Jaqueline Santos e pelos veteranos Antônio Moraes e Gisélia Chaves. Aliás, no caso de Moraes, põe veterano nisso! Prestes a completar 68 anos de idade, está há 44 anos em A União. Chegou à revisão do jornal ainda como um “saltitante” rapazinho de 24 anos, no dia 1º de junho de 1978. Uma referência para todos os revisores da imprensa paraibana.

É só para ilustrar, muita gente de destaque na imprensa da Paraíba começou como revisor, a exemplo do cronista, jornalista e escritor Gonzaga Rodrigues; o hoje secretário da Comunicação do Governo do Estado, Nonato Bandeira; e Emmanuel Noronha, nosso colega de redação e editor setorial em A União.

Excepcionalmente hoje e no próximo domingo (31), não teremos o artigo da jornalista Angélica Lúcio.

Tocando em Frente



Professor Franklin Soares
francilino-soares@bol.com.br

A Bossa-Nova – Intérpretes, compositores/letristas e afins – Parte 6 – Johnny Alf

Figura ímpar a cuja memória não se faz a justa e necessária referência, tendo assim talvez a sua importância relegada à desvalorização quando se trata de recuperar os valores da Bossa-Nova.

Johnny Alf é o nome artístico de Alfredo José da Silva (Rio, 1929 – Santo André – SP, 2010), compositor, pianista e cantor. De família humilde, de pele escura, perdeu o pai, que fora cabo do Exército, quando Alf contava apenas três anos de idade. A desvalida mãe teve que se arranjar como empregada doméstica, numa época em que não havia quem protegesse as hoje respeitadas e chamadas empregadas do lar, fato que levou uma família com condições adequadas a ampará-la e ao filho, inclusive custeando os estudos dele. Assim é que, apesar da discriminação que a sociedade lhe impunha, destes os nove anos de idade, por sua iniciativa própria e dos que o criaram, Alfredo começou a estudar piano, mostrando enorme interesse tanto pela música erudita, quanto pelo repertório popular norte-americano, sobretudo focado em trilhas sonoras e no estilo consagrado por músicos como Cole Porter e George Gershwin. E quando ele começa a busca por uma fusão entre o samba tradicional com o jazz, do que, mais adiante, resultaria o que se convencionou chamar de samba moderno, ou samba-jazz, ou seja, o samba com influência harmônica do ritmo americano.

Quando concluiu o segundo ano de estudos no tradicional Colégio Pedro II, conheceu alguns colegas com quem conviveu e que, avaliando o seu potencial jazzístico, o levaram ao Instituto Brasil-Estados Unidos,



Foto: Reprodução

onde, aos quatorze anos, em 1943, já formou um pequeno conjunto musical que atuava semiprofissionalmente em Vila Isabel, no Rio de Janeiro. Por essa época, chegou a conhecer Dick Farney, recém-chegado dos Estados Unidos, de quem se aproximou e ingressou no Sinatra-Farney Fan Club, criado no Ibeu, grupo de quem também faziam parte, como sócios, Nora Ney, Tom Jobim e Luiz Bonfá, entre tantos outros que aderiram ao novo estilo de ele tocar piano. Desse ambiente é que foi adotado o nome artístico de Johnny Alf, sugerido por uma sua colega de estudos musicais. E quando, em 1949, passa a se apresentar em um programa radiofônico de jazz (Rádio MEC).

Por essa época, Alf, que se engajara no Exército também como cabo, iniciou-se como músico da noite e, conduzido pela modernidade de suas execuções ao piano, começou a trabalhar em eventos musicais em ambientes como o Beco das Garrafas, Clube da Chave

e nas boates Mandarin, Monte Carlo, Drink e Plaza, em Copacabana, onde, entre os seus ouvintes mais assíduos, se encontravam Roberto Menescal, Carlos Lyra, Sylvinha Telles e até o já amigo Tom Jobim (a título de curiosidade: o próprio Jobim chegou a declarar que o seu megassucesso ‘Desafinado’, de 1958, teria sido inspirado no samba ‘Rapaz de Bem’, 1955, de Alf).

Hoje ele figura entre os precursores do estilo bossa-novista, junto a Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Luiz Bonfá, Newton Mendonça e ao próprio João Gilberto, sendo por isso considerado pela crítica especializada como “o pai da Bossa-Nova”, tendo, neste sentido, exercido influência junto a muitos artistas.

Profissionalizou-se em 1952, ao ingressar na ‘Cantina do César’, do radialista César de Alencar.

Quem primeiro gravou alguma composição de Alf foi Mary Gonçalves, hoje esquecida pela mídia. O primeiro álbum dela (LP de 10 pol. c/8 fxs./Sinter) traz três composições dele: ‘Estamos Sós’, ‘O Que é o Amor’ e ‘Escuta’.

Em 1952, acontece sua estreia no disco, instrumental (78 rpm/Sinter), com ‘Falsete’ (dele) e ‘De Cigarro em Cigarro’ (Luiz Bonfá).

Em 1955, foi residir em São Paulo, passando a ensinar piano no conhecido Conservatório Meireles.

Foi convidado a comparecer ao famoso show do Carnegie Hall (1962) pelo amigo Chico Feitosa, declinado do convite por razões profissionais.

Em 1962, volta ao Rio, quando se apresenta, entre outros, com o Tamba Trio e com

Sérgio Mendes.

O primeiro álbum dele foi ‘Rapaz de Bem’ (1961/RCA), cuja música título foi gravada por Lalo Schifrin; o LP de Alf trazia também ‘Lusa à Toa’, ambas consideradas por alguns estudiosos como as primeiras gravações com características bossa-novistas. Depois vieram, entre outros, ‘Eu e a Brisa’ (1968/Gold), ‘Ele é Johnny’ (1971/EMI), ‘Nós’ (1974/EMI), ‘Olhos Negros’ (1990/RCA).

Em 1967, concorreu ao III Festival da MPB (TV-Record/SP), com ‘Eu e a Brisa’, interpretada por Márcia, esposa do ex-árbitro e locutor esportivo Sílvio Luiz (Rede TV). A música, considerada hoje um clássico, foi desclassificada, porém, logo se transformou em um sucesso nacional.

Em 1970, fixa-se definitivamente em São Paulo, passando a atuar em shows e gravações de estúdio.

Sobre o seu mais belo texto poético e seu maior sucesso, ‘Eu e a Brisa’, Alf, assumindo o seu homossexualismo, diz que a homossexualidade (metaforicamente, a brisa) “ela interfere [...] e policia meu comportamento. Ela é o devaneio que inspirou a letra”.

Resta ao leitor conhecer o texto integral e analisar as ingenuidades de eu lírico no poema: “Se ela [a brisa] ficasse, eu poderia esquecer a dor/ de ser tão só pra ser um sonho”; e mais adiante: “Fica, ó brisa,/ e traga alguém que me queira escutar e junto a mim queira ficar”.

Sobre ele – Ruy Castro, credenciado jornalista e crítico musical, disse ser Alf “o verdadeiro pai da Bossa-Nova”, enquanto Jobim o classificou como “Genial”.



Fotos: Divulgação

Walter Ulysses

Chef de cozinha
| Colaborador

'Festival à Vida'

'Um Manifesto à Vida: Festival à Vida' chega à Paraíba como um evento inovador para os amantes dos vinhos e de experiências. Amantes do mundo dos vinhos terão a oportunidade de se deliciar com seis horas de um open wine com 18 rótulos cuidadosamente selecionados por uma das maiores referências em vinhos do Brasil: Evino!

Às vésperas da virada de seu primeiro lote de ingressos, o 'Festival à Vida' já promete se tornar um evento inesquecível para os apreciadores de vinho, gastronomia e momentos memoráveis. O evento, que acontecerá na Casa Roccia, no dia 20 de agosto, propõe um verdadeiro manifesto à vida.

A Cantaloupe, empresa idealizadora, se uniu à Evino, uma empresa conhecida nacionalmente por sua expertise e inovação, para criar uma noite repleta de atrações surpreendentes. Além disso, o festival dará um giro completo pelos vinhos mais prestigiados do momento da Evino.

"O 'À Vida é um manifesto àqueles que sabem apreciar a vida assim como um bom vinho", diz Marina Sá, idealizadora do evento. "Queremos que ele seja visto como mais que um simples evento de vinhos. Queremos que ele seja uma experiência completa, do início ao fim, instigando todos a explorar seus sentidos e sentirem que 'viver a vida' tomou um novo significado".

Esse desejo também refletiu na escolha do parceiro que apresenta o festival: "A Evino foi de extrema importância para a realização desse projeto, já que é uma empresa jovem, que acredita e prega os valores do 'À Vida', fazendo jus ao nosso manifesto".

O 'À Vida' será um marco na história de eventos de João Pessoa e o ponto alto será o open wine que a Evino preparou para o 'À Vida'. Cada visitante receberá sua taça Evino para se esbaldar sem medo nessa experiência inesquecível.

Além de vinhos sensacionais, o 'À Vida' também contará com a presença de restaurantes incríveis, como o Cozinha Roccia, o Al Dente Cucina e o Arbóreo Ristorante. Ao mesmo tempo, seremos inspirados com atrações de tirar o fôlego e apresentações musicais, como Funkeria, Marcella Maul e DJ Nando du B, que irão dar o ritmo de uma noite pra ficar na memória.

"Queremos que todos saiam do 'À Vida' com a sensação de terem vivido uma noite memorável", finaliza Marina. "Convidamos a todos a vestir seu melhor tom de tinto e se unir a nós nesse manifesto a sentir, a se emocionar, e, principalmente, a viver".

O 'Festival À Vida' acontece no dia 20 de agosto. Até o último dia 15, os ingressos do primeiro lote foram vendidos a R\$ 299,00 (www.sympla.com.br/evento/festival-avida). O local é a Casa Roccia. Mais informações: @cantaloupebr.



Walter Ulysses - Chef formado no Curso de Gastronomia no antigo Lymaldo Cavalcante (João Pessoa) e tem Especialização na Le Scuole di Cucinadi Madrid. Já atuou em restaurantes de diversos países do mundo, a exemplo da Espanha, Itália, Portugal e Holanda. Foi apresentador de programas gastronômicos em emissoras de tv e rádio locais, e hoje atua como chef executivo de cozinha na parte de consultorias.

PRATO DO DIA Tártaro

Ingredientes

- 120g de filé mignon de carne de sol
- 1 colher de sopa de mostarda amarela
- 1 colher de sopa de mostarda escura
- 1 colher de sopa de mostrada Dijon
- 1 colher de sopa de mostarda em grão

- 2 colheres de ervas frescas
- 50g de queijo coalho
- 1 pimenta-de-cheiro pequena
- 1/2 cebola roxa
- 1 dente de alho
- 2 colheres de azeite

Modo de preparo:

■ Pegue a carne de sol e misture com o queijo coalho, a pimenta de cheiro, cebola e alho e passe todos os ingredientes em máquina de moer para fazer o tartar. Em seguida, acrescente na mistura duas colheres de azeite extravirgem. Em um aro, molde o tartar. Para o molho, misture todas mostardas e as ervas, mexa bem e distribua no prato.



PITADAS A GOSTO

Começou essa semana em Salvador, na Bahia, o 'Roadshow da Paraíba no Nordeste!', uma ação do governo paraibano, por meio da PBTur, em parceria com a operadora de turismo Masterop e com o apoio da ABIH-PB. Também conosco na estrada as Prefeituras de João Pessoa, Conde, Lucena e Cabaceiras. Agradeço a todos os hoteleiros que estão com a gente nessa luta. Hoje estaremos em Aracaju (SE), amanhã em Maceió (AL) e na quinta-feira em Caruaru (PE). Bora fortalecer o turismo regional, tão importante para todos nós.

QUENTINHAS

Evino apresenta 'Festival à Vida'. Serão sete horas de open Evino com menus exclusivos de três dos melhores restaurantes da cidade, @aldentecucina, @arboreoristorante, @cozinharoccia (com @onildorocho aqui pra gente matar a saudade).

O repertório da noite está recheado de atrações pra ninguém parado! Vai ter @bandafunkeria, @marcelamauloficial e @nandodub. Já imaginou harmonizar acrobacias com muitos brindes e uma cenografia como jamais vista na Paraíba? Então, se preparem para essa experiência! Ingresso: R\$ 335,00, que inclui sete horas de open Evino; taça exclusiva Evino; muita música com Nando Du B, Marcella Maul e Funkeria; água mineral ilimitada; e apresentações artísticas exclusivas. Reserve sua vaga.

Quentinha

Evino apresenta 'Festival à Vida'. Serão sete horas de open Evino com menus exclusivos de três dos melhores restaurantes da cidade, @aldentecucina, @arboreoristorante, @cozinharoccia (com @onildorocho aqui pra gente matar a saudade).

O repertório da noite está recheado de atrações pra ninguém parado! Vai ter @bandafunkeria, @marcelamauloficial e @nandodub. Já imaginou harmonizar acrobacias com muitos brindes e uma cenografia como jamais vista na Paraíba? Então, se preparem para essa experiência! Ingresso: R\$ 335,00, que inclui sete horas de open Evino; taça exclusiva Evino; muita música com Nando Du B, Marcella Maul e Funkeria; água mineral ilimitada; e apresentações artísticas exclusivas. Reserve sua vaga.



Preconceito “sem máscara”

Termo ajuda a compreender situações e falas de repúdio, aversão ou desprezo às pessoas mais pobres ou desfavorecidas

Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

Derivado do grego á-poros, o termo aporofobia foi cunhado pela filósofa Adela Cortina, professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência, na Espanha, em meados da década de 1990. Em 2017, a Fundación del Español Urgente (Fundéu BBVA) escolheu o termo como a palavra daquele ano. De acordo com a Academia Brasileira de Letras (ABL), a palavra significa repúdio, aversão ou desprezo às pessoas mais pobres ou desfavorecidas.

A construção etimológica do termo acompanha a mesma de outros preconceitos, pois tem o radical derivado de á-poros, que significa pobre, desamparado ou sem recursos, somado ao sufixo fobia, que é associado ao medo ou aversão. A ideia era construir um termo que desse nome a um preconceito que já existe, mas que, na maioria das vezes, se mascarava por outros já existentes, como xenofobia e racismo, por exemplo.

A palavra ajuda a compreender diversas situações e falas que ganharam força socialmente nos últimos anos, como o discurso do ministro da Economia, Paulo Guedes, ao declarar que o preço baixo do dólar permitia que até as empregadas domésticas conseguissem ir à Disney, por exemplo. Mesmo quando não gira em torno, exatamente, de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social, a aversão aos menos abastados também se qualifica como aporofobia.

No Brasil, um dos principais representantes da luta contra a aporofobia é o padre Júlio Lancellotti, pároco da Matriz Paroquial São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, em São Paulo. Em entrevista ao *Jornal A União*, padre Júlio explica que esse é um fenômeno presente no comportamento humano há bastante tempo, mas que recentemente foi esclarecido para a sociedade. “São as várias fobias do comportamento social, assim como foi nominada a transfobia, a misoginia, a xenofobia. Uma delas é a aporofobia, que é esse rechaço às pessoas pobres e em condição de vulnerabilidade”, destaca.

A luta contra a aporofobia acontece em diversas vertentes, como lembra Júlio Lancellotti. Ele, particularmente, atua através do Observatório da Aporofobia e com a conscientização da população, indo para perto das pessoas em situação de vulnerabilidade social e dialogando sobre os fatos e casos de aporofobia, por exemplo. “É uma luta política, uma luta pedagógica e uma luta de construção com a própria população”, afirma o padre.

O trabalho de Júlio Lancellotti sempre esteve vinculado à causa dos mais pobres, visto que ele sempre conviveu com a população em situação de rua e vulnerabilidade social. Entretanto, foi a partir dos estudos da filósofa Adela Cortina que o padre conseguiu atribuir nome às coisas. “[A partir das leituras], nós conseguimos perceber e nominar esses comportamentos aporofóbicos que têm nas nossas cidades e também na arquitetura do nosso próprio país”, observa ele.

Um dos primeiros passos para o combate à aporofobia, segundo padre Júlio, é na conscientização individual de que existe esse preconceito dentro de si. “Está dentro de todos nós e nós temos que desconstruir isso. Muitas vezes um morador de rua entra em um bar ou restaurante, até mesmo na igreja, em uma loja, e é vetado. Nós temos que ter consciência disso”, orienta. Mas, além disso, ele lembra que é papel também da população pressionar o poder público para que desenvolva trabalhos e projetos de lei que fomentem a inclusão e a dignidade a essas pessoas.

Foto: Pixabay



Foto: Arquivo Pessoal



“

Essas pessoas se encontram excluídas, marginalizadas, justamente em razão da ausência da realização de políticas públicas que possibilitem o pleno desenvolvimento delas como cidadãos

Fernanda Peres

Foto: Arquivo Pessoal



“

É uma luta política, uma luta pedagógica e uma luta de construção com a própria população

Padre Júlio Lancellotti

Políticas públicas e garantias de direito

Na vertente da atuação pública frente à luta contra a aporofobia, a Defensoria Pública do Estado da Paraíba (DPE-PB) exerce um trabalho de suma importância. De acordo com Fernanda Peres, defensora pública e coordenadora do Núcleo Especial de Direitos Humanos e Cidadania da DPE-PB, a instituição é hoje uma das principais em provocar “a realização de políticas públicas em favor das pessoas em situação de vulnerabilidade, tendo inquestionável papel emancipatório”.

Conforme a função descrita constitucionalmente, é papel da Defensoria Pública defender os direitos individuais e coletivos das pessoas em situação de vulnerabilidade e da mesma forma promover os direitos humanos, fomentando, inclusive, o acesso à Justiça. “O papel da Defensoria é de buscar a efetivação dos direitos dessas pessoas, não só pleiteando judicialmente, mas também dialogando com as instituições públicas, em busca de avanços nas políticas públicas”, completa Fernanda.

Assim como explica o padre Júlio Lancellotti, a defensora pública enfatiza que a aporofobia é a aversão à pessoa que está em situação de pobreza e, para ela, é necessário sensibilizar a população e denunciar situações de preconceito que essas pessoas venham a sofrer. Ainda reiterando o discurso do protetor dos menos abastados, Fernanda Peres ressalta que a população deve exigir a atuação dos gestores públicos na

realização de políticas públicas voltadas para essas pessoas.

“Programas visando à inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, em projetos residenciais, em escolas. Apoiar projetos de leis que visem a esse combate, como aqueles visando proibir a utilização de projetos arquitetônicos aporofóbicos”, exemplifica Peres.

Tratando-se da atuação da DPE, Fernanda enfatiza que é preciso que as pessoas conheçam o papel da Defensoria e se juntem ao trabalho exercido pelo órgão para contribuir na defesa dos hipervulneráveis. “Quando a população está junto, é possível integrar e desenvolver conjuntamente projetos que visem a proteção e emancipação dessas pessoas”, diz. E essa contribuição pode acontecer de formas distintas, como “de forma voluntária ou mesmo com a realização, por exemplo, de parcerias ou convênios voltados a esse fim”, afirma Peres.

Outro ponto importante é que a população deve fortalecer a Defensoria Pública e o seu trabalho junto aos gestores públicos, reforçando a necessidade da instituição e da atuação que ela oferece.

A proteção dessas pessoas, conhecidas também como hipervulneráveis, faz parte da garantia de direitos que elas, naturalmente, possuem. “Essas pessoas se encontram excluídas, marginalizadas, justamente em razão da ausência da realização de políticas públicas que possibilitem o pleno desenvolvimento delas

como cidadãos. A elas são constitucionalmente garantidos o direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, à moradia, à segurança, entre outros, e negar-lhes esse direito representa negar-lhes que se realizem plenamente enquanto seres humanos, significa violar o princípio da dignidade humana e a própria Constituição”, diz Fernanda Peres.

A defensora pública ratifica que a defesa dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade e o combate à aporofobia representam, “em última instância, a garantia de sua verdadeira inserção na sociedade, e não apenas a existência formal daqueles direitos”.

Além do trabalho de luta contra a aporofobia através da gestão pública e políticas de defesa e inclusão das pessoas mais vulneráveis socialmente, uma outra forma de ir na contramão desse preconceito é através da fraternidade, empatia e sentimentos similares. Padre Júlio Lancellotti defende, principalmente, que se busque desconstruir a aporofobia por meio da hospitalidade. “Como mencionado no próprio livro da Adela Cortina, cada um deve buscar superar essa hostilidade pela hospitalidade. Contribuir pela hospitalidade e seguindo a necessidade das pessoas, deixando para trás as ações discriminatórias e aporofóbicas. Todos podemos contribuir falando com as pessoas, olhando nos olhos, percebendo as alegrias e os sofrimentos delas”, finaliza.

GRADES, ESPETOS, BARRAS...

“Arquitetura hostil” nos espaços públicos

Postura urbana e arquitetônica afasta as pessoas, dificultando ou impedindo o uso, afetando pessoas pobres ou em situação de rua

Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

Um dos principais braços de luta do padre Júlio Lancelotti, pároco da Matriz Paroquial São Miguel Arcanjo, em São Paulo, contra a aporofobia é no combate ao uso da chamada “arquitetura hostil” nos espaços públicos, como viadutos, calçadas, parques, entre outros ambientes. Segundo Abraão Nóbrega, arquiteto e urbanista, a “arquitetura hostil” é uma forma de produção da área que pode ser encontrada de diversas formas. Considerando uma definição geral, seria a utilização de elementos que “afastem as pessoas dos espaços urbanos e/ou arquitetônicos, além de dificultarem ou impedirem o uso, majoritariamente desenvolvida para afetar pessoas pobres e/ou em situação de rua”, pontua o pesquisador.

Essa inclusão da hostilidade nos espaços através da arquitetura pode ser percebida com o uso de grades, espetos, barras que impeçam ou dificultem uma passagem, muros altos, cercas elétricas, arames farpados, pedras pontiagudas ou pedregulhos, sprays, esguichos de água, entre outros elementos. “Até mesmo, a depender da forma que o paisagismo seja feito, com a utilização de plantas espinhentas, também pode ser considerada uma estratégia da arquitetura hostil. Ou seja, se tem a intenção de segregar, oprimir e hostilizar, ela pode ser apontada como uma produção de arquitetura hostil”, enfatiza o arquiteto.

Para Abraão, quando esses itens ou outros, mas ligados ao mesmo objetivo, são colocados em espaços públicos, isso é voltado substancialmente à exclusão de grupos sociais em maior vulnerabilidade, como as pessoas em situação de rua. “Com seus instrumentos, tanto desenvolvidos na escala urbana quanto arquitetônica, ela influencia na vivência da cidade, tornando uma experiência opressiva e hostil”, diz.

Outro ponto dentro desse mesmo debate é que, quando a criação de barreiras ou elementos que dificultam a sobrevivência nas ruas e centros urbanos, isso também se relaciona com a migração forçada para áreas consideradas periféricas, distantes do centro, locais de risco ou similares.

O pesquisador lembra que, além de causar a segregação entre as pessoas, o uso da arquitetura hostil também torna a vivência no ambiente urbano, para todos os envolvidos, mais opressiva. “Embora seja pensada, em suma, para afastar pessoas pobres e em situação de rua, todos os cidadãos também serão afetados em maior ou menor escala. Afinal, locomover-se a pé em ruas com muros altos, cheias de espetos, cercas elétricas e arames farpados, não é confortável para ninguém”, aponta Abraão.

Esse processo acaba desenvolvendo um ciclo vicioso em que, inicialmente, a adesão da arquitetura hostil é justificada pelo medo da violência urbana e pela necessidade de se ter estratégias de proteção a isso; quanto mais hostis se tornam os prédios e edifícios, mais medo as pessoas sentirão nas ruas, o que alimentará a necessidade de proteção individual e essa cadeia nunca cessa.



Foto: Pixabay

Produção da chamada “arquitetura hostil” nas cidades tem a intenção de segregar, oprimir e hostilizar aqueles que vivem em situação de rua

Mixofobia: aversão ao contato com pessoas diferentes

Dentro do conceito da aporofobia, pode-se considerar também um outro termo apresentado por Zygmunt Bauman no seu livro ‘Confiança e Medo na Cidade’. Segundo Abraão, o autor apresenta aquilo que ele vai chamar de “mixofobia”, ou seja, uma espécie de aversão extrema à ideia de contato com pessoas diferentes e isso é fundamentado no desconhecimento em relação aos demais.

“A aversão aos pobres tem vínculos com a estigmatização da relação entre viver nas ruas e ser um agente do crime. E o processo do medo e hostilidade se retroalimentam, porque quanto mais medo existe, mais será mercantilizada, por meio do marketing do medo, a ideia de que a fortificação da arquitetura é a melhor opção, assim permeando um processo sem fim”, justifica o pesquisador.

Ainda considerando a mixofobia dentro da aporofobia, vale lembrar que essa “proteção” utilizando elementos hostis tem como objetivo afastar as pessoas que são diferentes, que são mais pobres, que vivem em

situação de rua “e que, por uma naturalização de preconceitos, serão entendidos como potenciais criminosos sem nem terem chances de provarem o contrário”, completa Nóbrega.

Sendo algo tão intrínseco à sociedade, combater a aporofobia é complexo, principalmente dentro do contexto da arquitetura hostil, visto que essa tem relação com vários processos estruturais da sociedade, “como a mercantilização do medo, as engrenagens de segregação capitalistas, a concentração de poder e riqueza, a especulação imobiliária, dentre outros”, pontua Abraão.

Mas nem tudo está perdido. Alguns fatores podem ser utilizados para mitigar o problema, como as políticas públicas de moradia e também a integração dessas pessoas em situação de vulnerabilidade ao mercado de trabalho, pois assim conseguirão qualidade de vida e queda nos estigmas associados a elas.

“Além disso, incentivos legais e/ou tributários para edificações com gentilezas urbanas (espaços

dentro do território privado, mas com acesso público que criam boas ambiências nos centros urbanos); como também a criação de mecanismos legais voltados à redução e/ou proibição da produção hostil da arquitetura” são outras soluções apontadas por Abraão Nóbrega.

Vale também salientar que a criminalização do uso de arquitetura hostil em espaços públicos está sendo ponderada pelo Poder Legislativo do país. O Projeto de Lei 488/21 tem como objetivo alterar o Estatuto da Cidade (Lei 10257/01) e, com isso, proibir o uso de táticas da hostilidade urbana em espaços públicos. “Esse projeto de lei foi proposto pelo senador Fabiano Contarato após a grande visibilidade dos protestos realizados pelo padre Júlio Lancelotti, quando este foi encontrado com uma marreta destruindo pedras colocadas sob viadutos em São Paulo”, lembra o urbanista. Fabiano Contarato é senador pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do estado do Espírito Santo.

Aliado ao projeto que passa pelo

Senado Federal e Câmara dos Deputados, padre Júlio Lancelotti reforça que existem dezenas de câmaras municipais apresentando projetos alinhados a essa luta, que visam vetar a utilização de itens e materiais hostis na arquitetura, principalmente em ambientes públicos. E, enquanto população, o ativista ressalta que as pessoas devem perceber a motivação da causa e, assim como sugere Adela Cortina, substituir a hostilidade pela hospitalidade.

Literatura

Leituras para lembrar

de pensar no outro

- ‘Um lugar bem longe daqui’, de Délia Owens
- ‘Extraordinário’, de R. J. Palacio
- ‘O sol é para todos’, de Harper Lee
- ‘Todas as pessoas contam’, Kristin Roskifte
- ‘O fio das missangas’, de Mía Couto



Foto: Arquivo Pessoal

Omissão e comodismo alimentam a aporofobia e outros preconceitos

Além dos desafios sociais que o uso da arquitetura hostil e a aporofobia, de maneira geral, causam, também é necessário manter a atenção à saúde mental das pessoas em situação de vulnerabilidade social e de rua, que são as principais afetadas pela aversão aos mais pobres.

Para a psicóloga Alessandra Costa, um ponto importante nesse cuidado com essas pessoas é acolhê-las. “O acolhimento é de grande importância para a prevenção de situações de risco social, como o de exposição à violência, por exemplo”, pontua.

Ela lembra que são muitos os impactos da aporofobia na saúde mental, assim como qualquer outro tipo de discriminação, explícita ou disfarçada. Dentre os impactos, estão “isolamento, autopercepção de inadequação e de menos valor. Sensações que vivenciadas a longo prazo resultam em danos significativos na autoestima e em um sofrimento mental importante”, destaca Alessandra.

O preconceito contra as pessoas mais pobres pode e deve ser desmistificado por meio de iniciativas que promovam a conscientização da população, como, por exemplo, com debates sobre a desigualdade social. “Entendendo os motivos por trás desse cenário de desigualdade, podemos compreender que as vulnerabilidades existem por ineficiência do estado e não por problemas de conduta erroneamente atribuídos às pessoas que infelizmente estão nessa situação”, justifica a psicóloga.

De acordo com Alessandra, a raiz do problema deriva das ideologias que foram construídas ao longo do tempo. Afinal, o ser humano toma por base do seu comportamento as crenças. Uma das ideias que contribuem com o avanço da aporofobia é a ideia de meritocracia, “que afirma que um indivíduo poderá prosperar apenas com as suas habilidades, como inteligência e disposição para o trabalho”, indica a especialista.

Contudo, quando se fala de pobreza, a origem é multicausal. “Quando nós atribuímos a responsabilidade da pobreza à pessoa que está em situação de vulnerabilidade, tiramos a responsabilidade que o estado de maneira geral, por exemplo, tem sobre isso, e também a nossa, enquanto sociedade, de exigir melhorias”, avalia Alessandra.

Ou seja, a omissão e o comodismo alimentam a aporofobia e outros preconceitos. Nesse sentido, para construir uma sociedade mais igualitária, justa e melhor para todos, é necessário que haja conscientização e diálogo entre todas as partes envolvidas. “Se nós conseguirmos ressignificar essas crenças sociais a respeito da pobreza, nós também conseguiremos promover mudanças de comportamento do coletivo em relação às pessoas que estão em situação de vulnerabilidade”, o que levaria ao fim, ou pelo menos à diminuição, da aporofobia, conforme conclui a psicóloga.

“Entendendo os motivos por trás desse cenário de desigualdade, podemos compreender que as vulnerabilidades existem por ineficiência do estado e não por problemas de conduta erroneamente atribuídos às pessoas que, infelizmente, estão nessa situação

Alessandra Costa

APOROFOBIA

Relação com o racismo estrutural

Entre os mais pobres, se destaca uma população composta principalmente por negros, grupos LGBTQIAP+ e indígenas

Juliana Cavalcanti
 julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

A aporofobia pode ser definida como a aversão, ódio, medo ou desprezo aos mais pobres e está presente na sociedade brasileira de múltiplas formas. Ela está relacionada inclusive ao preconceito contra a população negra (pretos e pardos), pois o Brasil é marcado historicamente pelo racismo estrutural. A informação é da gerente de igualdade racial da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh/PB), Leandra Cardoso.

Entre os mais pobres, se destacam pessoas em situação de rua, população composta principalmente por negros, grupos LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual, pansexual e demais indivíduos), além de indígenas.

Segundo a coordenadora, a população de rua é extremamente rejeitada e esse desprezo está ligado ao resquício histórico do racismo e a estrutura do sistema capitalista. “Dentro da lógica do empobrecimento, a aversão ao pobre também é reconstrução do capitalismo selvagem que vivemos. Se você não está dentro da lógica de consumo, você passa a não existir enquanto indivíduo. E se você não existe, você pode estar em qualquer lugar, inclusive na rua”, declara.

É na desigualdade que esses problemas começam, pois quanto mais uma pessoa se aproxima do ideal construído socialmente, ou seja, branco, classe média e heterossexual, menos intervenção social ela vai sofrer. No entanto, a profissional lembra que, quanto mais um indivíduo se distancia desse padrão, mais questões da desigualdade vão ser inseridas na sua realidade. E muito mais frequente a sua presença na rua.

Superar essa realidade social ainda é um grande desafio. “A rua passa a ser um lugar de existência, porque você não existe socialmente, porque não consome. A questão do agravo racial vai ser sempre um pano de fundo para a gente olhar a desigualdade em nosso país. É o foco que precisamos enfrentar”, define a gerente.

No Brasil, a desigualdade racial está alinhada à desigualdade de classe, configuração resultante do processo de escravização, pois a libertação dos negros aconteceu sem assistência ou política pública exclusiva para o grupo que hoje é a maioria da população do país, como também da Paraíba.

Esse processo histórico-cultural até agora não foi recuperado e as diferenças sociais permanecem. “Isso faz com que a população negra (pretos e pardos) e indígena ainda seja acometida dos maiores índices de pobreza, não só financeira, mas no acesso também aos direitos”, aponta Leandra Cardoso.

A profissional caracteriza a pobreza como um mecanismo de estrutura social que

serve para manter a desigualdade, pois, quando ela é mantida, alguém tem poder. Dessa forma, quem está na rua é visto como “vagabundo”, “desocupado”, “não tem mérito algum” e “nunca procurou fazer nada da vida”. “Mas a gente esquece de olhar que, por vezes, quem está na rua é a vítima, não só do racismo estrutural. As pessoas podem procurar a rua ainda por passar por violência doméstica, pela fome e pela questão da saúde mental que, em nossa sociedade, o cuidado ainda é fragilizado”, pontua.

Ela acrescenta que o chamado “mito da meritocracia” agrava o abandono, pois responsabiliza a pessoa pela sua própria pobreza. Ou seja, invés de criar políticas públicas que promovam a equidade social ou racial, parte-se do pressuposto de que é responsabilidade individual de cada um sair desse lugar de existência, quando, na verdade, esse espaço foi colocado estruturalmente, historicamente e sociologicamente.



“

Dentro da lógica do empobrecimento, a aversão ao pobre também é reconstrução do capitalismo selvagem que vivemos. Se você não está dentro da lógica de consumo, você passa a não existir enquanto indivíduo. E se você não existe, você pode estar em qualquer lugar, inclusive na rua

Leandra Cardoso



“

A desigualdade social é histórica no Brasil, mesmo com os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais

Benicleide Silvestre



Foto: Pixabay



Foto: Roberto Guedes

Pandemia e o cenário de pobreza

O amparo aos mais vulneráveis ganhou maior destaque no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus, que provoca a Covid-19, período no qual foram propostas medidas como o uso da rede hoteleira pelo poder público para acolher os moradores de rua, em algumas cidades brasileiras.

Além dos hotéis e abrigos, a ampliação do sistema de locação social é outra alternativa de proteção defendida

por vários profissionais. Nesse contexto, a diretora de assistência social da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (Sedhuc) da Prefeitura de João Pessoa (PMJP), Benicleide Silvestre, afirma que o cenário de pobreza crescente é uma realidade mundial, evidenciado na pandemia.

A Diretoria de Assistência Social lida com o acolhimento institucional da Prefeitura de João Pessoa. Conforme a gestora, “a desigualdade so-

cial é histórica no Brasil, mesmo com os programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais”. Ela se tornou ainda mais presente com o aumento de casos do novo coronavírus.

Segundo a diretora, hoje, o contexto socioeconômico tem elevado o número de desempregados, levando as famílias a maior vulnerabilidade social e ao crescimento de grupos em situação de desamparo.

“

A população LGBT branca, classe média e que mora em áreas nobres, não é expulsa de casa. Mas aqueles pobres, negros e LGBT precisam sair da comunidade e da rede familiar muito mais facilmente

Fernando Luiz

Grupo ainda negligenciado na sociedade

Para Leandra, o racismo estrutural agrava a aporofobia e as diferenças no tratamento dos negros, grupo ainda negligenciado na sociedade. Essa situação é um resquício do processo pós-abolição, quando várias medidas excluíam os mais pobres, a exemplo da “Lei da Vadiagem”, que penalizava aqueles que permaneciam nas ruas.

A dificuldade é maior quando, além de se encaixar na população negra e periférica, a pessoa é LGBTQIAP+, já que nas famílias brancas e ricas é comum negarem a presença de um LGBT, permanecendo (pelo menos nas aparências) heterossexual e bem-sucedida. “A população LGBT branca, classe média e que mora em áreas nobres, não é expulsa de casa. Mas, aqueles pobres, negros e LGBT precisam sair da comunidade e da rede familiar muito mais facilmente”, afirma o gerente de Direitos LGBT da Semdh-PB, Fernando Luiz.

Para Fernando, as pessoas pobres, ao se identificarem como LGBT, são retiradas do convívio familiar e deixam a escola. Trata-se de uma parcela da população que enfrenta todas as exclusões possíveis. “A pessoa branca de classe média/alta nem precisa ‘sair do armário’, porque é muito cômodo para ela permanecer ali. Já a população po-

bre, periférica e negra, quando se afirma LGBT, começa todo um processo de retirada social”.

Cuidados

Os municípios são responsáveis pela execução das políticas públicas de proteção às suas populações mais vulneráveis, como educação, saúde, moradia e outras. Segundo a gerente de igualdade racial, esses direitos podem chegar de forma defasada, em especial nas regiões com grupos quilombolas, ciganos e indígenas.

Para Leandra, o racismo institucional faz com que algumas prefeituras não executem políticas voltadas aos mais pobres de forma qualificada por não reconhecerem que em seu território esse problema seja algo tão urgente. Isso causa uma migração das pessoas em situação de pobreza para os grandes centros. “Quando não há nenhum tipo de política pública garantida e com uma produção rural geralmente limitada, há uma falta de acesso aos bens, insumos e serviços. Isso faz com que essa população migre para as grandes cidades”.

No caso da Paraíba, as regiões que mais recebem grupos vulneráveis são as cidades de João Pessoa e Campina Grande, mas podem alcançar os municípios de Patos ou

Cajazeiras, no Alto Sertão. A maior parte da população de rua paraibana está presente nessas cidades, pois são pessoas que saem de suas moradias na expectativa de encontrar as mínimas condições de sobrevivência.

Nos centros maiores, não conseguem fugir totalmente da pobreza e ela pode inclusive se agravar. Sobre isso, a profissional relata que o êxodo rural vivenciado nos anos de 1970 construiu dentro do imaginário social um mito que fazia a sociedade acreditar que nas grandes cidades haveria mais oportunidades. “Na cidade, pensam que vai ser criada uma estratégia porque lá tem comércio, serviços e mais do que a enxada para plantar e colher”.

Ao chegar nas áreas urbanas na perspectiva de conseguir o trabalho que não tinha no campo, esses indivíduos encontram aglomerações urbanas e dificuldades de habitação. Assim, a rua passa a ser o único lugar de permanência. “Na estrutura social que vivemos nos últimos anos, a probabilidade dessa vulnerabilidade crescer é ainda maior. Se nos municípios que é onde essa população vive, a efetivação das políticas públicas não for cumprida, as pessoas vão viver os seus marcadores sociais com problemas concretos de vulnerabilidade” destaca Leandra.

CONTRA A INVISIBILIDADE

Rua é espaço de poder e resistência?

Para vítimas de violência doméstica e LGBTs expulsos de casa, “olho da rua” pode ser independência e autonomia

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

Embora a rua seja vista de forma negativa pela sociedade, para as vítimas de violência doméstica, quem foi estuprado e LGBT que foi expulso de casa, ela se transforma em um espaço de poder, independência e autonomia plena. “Estar na rua revela o quanto a nossa sociedade é injusta, o quanto ela renega a um lugar de não existência as pessoas que estão fora do padrão branco, heteronormativo, classe média, sem educação qualificada ou que não é ‘normal’ (com relação à saúde mental)”, analisa Leandra Cardoso, gerente de igualdade racial da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (Semdh/PB).

A rua pode ser entendida como um espaço de existência, mas também representa um alerta relacionado às políticas públicas para a sua população. Com isso, a profissional cita que várias ações promovem saúde, alimentação e outros direitos, mas são apenas emergenciais e não garantem qualidade de vida. “É preciso definir estratégias eficientes para tirar essas pessoas da rua (elas assim querendo) e quais as ações manter em uma perspectiva de autonomia: ter a rua como um lugar seguro e de existência e não como um lugar para renegar alguém que está invisível”.

População trans

A população LGBT está inserida entre os grupos mais vulneráveis em situação de rua, pois a sua orientação sexual ou identidade de gênero gera maiores expulsões de casa e afastamentos da escola. Esse fenômeno é bem mais frequente com as mulheres e homens trans que cada vez mais cedo abandonam o lar. Se além de trans essa pessoa for negra e pobre, ela é expulsa da sua rede familiar muito mais facilmente.

A rua se torna a única saída, porque, além da ausência familiar, ainda não existe capacitação profissional (porque não frequentou a escola) o que torna a pessoa trans ainda mais excluída do acesso a cidadania. “A população trans é muito afetada pelo subemprego e falta de escolaridade”, aponta Fernando Luiz, gerente de direitos LGBT da Semdh-PB.

Ele explica que a população cis (que se identifica com o sexo do nascimento) independentemente de ser heterossexual ou não, geralmente não é apontada pela sociedade devido ao seu corpo. Mas os transexuais logo no início da transição atraem maior atenção em alguns ambientes.

A transfobia aparece a partir da adolescência quando iniciam seu autoconhecimento. Na escola, por exemplo, são impedidos de usar o banheiro feminino (mulheres trans) ou masculino (homens trans) e excluídos no recreio ou sala de aula por se vestirem diferente do que determina a heteronormatividade.

É a população que tem chegado menos aos cursos técnicos e profissionalizantes, bem como nas universidades. “O processo civilizatório que a gente almeja é que essa população ascenda socialmente em todos os níveis da sociedade”, opina o gerente.

Ele destaca ainda que é comum algumas instituições religiosas atenderem a população de rua com sopa, cobertores e outros tipos de assistencialismo. No entanto, quando vão ajudar alguém LGBT, começam a tratá-los de forma diferenciada. “Falamos de Jesus tem um plano na vida daquela pessoa, como se o fato de ser LGBT tem que ser alterado porque Jesus não aceitaria. É muito comum esse olhar diferenciado de querer converter, higienizar a pessoa trans, por exemplo. Esse preconceito das pessoas religiosas não deixa de ser uma transfobia e aporofobia”, lamenta.



Imagens: Pixabay

Atendimento: abrigos públicos e locação social

Na Paraíba, a Secretaria do Desenvolvimento Humano (Sedh) trabalha diretamente com a política voltada às populações atendidas pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), através da Secretaria Executiva da Assistência Social. Dentro do Suas, existe uma rede de proteção aos mais vulneráveis.

Com isso, a Diretoria de Sistema Único de Assistência Social (Dsuas) reúne um conjunto de políticas públicas com a função de coordenar o Suas no estado, visando alcançar os eixos de proteção, promoção e reparação dos direitos.

A Sedh trabalha na política de abrigos com os indígenas Waraos venezuelanos e abrigos para pessoa idosa. O estado atua de forma indireta nos abrigos para pessoas em situação de pobreza em parceria com municípios e instituições de longa permanência.

A Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana cuida das questões referentes às mulheres, pessoas LGBT e questões étnico-raciais. E a rua acaba sendo um lugar onde esses grupos se encontram. Para Leandra, é inegável que, em qualquer abrigo público, a maioria de seus moradores é de pessoas negras, o que mais uma vez reforça o racismo estrutural.

O Centro da Igualdade Racial João Balula, no Centro de João Pessoa, atua dentro da rede de enfrentamento ao racismo e possui parcerias voltadas a acolher essas pessoas. É uma referência no estado, embora não trabalhe de forma específica com os abrigos públicos. “Às vezes, precisamos dialogar com a política do Suas para um aluguel social, para incorporar esse indivíduo ao mercado de trabalho”, acrescenta Leandra.

Ela ressalta que, caso não

ocorra atendimento qualificado, restará apenas a rua, já que essa é a escolha nas situações em que a rede familiar não funciona, a exemplo da violência doméstica no qual as vítimas saem de casa para fugir das agressões. Em relação aos grupos LGBTQIAP+ na Paraíba, foi inaugurada em junho deste ano a Casa de Acolhida LGBTQIAP+ da Paraíba – Cris Nagô, no Bairro de Tambauzinho, na capital.

O serviço, coordenado pela Semdh, atende a população LGBTQIAP+ dos 18 aos 59 anos em situação de rua, abandono familiar e situação de violência. A casa tem capacidade para acolher provisoriamente até 25 pessoas simultaneamente por até 120 dias.

Os casos são encaminhados pelos Centros de Referências dos Direitos de LGBTQIAP+ e Enfrentamento à LGBTQIAP+fobia. Na capital, as demandas são recebidas no Centro de Referência LGBTQIAP+ Pedro Alves de Souza (“Pedrinho”), no Centro. Já em Campina Grande, será o Centro de Referência LGBTQIAP+ Luciano Bezerra Vieira.

Além desses encaminhamentos, a acolhida também pode vir de outros municípios paraibanos ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e Centro de Referência da Assistência Social (Cras).

O espaço conta com profissionais de enfermagem, psicologia, serviço social, assessoria jurídica, assistência pedagógica e educação social. O gerente de Direitos LGBT ressalta que no Brasil existem 12 casas de acolhida para a população LGBTQIAP+, mas todas pertencem a organizações não governamentais (Ongs), da sociedade civil, mantidas com o apoio de governos municipais ou estaduais. E a “Cris Nagô”

é totalmente paraibana, criada com recursos do tesouro estadual e a primeira para a população LGBT do Brasil 100% pública.

Fernando reforça que, além dos abrigos e locação social, a capacitação da população LGBT também é essencial para garantir que esses grupos consigam uma classificação melhor no mercado de trabalho, especialmente os transexuais. É um meio de dar dignidade e combater a aporofobia. “Quando identificamos uma pessoa LGBT em situação de rua, seja por busca ativa ou quando procuram o Espaço LGBT, avaliemos, fazemos uma triagem e, se for perfil de abrigo, será encaminhada para a casa de acolhida LGBT, caso elas desejem ficar nesse abrigo”.

Já a diretora da Assistência Social de João Pessoa, Benicleide Silvestre, entende que as instituições de acolhimento não representam uma solução para o enfrentamento da vulnerabilidade social ou pobreza. “São acolhimentos provisórios, que dispõem de

uma equipe técnica qualificada para dar encaminhamentos aos benefícios necessários e orientar o indivíduo ao reordenamento de vida e emancipação”, descreve.

Para ela, todos os benefícios eventuais, incluindo a locação social, são temporários, pois a política da assistência social por si só não resolve a problemática do empobrecimento. “A assistência social se completa com ações interventivas das demais políticas públicas”, acrescenta.

O aluguel social (locação social) é um recurso assistencial concedido mensalmente e destinado às famílias que estão sem moradia. Ele é dado em caráter de urgência e tem um período determinado. Nesse contexto, Leandra acredita que os movimentos sociais que trabalham com a população de rua lutam atualmente pela questão do censo das pessoas que estão nesses ambientes, como forma de permitir que os serviços, ações e projetos possam atuar de maneira mais efetiva.

